

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

LEANDRO ANTONIO DA SILVA

GESTOS POLÍTICOS DE MEMÓRIA: CONSTRUÇÕES DE D. PEDRO II E DO
SEGUNDO REINADO NAS COMEMORAÇÕES REPUBLICANAS (1925-1927)

FRANCA

2025

LEANDRO ANTONIO DA SILVA

GESTOS POLÍTICOS DE MEMÓRIA: CONSTRUÇÕES DE D. PEDRO II E DO
SEGUNDO REINADO NAS COMEMORAÇÕES REPUBLICANAS (1925-1927)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araujo.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) processo nº 88887.703398/2022-00.

FRANCA

2025

S586g Silva, Leandro Antonio da
Gestos políticos de memória : construções de D. Pedro II e do Segundo Reinado nas comemorações republicanas (1925-1927) / Leandro Antonio da Silva. -- Franca, 2025
158 p. : fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Karina Anhezini de Araujo

1. RIHGB. 2. D. Pedro II na República. 3. Comemoração. 4. Memória e História. 5. História da Historiografia. I. Título.

LEANDRO ANTONIO DA SILVA

**GESTOS POLÍTICOS DE MEMÓRIA: CONSTRUÇÕES DE D. PEDRO II E
DO SEGUNDO REINADO NAS COMEMORAÇÕES REPUBLICANAS (1925-1927)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araujo, UNESP

1ºExaminador: _____

Prof.^a Dr.^a Lucia Maria Paschoal Guimarães, UERJ

2ºExaminador: _____

Prof.^a Dr.^a Virginia Célia Camilotti, UNESP

Franca, 23 de maio de 2025.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa trajetória tão intensa, por vezes árdua, mas frequentemente prazerosa, tive a oportunidade de aprender continuamente com o trabalho desenvolvido, com as pessoas que contribuíram para sua realização e, principalmente, com aquelas que me ajudaram a sonhar e transformar esse sonho em realidade.

Sem o apoio da minha família, essa caminhada não teria sido possível. Registro, com profunda gratidão, o esforço e o suporte incondicional da minha mãe, Elisângela, e da minha avó, Iracema. Mulheres extraordinárias que acreditaram no meu sonho e estiveram ao meu lado durante toda a jornada. Ao meu avô, Milton, e ao meu pai, Clodoaldo, meu reconhecimento por terem sido alicerces fundamentais na minha formação, viabilizando todo o percurso, da graduação ao mestrado.

Sou especialmente grato à pessoa que deu forma, consistência e sentido a este trabalho, Karina Anhezini. Profissional admirável, sempre atenta e cuidadosa na orientação, foi ela quem me acolheu com um “sim” ainda na graduação, durante a Iniciação Científica. Sua orientação foi essencial para que eu compreendesse os caminhos da pesquisa e estruturasse com clareza a dissertação.

Agradeço também à banca avaliadora, composta pelas professoras Lúcia Guimarães e Virginia Célio Camilotti, cujas contribuições enriqueceram significativamente este trabalho, abrindo novas perspectivas e interpretações. São profissionais de excelência, cujo domínio do tema foi inspirador.

Estendo minha gratidão aos colegas do grupo de orientação, pelo apoio constante e pelas valiosas sugestões: Aline Menoncello, Thiago Rudi, Meg Bogo e Viviane Conti foram fundamentais na construção deste texto.

Às amigas Laura Duarte e Tatiane Neves, que não só realizaram diversas leituras críticas e ofereceram sugestões pertinentes, mas também tornaram essa jornada mais leve e menos solitária, meu muito obrigado. Agradeço igualmente à Natália Tamie e à Paloma Catelan, pelas conversas, risadas, parcerias e desabafos. Não poderia deixar de mencionar outros tantos amigos que me acompanharam desde a graduação, como Ana Laura Galvão, Vitória Marchetto e Maria Isabela, companhias fundamentais nesse percurso.

A todos os funcionários da UNESP, minha sincera gratidão pelo suporte prestado ao longo da caminhada. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o agradecimento pelo financiamento desta pesquisa.

Por fim, registro meu carinho àqueles que estiveram presentes nos momentos finais desta jornada. À colega de trabalho Eliselda, pelo acolhimento nos dias mais solitários e

desafiadores. Aos professores que contribuíram para minha formação básica e com os quais, hoje, tenho a honra de trabalhar em equipe; e aos meus alunos, que trouxeram vivências enriquecedoras, fundamentais para a construção deste percurso.

SILVA, Leandro Antonio da. GESTOS POLÍTICOS DE MEMÓRIA: CONSTRUÇÕES DE D. PEDRO II E DO SEGUNDO REINADO NAS COMEMORAÇÕES REPUBLICANAS (1925-1927). 2025. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2025.

RESUMO

As edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) dedicadas ao centenário de nascimento de D. Pedro II – o volume especial de 1925 e o comemorativo de 1927 – são concebidas, neste estudo, como gestos políticos de memória, reunindo e produzindo textos que reafirmam a centralidade do monarca e do Segundo Reinado em uma narrativa historiográfica e memorialística. Essas publicações integram um conjunto mais amplo de produções de diferentes gêneros, como romances, crônicas, dramas e peças teatrais, contribuindo para a reconstrução do passado imperial sob a ótica republicana. O volume de 1925 apresenta estudos biográficos e elementos característicos de uma narrativa histórica que buscava se afirmar como científica. Já a edição de 1927 representa a consolidação desse projeto de memória, funcionando como um gesto político que reforça um discurso já estabelecido sobre D. Pedro II e o Segundo Reinado. Este estudo, inserido no campo da História da Historiografia, investiga os sentidos dessas comemorações e os mecanismos de construção da memória imperial no contexto republicano. Para isso, analisa os textos reunidos e organizados pela RIHGB, com especial atenção aos volumes de 1925 e 1927, buscando compreender como esses gestos políticos de memória contribuíram para a elaboração de um discurso republicano sobre o passado imperial, tendo D. Pedro II como figura central.

Palavras-chave: RIHGB; D. Pedro II na República; comemoração; memória; história; História da Historiografia.

SILVA, Leandro Antonio da. POLITICAL GESTURES OF MEMORY: CONSTRUCTIONS OF D. PEDRO II AND THE SECOND REIGN IN REPUBLICAN COMMEMORATIONS (1925–1927). 2025. Dissertation (Master's in History). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Franca, 2025.

ABSTRACT

The issues of the *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) dedicated to the centenary of the birth of D. Pedro II—the special volume of 1925 and the commemorative volume of 1927—are conceived in this study as political gestures of memory. These editions gather and produce texts that reaffirm the centrality of the monarch and the Second Reign within a historiographical and memorialistic narrative. These publications are part of a broader set of productions of various genres—such as novels, chronicles, dramas, and plays—contributing to the reconstruction of the imperial past through a republican lens. The 1925 volume features biographical studies and elements characteristic of a historical narrative that aimed to establish itself as scientific. The 1927 edition, in turn, represents the consolidation of this memory project, functioning as a political gesture that reinforces an already established discourse about D. Pedro II and the Second Reign. This study, situated within the field of the History of Historiography, investigates the meanings of these commemorations and the mechanisms for constructing imperial memory within the republican context. To that end, it analyzes the texts compiled and organized by the RIHGB, with special focus on the 1925 and 1927 volumes, aiming to understand how these political gestures of memory contributed to the elaboration of a republican discourse about the imperial past, with D. Pedro II as a central figure.

Keywords: RIHGB; D. Pedro II in the Republic; commemoration; memory; history; History of Historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
-----------------	---

CAPÍTULO 1

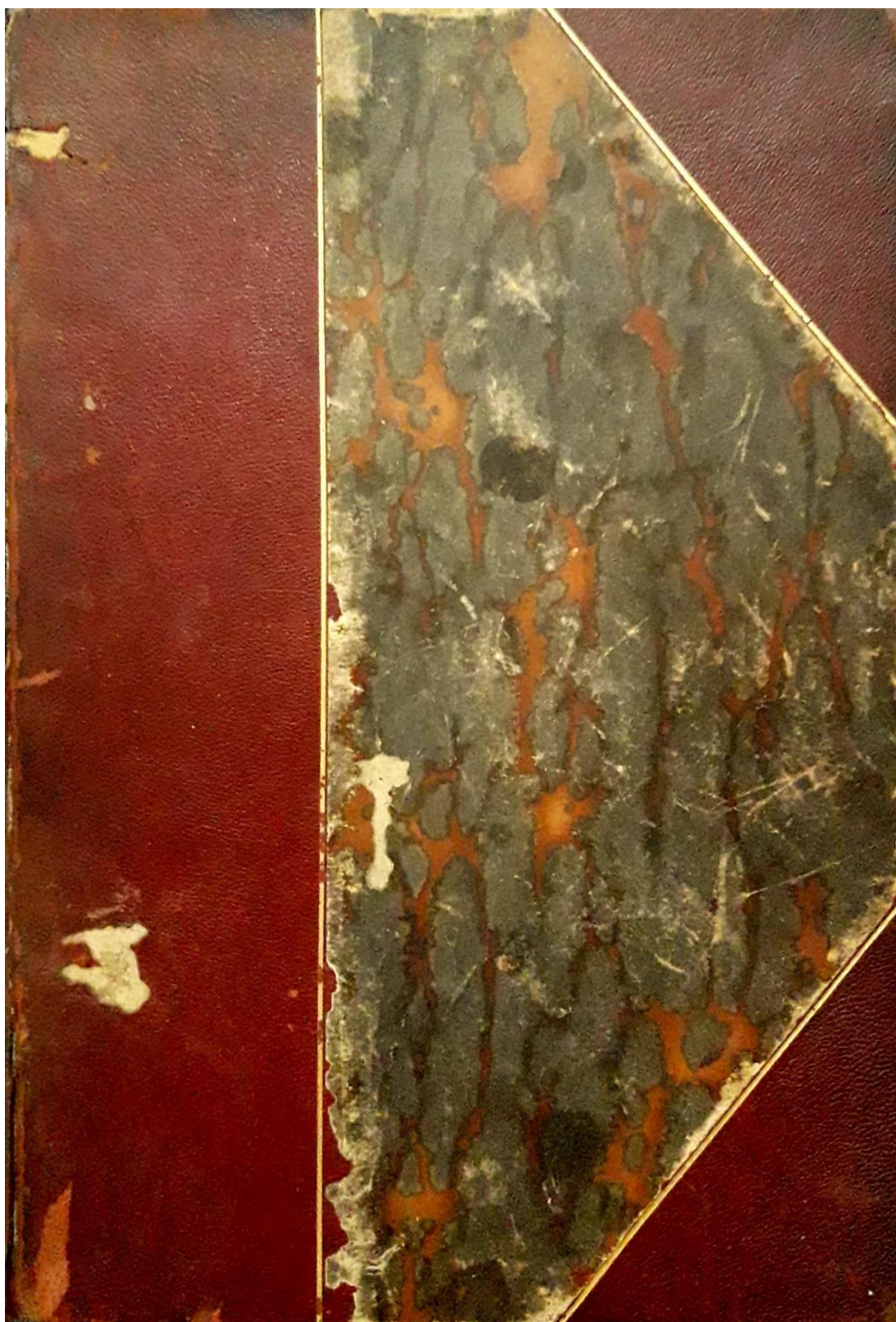
COMEMORAR PARA SE FAZER JUSTIÇA, HONRA E LOUVOR: o projeto do centenário de D. Pedro II no IHGB	19
1.1 O IHGB, a historiografia e a Primeira República.....	24
1.2 Definição de um programa comemorativo: a festa que a República manda guardar	29
1.3 A construção de uma obra: estudos biográficos de D. Pedro II	39
1.4 Tributos de veneração à memória do Imperador: a edição comemorativa da Revista do IHGB	48
1.5 A comemoração, seus sentidos, significados e justificativas	53
1.6 O papel da comemoração	60

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DO IMPERADOR: uma biografia entre memória e história	67
2.1 O sábio, “homem de letras”	68
2.2 Patriota e republicano: as faces políticas do Imperador	75
2.3 Construção da heroicidade	81
2.4 Entre vícios e virtudes: outras exemplaridades nas condutas do Imperador	90

CAPÍTULO 3

A HISTÓRIA DO IMPÉRIO: a construção de um tempo monumental	108
3.1 Narrar o progresso, as tramas políticas e a exemplaridade de um tempo.....	109
3.2 A crítica ao presente e a idealização do passado imperial.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
FONTES	147
BIBLIOGRAFIA	149



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO.
Contribuições para a biografia de D. Pedro II. Rio de Janeiro: Revista do IHGB,
Tomo Especial, Parte I, 1925.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

(Fundado no Rio de Janeiro em 1838)

TOMO ESPECIAL

CONTRIBUIÇÕES

PARA A

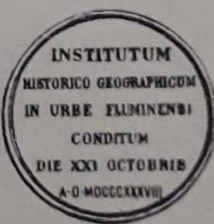
BIOGRAPHIA DE D. PEDRO II

(PARTE I)

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.*

Director

Dr. B. F. Ramiz Galvão



RIO DE JANEIRO

IMPrensa NACIONAL

1925



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. **Instituto Histórico e Geographico Brasileiro** (1924). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, t. 96, vol.150.

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO
BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO 98 — VOL. 152

(1925)

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

Dr. B. F. Ramíz Galvão



③

* * * RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL * 1927

10.164

INTRODUÇÃO

No contexto social e cultural do século XIX, após a Independência, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, representou um esforço para a construção de uma história nacional que estabelecesse um perfil para a jovem nação brasileira. Como instituição, o IHGB assumiu a responsabilidade de orientar, sistematizar e preservar uma produção historiográfica alinhada ao Estado Imperial. A Revista do Instituto, desde o Oitocentos, publicou periodicamente estudos inéditos, fontes históricas, biografias, relatos, itinerários de viagens, notícias e memórias, consolidando-se como um espaço central para a elaboração do passado nacional.

Essa atuação do IHGB estava diretamente ligada à monarquia, pois a agremiação intelectual mantinha estreita proximidade com o Imperador D. Pedro II, designado protetor da instituição. Essa relação influenciou a própria forma como a imagem do Imperador e de seu reinado foi preservada e enaltecida ao longo do tempo. O Instituto não apenas sistematizou uma narrativa sobre o período imperial, mas também contribuiu para a construção de sua memória oficial. Nesse sentido, desempenhou um papel central na organização do centenário natalício de D. Pedro II, promovendo a produção historiográfica que consolidava sua importância histórica.

Como resultado desse projeto comemorativo, o IHGB estruturou uma narrativa que buscava atribuir sentido à trajetória do Imperador e, ao mesmo tempo, projetar valores para o futuro da nação. Esse esforço se materializou na publicação de dois volumes especiais da Revista do IHGB, dedicados à construção da imagem de D. Pedro II e do período imperial: o primeiro, lançado em 1925, e o segundo, um tomo comemorativo, publicado em 1927.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os textos produzidos, selecionados e reunidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para publicação na Revista da agremiação (RIHGB), tomando como base esses dois volumes. A edição especial de 1925, intitulada *Contribuições para a Biographia de D. Pedro II*, e o tomo 98, a edição comemorativa de 1927, dedicam-se à figura do monarca e constituem um espaço privilegiado para compreender as representações construídas sobre D. Pedro II durante a República, especialmente no âmbito do IHGB. Nos textos analisados, os autores apresentam gestos políticos de memória, lembranças e sentimentos sobre o passado monárquico, enfatizando a figura do Imperador. Além disso, os letrados tecem projeções para o futuro, refletindo sobre os caminhos que a nação brasileira deveria seguir rumo ao progresso.

Nesse sentido, a pesquisa se orienta por algumas questões centrais: quais projeções de futuro foram formuladas pelos intelectuais no contexto das comemorações promovidas pelo IHGB? De que maneira D. Pedro II foi representado nesses discursos? Quais aspectos do período imperial interessava ao Instituto destacar? Qual foi a postura dos autores em relação ao Imperador e ao Império? Houve divergências entre as ideias, valores e crenças ressaltados pelos escritores?

O estudo sobre a construção da imagem do Império e do Imperador na República, a partir das publicações do IHGB, se justifica pela relevância historiográfica desse processo. Desde sua fundação, em 1838, a escrita da história no Brasil esteve profundamente vinculada ao projeto de construção de uma narrativa nacional, sendo o IHGB o principal espaço institucional encarregado de direcionar esse empreendimento, em conformidade com as pretensões do Estado monárquico. Cabia à instituição definir o “perfil” da nação brasileira e refletir sobre os mecanismos de construção de sua identidade.¹ Dessa forma, a historiografia desenvolvida nesse contexto enfatizava as questões ligadas à origem da nação, um processo conduzido pelos intelectuais reunidos no IHGB.

Desde sua fundação, a agremiação esteve “debaixo da imediata proteção imperial”², contando com a presença frequente de D. Pedro II, que acompanhava de perto suas discussões. Essa relação institucional reforçou o papel do Instituto na preservação da memória do Segundo Reinado e na legitimação da monarquia como um período fundamental na construção do Brasil. Assim, a produção historiográfica do IHGB não apenas registrou o passado, mas também desempenhou um papel ativo na formulação de discursos sobre a identidade nacional e os rumos do país.

Fruto de uma tese de doutorado, a referida obra da historiadora Lucia Paschoal Guimarães demonstra que, entre os anos de 1838 e 1889, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se consolidou como um espaço central na construção da memória nacional. Esse processo envolveu um longo e seletivo empreendimento historiográfico, no qual determinadas questões do passado foram escolhidas para auxiliar e legitimar as bases do Estado monárquico no tempo presente. Paralelamente à produção da memória do Império, desenvolveu-se a construção da imagem pública de D. Pedro II, moldada ao longo das diferentes fases do Segundo Reinado. O Instituto desempenhou um papel fundamental nessa representação, destacando nos relatórios institucionais as virtudes do Imperador, exaltando sua bondade,

¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional**. Estudos Históricos, v. 1, n. 1, 1988, p. 6.

² GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **“Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. 2ª. Edição – São Paulo: Annablume, 2011.

sabedoria e papel de monarca “predestinado pela divina providência”³ para glorificar a grandeza do Império brasileiro.

Dentro desse projeto de construção historiográfica, em 1839 foi criada a *Revista Trimensal de História e Geografia*, posteriormente reconhecida como *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (RIHGB)⁴. A publicação desempenhou um papel primordial na produção e disseminação do saber histórico, sendo reconhecida como um espaço de “inovação intelectual”. Segundo Lucia Paschoal Guimarães, no texto *Produção e disseminação do conhecimento histórico no Oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁵, o IHGB era formado por homens de destaque que se reuniam para debater temas relacionados à literatura, história, ciência e artes. O Instituto não se limitava à produção de conhecimento acadêmico; havia também uma forte dimensão política, já que a historiografia desenvolvida por seus membros visava consolidar o projeto imperial. Além de seu caráter científico, a Revista preservava elementos da tradição iluminista e continha aspectos de “natureza cortesã”, como homenagens fúnebres ao Imperador, evidenciando o estreito vínculo entre o IHGB e a Monarquia.⁶

No entanto, com a crise do Estado monárquico, intensificada por questões sociais, econômicas e políticas, a figura do Imperador perdeu prestígio. A proclamação da República, em 1889, colocou o IHGB diante de um novo desafio: adaptar-se às novas exigências políticas. Entretanto, grande parte de seus intelectuais ainda possuía uma mentalidade monárquica, o que dificultou essa transição. Como destaca Lucia Guimarães, “a Escola Palatina quase cerrou suas portas”⁷, evidenciando as crises sucessivas que a instituição enfrentou até conseguir redirecionar suas pretensões para atender aos interesses republicanos.

Diante dessa ruptura da tradição imperial, José Murilo de Carvalho, em *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*⁸, analisa o esforço republicano em construir uma nova tradição, baseada em um aparato simbólico que legitimasse o novo regime e

³ GUIMARÃES, 2011, p. 110.

⁴ Para saber mais sobre a Revista do IHGB, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A Revista do IHGB e Os Temas de Sua Historiografia: Fazendo A História nacional. In: WEHLING, Arno. (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, p. 21-41. BENTIVOGLIO, Julio Cesar. A História no Brasil Imperial: A produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). **História: Questões & Debates**, vol. 63, n.2, 2015.

⁵ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Produção e disseminação do conhecimento histórico no Oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: Cristiano Alencar Arrais; Julio Bentivoglio. (Org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. 1ed.Vitória (ES): Milfontes, 2017, v. 1, p. 26-45.

⁶ GUIMARÃES, 2017, p. 40.

⁷ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 24.

⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

moldasse o imaginário popular de acordo com seus valores. Para tanto, foram elaborados projetos e estratégias para apagar a memória do Império e instaurar uma nova identidade cultural, por meio de símbolos e mitos republicanos. Entretanto, o autor destaca que, apesar desses esforços, a República falhou na criação de um imaginário popular sólido e convincente. A batalha política e ideológica⁹ entre monarquistas e republicanos resultou na permanência de elementos simbólicos do passado imperial, dificultando a consolidação da nova ordem republicana.

Nesse contexto, os monarquistas obtiveram vitória no campo simbólico. A tradição imperial foi resgatada e reinterpretada sob uma ótica republicana, como evidencia a ressignificação da imagem de D. Pedro II. Em 1922, durante as comemorações¹⁰ do centenário da Independência, o ex-imperador foi reconhecido como um “herói nacional”¹¹, consolidando sua presença nas festividades republicanas. Esse processo culminou na celebração de seu centenário de nascimento em 1925, reforçando sua permanência na memória coletiva.

A construção da imagem de Pedro II sobreviveu à queda do Império e atravessou a República, sustentada pelos intelectuais monarquistas e pelas instituições culturais criadas no Segundo Reinado. Desde o século XIX, o IHGB, conhecido como “Casa da Memória Nacional”, dedicou-se à escrita biográfica, conforme analisa Maria da Glória de Oliveira em sua tese *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*.¹² As biografias publicadas pelo Instituto exaltavam figuras notáveis, apresentadas como modelos de virtude e moralidade. Esse gênero literário assumiu um caráter encomiástico e memorialístico, transformando-se em uma empreitada coletiva para preservar e difundir exemplos de conduta para a sociedade.

As comemorações nacionais, como aponta Helenice da Silva em *"Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória*¹³, têm como função revisitar eventos do passado para legitimar regimes e reforçar valores específicos. O ato de comemorar não apenas relembra, mas também ressignifica acontecimentos históricos, consolidando uma memória coletiva voltada para o futuro. Nesse sentido, as celebrações

⁹ Sobre os embates entre monarquistas e republicanos, ver: ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos estudos CEBRAP**, 2009, p. 131-148.

¹⁰ Sobre a comemoração, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. **História em revista, Pelotas**, v. 6, 2000. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 4, 1989/2. p. 172 – 189.

¹¹ SCHWARCZ, 1999, p. 748.

¹² OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

¹³ SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2002, vol.22, n.44, pp.425-438. ISSN 1806-9347.

dedicadas a Pedro II na República revelam um processo de rememoração seletiva, que buscava reforçar determinados aspectos do passado imperial em benefício do presente republicano.

Essa nostalgia do Império é analisada por Ricardo Salles em *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*¹⁴. O autor argumenta que não se pode dissociar a monarquia da estrutura escravista que a sustentava. O Império, fortalecido durante a primeira metade do século XIX, fundamentava-se na riqueza gerada pelo trabalho escravo, o que conferiu estabilidade ao regime. A República, ao rememorar esse passado monárquico, enfatizava sua grandeza, prestígio e prosperidade, omitindo, porém, os problemas sociais e políticos da época. Essa nostalgia foi alimentada por historiadores, políticos e intelectuais que projetaram uma valorização do período imperial, com repercussões até a década de 1950.

As instituições republicanas, assim como as imperiais, desempenharam um papel crucial na fabricação de heróis nacionais. Como analisa Armelle Enders em *Os vultos da Nação: fábricas de heróis e formação dos brasileiros*¹⁵, tais instituições selecionaram figuras históricas consideradas exemplares, destacando suas virtudes morais, cívicas e intelectuais para fortalecer a identidade nacional. Essa construção simbólica visava não apenas preservar a memória dos “brasileiros ilustres”¹⁶, mas também fornecer modelos de conduta para a sociedade.

No campo das interpretações historiográficas, Lucas de Nicola, em sua dissertação *Flores, algumas com espinhos, para o rei: controvérsias acerca de D. Pedro II (1920-1940)*¹⁷, investiga as representações literárias do monarca nas décadas de 1920 e 1940. O autor identifica duas vertentes principais: uma visão monarquista, que retratava Pedro II como um rei sábio, justo e benevolente, e uma perspectiva republicana, que o descrevia como tirano, medíocre e mesquinho. Essa dualidade revela as disputas políticas e ideológicas em torno da memória do Imperador, cujas imagens foram manipuladas conforme os interesses de cada grupo.

¹⁴ SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.

¹⁵ ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábricas de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

¹⁶ ENDERS, 2014, p. 177.

¹⁷ DE NICOLA, Lucas Santiago Rodrigues de. **Flores, algumas com espinhos, para o rei: controvérsias acerca de d. Pedro II (1920 – 1940)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.31. 2014.de-12012015-182258. Acesso em: 2020-03-23.

Por fim, Luciana Fagundes, em sua tese *Do exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares Republicanos*¹⁸, analisa a reconstrução da imagem de Pedro II sob a ótica republicana. A autora examina eventos como sua morte em 1891, o retorno de seus restos mortais em 1921 e o centenário de seu nascimento em 1925, destacando como essas celebrações foram utilizadas para reformular sua memória no contexto republicano. O IHGB e a imprensa carioca tiveram um papel central nesse processo, reunindo e publicando material comemorativo que reforçava a relevância do ex-imperador para a história do Brasil.

O conjunto desta produção evidencia a complexidade da construção da memória de D. Pedro II na República. O presente estudo, visa, portanto, somar-se aos citados acima, a partir da análise das edições especiais da *Revista do IHGB*, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre o significado dessas comemorações, investigando como foram construídas as memórias e narrativas históricas do Império e do Imperador utilizadas no contexto republicano. A partir dos traços biográficos apresentados na *Revista*, é fundamental analisar a estratégia narrativa adotada pelos intelectuais da época na construção da figura de D. Pedro II. Em outras palavras, como um homem de outro tempo e de outro regime político foi reconstruído como modelo para aquele presente? De que maneira as imagens criadas por esses escritos biográficos buscaram atribuir sentido às ações do presente a partir da trajetória do monarca no passado? Quais episódios históricos foram selecionados e tornaram-se mais atrativos para o momento republicano, considerando o contexto comemorativo?

Para analisar os enunciados destacados como produção de um discurso sobre o Imperador e o Império, serão fundamentais as noções e os procedimentos de análise indicados por Durval Muniz de Albuquerque Júnior, presentes no texto *A dimensão retórica da historiografia*¹⁹. Para o autor, o discurso é uma “peça oratória” dirigida a um público definido pelo ato da fala ou da escrita, por meio da qual se busca veicular uma comunicação, podendo ser lido ou ouvido. Ao examinar os discursos proferidos sobre a figura do monarca, torna-se necessário projetar sobre ele questões pertinentes ao passado imperial e às narrativas construídas a seu respeito, de modo a investigar quais informações foram consideradas relevantes e ganharam representação na República. Além disso, será essencial interrogar a produção desse discurso na *Revista do Instituto* e os agentes políticos envolvidos nessa construção, levando em conta as questões políticas, sociais e econômicas da República.

¹⁸ FAGUNDES, Luciana Pessanha. **Do exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares Republicanos**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

¹⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e Pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-249.

O discurso analisado neste estudo será concebido como um monumento e tratado como “matéria de análise”, de modo que sua produção seja questionada em si mesma, e não apenas pelas informações que transmite sobre o passado. Considerando a materialidade do objeto de estudo — a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* —, bem como a divisão do volume impresso em temáticas e a seleção de textos e autores que o compõem, faz-se necessário recorrer às contribuições de Júlio Bentivoglio no texto *Revistas de História: objeto privilegiado para se estudar a História da Historiografia?*²⁰. O autor discorre sobre esse tipo de fonte como um *locus* onde se tornam perceptíveis os mecanismos epistemológicos e de poder empregados pelos letrados para materializar pesquisas e fundamentar o campo científico da História. A reflexão de Bentivoglio contribui para a identificação de redes intelectuais, além de permitir o reconhecimento da centralidade de determinadas temáticas e a identificação de alianças, adesões e disputas que fornecem parâmetros para analisar as atividades dos letrados da agremiação carioca.

Além dessas questões, é importante considerar as contribuições da historiadora Tania Regina de Luca, que, no texto *História dos, nos e por meio dos periódicos*, lança luz sobre os “contextos socioculturais específicos” nos quais se insere a *Revista*. Isso significa que a publicação deve ser pensada em associação ao seu espaço de produção — no caso desta pesquisa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro —, responsável por produzir, selecionar, ordenar, estruturar e narrar o conteúdo publicado.

A obra *A Escrita da História*²¹, de Michel de Certeau (1925-1986), especialmente o capítulo *A operação historiográfica*, contribui para a presente pesquisa ao permitir uma reflexão sobre o lugar de fabricação da história e da memória. Tal abordagem possibilita compreender essa produção em relação ao meio institucional e às tendências e demandas políticas, culturais, econômicas e sociais do período, bem como às regras de produção historiográfica vigentes. O IHGB, tomado como local de produção de narrativa historiográfica sobre as comemorações do regime imperial e do monarca no ano do centenário de nascimento de D. Pedro II, instituiu métodos, delineou uma “topografia de interesses”²² — definindo os limites do que poderia ou não ser dito — e selecionou os textos e artigos a serem publicados. A partir do lugar social da instituição e de suas técnicas, regras e métodos, torna-se possível

²⁰ BENTIVOGLIO, Julio Cesar. **Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia?** In: BENTIVOGLIO, Julio; ARRAIS, Cristiano Alencar. (Org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. 1ed.Serra: Milfontes, 2017, v. 1, p. 7-25.

²¹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

²² CERTEAU, 2011, p. 47.

compreender as “práticas científicas”²³ dos letrados na construção da história, sempre dentro dos limites do possível.

Além disso, considerando os escritos reunidos na *Revista*, busca-se refletir sobre a escrita como meio de representação da memória e da história, articulando-se com o desdobramento da “operação científica” construída pelo “corpo social” e pela “instituição do saber”.²⁴ Para compreender os conceitos de memória, lembrança, recordação e rememoração, bem como aprofundar o entendimento sobre o papel das comemorações na República, a partir da *RIHGB*, faz-se necessário recorrer ao texto *A memória, a história e o esquecimento*, do filósofo Paul Ricoeur (1913-2005)²⁵.

A relação entre história e memória, embora marcada por diferenças, apresenta diversos pontos de interseção. Ao analisar o IHGB como um espaço de construção de ambas, é necessário diferenciá-las, mas também considerá-las em seus pontos de contato, visto que, na narrativa apresentada pela *Revista*, memória e história frequentemente se confundem. As considerações de Paul Ricoeur são fundamentais para esclarecer a relação entre memória e história, bem como para compreender os conceitos de lembrança, recordação, rememoração e comemoração, tal como aparecem no volume comemorativo da *Revista*.

Por fim, para analisar as projeções futuras formuladas pelos letrados em seus escritos na *Revista*, serão adotadas as categorias de análise “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”, presentes na obra *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*²⁶, do historiador Reinhart Koselleck (1923-2006). Tais categorias auxiliam na compreensão das experiências vividas no presente republicano de 1925 e das expectativas em relação ao futuro da nação brasileira no contexto das comemorações. O espaço de experiência remete ao “passado atual”²⁷, ou seja, ao repertório de acontecimentos incorporados e lembrados, que podem ser mobilizados no presente. Já o horizonte de expectativas corresponde ao “futuro presente”²⁸, voltado para aquilo que ainda não foi experimentado, mas pode ser projetado.

Partindo dessa abordagem teórica, o primeiro capítulo tratará do delineamento da proposta de um programa comemorativo do centenário de nascimento de D. Pedro II pelos sócios do IHGB, com especial atenção à construção do tomo especial *Contribuições para a*

²³ CERTEAU, 2011.

²⁴ CERTEAU, 2011.

²⁵ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

²⁷ KOSELLECK, 2006, p. 309.

²⁸ KOSELLECK, 2006, p. 310.

*Biographia de D. Pedro II*²⁹, publicado em 1925. Para compreender a organização dessa obra, será analisada a formação da comissão responsável pelo projeto, o processo de edição, a escolha da estrutura dos capítulos, a definição das temáticas e a seleção dos autores. Além disso, será examinada a elaboração da edição comemorativa da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*³⁰, publicada em 1927, que retomou a mesma temática, voltada para a biografia de D. Pedro II e o Segundo Reinado. Assim como no tomo especial, serão apresentados os responsáveis pela organização desse volume, a estrutura dos capítulos, as temáticas abordadas e os letrados cujos textos foram reunidos no periódico.

A análise desses dois volumes se insere no contexto mais amplo das comemorações e da construção de uma memória oficial sobre o Império. Considerando que ambas as produções do IHGB refletem sobre a memória e a história do Imperador e do Império e resultam de um empreendimento vinculado ao programa comemorativo, o capítulo discutirá o papel dessas celebrações, seus sentidos, significados e justificativas. Nesse sentido, será fundamental compreender de que maneira as comemorações foram mobilizadas como estratégias de construção de um passado que dialogava com os interesses do presente republicano.

A relação entre passado e presente também será central no segundo capítulo, que investigará como D. Pedro II foi apresentado nos escritos da *Revista* como um modelo para a Primeira República. Os tons moralizantes e a exemplaridade atribuída à sua biografia foram responsáveis por construir D. Pedro II como uma figura quase divina, sobre-humana, exaltada por meio de práticas de escrita laudatória e elogios repetidos. No entanto, ao mesmo tempo em que se buscava construir a imagem de um monarca idealizado, alguns textos também se ocuparam em apresentar seus defeitos e condutas errantes. Assim, ao longo do capítulo, serão problematizadas as múltiplas faces atribuídas a D. Pedro II, observando-se como sua figura foi moldada conforme os interesses políticos e intelectuais da época.

A construção da imagem de D. Pedro II como modelo exemplar se articula diretamente com a seleção de acontecimentos do passado imperial que foram destacados nos textos comemorativos, tema central do terceiro capítulo. Nesse sentido, será problematizada a escolha de quais aspectos do período monárquico foram celebrados na década de 1920 e quais eventos foram considerados notáveis do tempo de D. Pedro II. Os textos ressaltam o progresso do período monárquico, enfatizando a constituição de sociedades comerciais e

²⁹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. **Contribuições para a biografia de D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, Tomo Especial, Parte I, 1925.

³⁰ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (1924). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, t. 96, vol.150.

industriais, a fundação de bancos, a criação de telégrafos e estradas de ferro e o desenvolvimento da navegação. Essa seleção do passado, no entanto, não é neutra: ao exaltar os feitos do Império, os autores estabelecem uma comparação com o presente republicano, muitas vezes marcada por críticas à realidade contemporânea. À medida que se destaca o progresso da monarquia, reforça-se a ideia de que a revisão do passado pode oferecer ensinamentos para o presente, criando um discurso de contraste entre o Segundo Reinado e a Primeira República.

Dessa forma, busca-se compreender como os escritos da *Revista* não apenas retomaram e organizaram memórias do Império, mas também contribuíram para a construção de um passado idealizado que servia aos interesses políticos e intelectuais da Primeira República. A interseção entre memória e história, a seleção de eventos do passado e a projeção de expectativas para o futuro revelam a complexa relação entre comemoração e política na historiografia do IHGB.

CAPÍTULO 1

COMEMORAR PARA SE FAZER JUSTIÇA, HONRA E LOUVOR: o projeto do centenário de D. Pedro II no IHGB

Nas intersecções entre história e memória, é importante destacar as comemorações e celebrações como eventos ricos que permitem entender as relações entre uma e outra, bem como compreender as conexões que uma sociedade guarda com o seu tempo, isto é, analisar as escolhas feitas sobre o passado, seus usos e ordenações temporais. As comemorações, como um trabalho de reapropriação do pretérito, tendem a “inscrever as construções humanas” em um certo “tempo mítico”, respaldando as criações de tempo social e cultural. Nesse movimento de comemoração acontecem as ritualizações da História, que sinalizam para o presente uma noção de passado a ser constantemente “recordado como forma de manutenção simbólica” no que se refere aos “laços de pertencimento coletivo”.³¹ No processo de construção dos Estados-Nação, ocorrido ao longo do século XIX, coube à História servir aos projetos políticos de nação, buscando respaldo e legitimação para identificar em tempos remotos as questões pertinentes que pudessem sustentar um projeto de memória capaz de alimentar a ideia de identidade. Essa operação marcou grande parte da escrita da História na “cultura oitocentista” no Brasil, momento em que houve uma forte relação entre “projetos de escrita sistemática das lembranças do passado e produção de memória social”.³²

No processo de construção do passado como uma “projeção do presente” e expressão de aspirações para o futuro, a História moderna desempenhou o papel de domesticá-lo de acordo com os significados atribuídos pelo tempo presente. Nesse esforço de relembrar o passado, um conjunto diversificado de “estratégias rememorativas” é acionado, com as comemorações assumindo um papel central na ritualização do tempo histórico. Nesses rituais, os grandes feitos relembrados e a exemplaridade das ações atribuídas aos “grandes homens” tornam-se fundamentais para orientar e consolidar os valores de uma “coletividade”.³³

No final do século XIX, observa-se o surgimento de uma “onda dos centenários”³⁴, fenômeno presente em ambos os lados do Atlântico. Em 1876, por exemplo, a América do Norte celebrou o centenário de sua independência. Do outro lado do oceano, em 1889, a França comemorou o centenário da Revolução Francesa. Outras celebrações marcantes incluem os festejos relacionados aos “descobrimentos” na América, em 1892, e os eventos

³¹ GUIMARÃES; CEZAR, 2022, p. 38-39.

³² GUIMARÃES, 2022, p. 38-39.

³³ GUIMARÃES, 2022, p. 43.

³⁴ BONALDO, Rodrigo Bragio. **Comemorações e efemérides**: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

que celebraram o início do século XX, no ano de 1900. Nesse mesmo período, a avalanche comemorativa também alcançou a Austrália, que, em 1888, comemorou o centenário de sua colonização. Em Portugal, destaca-se a celebração do “tricentenário de Camões”.³⁵

No contexto das comemorações na França no final do século XVIII, observa-se o surgimento de novos símbolos nacionais destinados a promover a “coesão social” e romper com a tradição das ordens monárquicas e aristocráticas. Para reforçar essa ruptura, a França apostou na criação e substituição de símbolos que remetessem à República, como a bandeira, o hino, datas comemorativas, cerimônias, procissões, marchas, festas dedicadas à deusa da razão e figuras heroicas.³⁶ O objetivo era fazer com que os cidadãos reconhecessem esses novos símbolos, fortalecendo sua identidade nacional e legitimando o regime republicano emergente. Nesse cenário, a comemoração desempenhou um papel fundamental na prevenção do esquecimento histórico, uma vez que os revolucionários utilizaram festividades como instrumentos para disseminar os ideais republicanos e fixar essas memórias no imaginário coletivo.

Além das comemorações, destaca-se a reestruturação do calendário francês como ferramenta central para consolidar o poder do novo regime. A reorganização temporal foi concebida como uma forma de “controlar o tempo”, com o objetivo de estabelecer datas simbólicas que rompessem com o passado monárquico.³⁷ A nova França cercou-se de “datas, heróis, monumentos, músicas e folclore”³⁸ para construir uma memória nacional capaz de projetar os valores republicanos e assegurar a legitimidade do sistema político instaurado.

No Brasil, ao longo do século XIX, especialmente durante o Segundo Reinado, é possível identificar um esforço comemorativo que se manifesta na “seleção de datas memoráveis” e na realização de festas promovidas por órgãos civis e pela imprensa.³⁹ Com a República, houve um enriquecimento do imaginário nacional, com a criação de novos heróis, datas e celebrações simbólicas, com o objetivo de dar concretude ao novo regime.⁴⁰ O primeiro feriado republicano foi o 21 de abril de 1890, consagrando a figura de Tiradentes como um “mártir e precursor da Independência”. Ele foi considerado digno das “mais altas honras oficiais” pelos discursos das autoridades da época, como Deodoro da Fonseca e seus ministros, além de ser exaltado nos “desfiles dos clubes republicanos”.⁴¹

³⁵ BONALDO, 2014, p. 45.

³⁶ OLIVEIRA, 1989, p. 173.

³⁷ OLIVEIRA, 1989, p. 173.

³⁸ OLIVEIRA, 1989, p. 174.

³⁹ BONALDO, 2014, p. 64.

⁴⁰ ENDERS, 2014, p. 277.

⁴¹ ENDERS, 2014, p. 278.

Além dessa data emblemática, destacam-se outras que foram consideradas essenciais pelo Governo Provisório de 1890 para garantir a “continuidade” e fomentar a “solidariedade entre todas as gerações humanas”, criando “laços especiais” que unissem os povos em prol de uma nação e de um destino comum.⁴² São elas: 1 de janeiro (comemoração da fraternidade universal), 3 de maio (Descoberta do Brasil), 13 de maio (fraternidade dos brasileiros), 14 de julho (república, liberdade e independência dos povos americanos), 7 de setembro (Independência do Brasil), 12 de outubro (Descoberta da América), 2 de novembro (Dia de Finados) e 15 de novembro (Comemoração da República Brasileira).⁴³

Somada a essa “liturgia anual” das principais datas nacionais, a Primeira República vivenciou o ciclo dos centenários, como as comemorações do “Descobrimento do Brasil” em 1900, da “Abertura dos Portos” em 1908 e, logo em seguida, o centenário da Independência, em 1922. O país se encontrava imerso em uma onda de festejos e centenários, criados com o objetivo de cultivar virtudes cívicas, conferindo maior concretude e vigor ao Estado⁴⁴. Diversos agentes estiveram envolvidos na organização dessas festividades nos anos de 1900, 1908 e 1922, como historiadores, arquitetos, escritores e pintores. Entre eles, destacam-se João Capistrano de Abreu, Adolfo Morales de Los Rios, Olavo Bilac, Henrique Bernardelli e Ramiz Galvão.⁴⁵

Poucos anos depois desta grande comemoração do Centenário da Independência, em 1925, a República comemorava o seu 36º aniversário. O evento, no entanto, foi pouco celebrado, se comparado a outro centenário, o centenário natalício de D. Pedro II, em 2 de dezembro. Esta comemoração, em particular, adquiriu grande importância, pois contou com a presença das mais altas autoridades governamentais e foi marcada por um imenso contingente de elogios ao imperador.⁴⁶

A comemoração do centenário de D. Pedro II foi um movimento amplo, envolvendo instituições e periódicos de diversas regiões do país durante o regime republicano. Este estudo analisa como essa comemoração, ocorrida na década de 1920, contribuiu para consolidar a construção de uma memória monárquica, ao promover o encontro entre o presente republicano e o passado imperial.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, responsável pela produção e difusão do saber histórico nacional, desempenhou um papel fundamental na organização do centenário natalício do Imperador, atuando na construção memorial e historiográfica de D. Pedro II e de

⁴² OLIVEIRA, 1989, p. 183

⁴³ OLIVEIRA, 1989, p. 182.

⁴⁴ ENDERS, 2014, p. 290-291.

⁴⁵ ENDERS, 2014, p. 293.

⁴⁶ ENDERS, 2014, p.276.

seu tempo. Coube a ele, como fruto do projeto comemorativo, “transformar as lembranças do passado” a fim de organizar um relato coerente e produzir sentido e significado para a vida coletiva, buscando espalhar valores pertencentes a um grupo em direção à “vida coletiva no futuro”.⁴⁷ O trabalho de comemoração realizado pelo IHGB pode ser observado a partir da publicação de dois volumes de sua revista voltados à construção da imagem de D. Pedro II e do Segundo Reinado: o primeiro, publicado em 1925, e o segundo, um tomo comemorativo, publicado em 1927.

Trata-se de duas edições distintas. A primeira, intitulada *Contribuições para a Biographia de D. Pedro II*, surgiu a partir de um projeto do Instituto, iniciado em 1922 por uma comissão eleita pela própria instituição. Em grande parte, os textos que compõem esse volume são frutos de pesquisas e estudos “histórico-biográficos” realizados pelos sócios do Instituto. Esses textos seguem as normas historiográficas da época e têm como intenção a veracidade, comprovada por procedimentos de pesquisa, como a presença de referências bibliográficas em notas de rodapé e citações de documentos históricos. A outra edição é composta pela seleção realizada pelo IHGB de matérias publicadas por diversos jornais que se dedicaram a publicar artigos comemorativos ao Centenário de D. Pedro II. Trata-se do tomo 98, volume 152, planejado para 1925, mas publicado apenas em 1927. Os textos reunidos aqui, em grande parte, são biográficos, discursos de louvor e homenagens, apresentando um conjunto memorialístico de D. Pedro II e do Segundo Reinado.

Essas duas peças textuais, de caráter memorialístico e historiográfico, integram-se a outras produções de diversos gêneros, como romances, crônicas, dramas, peças teatrais, entre outros, compondo uma “narrativa de história ensinável”. Essa narrativa buscava atingir um público leitor mais amplo, além do restrito universo das academias e institutos. Por meio dessa abordagem, planejada e desenvolvida em diversos espaços, foi possível estabelecer uma organização de conteúdos e métodos de escrita que consolidaram a disseminação de uma “educação histórica” destinada a crianças, jovens e adultos. Esse processo contou com a atuação de historiadores, literatos, editores, artistas plásticos, entre outros, e objetivava a constituição de uma “matriz narrativa” voltada à integração da “cultura política” com a “cultura republicana” no país.⁴⁸

Desde o início do século XX, esse modelo de história ensinável tem procurado conciliar a tradição monarquista com a escrita da história republicana, ao mesmo tempo em que dialoga com o legado colonial. Nesse contexto, construiu-se um enredo que conectou

⁴⁷ GUIMARÃES, 2022, p. 50.

⁴⁸ GOMES, Angela de Castro. A Marquesa de Santos: história, memória e ficção histórica no Brasil da primeira metade do século XX. **ESTUDOS IBERO-AMERICANOS**, v. 45, 2019, p. 91.

“eventos e figuras do passado colonial, imperial e republicano”, projetando um “passado histórico comum”⁴⁹. Exemplifica essa abordagem o romance histórico *A Marquesa de Santos*, de Paulo Setúbal, publicado em 1925. A obra aproveitou o contexto das comemorações do Centenário da Independência de 1922, privilegiando o Primeiro Reinado como marco fundador do Império do Brasil, com um tom iconoclasta. Outros romances históricos reforçam essa perspectiva, como *As Maluquices do Imperador* (1927), também de Paulo Setúbal, e *D. Pedro I e o Grito da Independência* (1927), de Assis Cintra. É nesse cenário de produções literárias e históricas que se investiga o papel desempenhado pelo IHGB. Nos anos 1920, em um período marcado por tempos de nacionalismos, é pertinente questionar o papel dessa produção sobre o passado monárquico, particularmente no que se refere à importância e ao espaço assumido pela *Revista do Instituto* ao publicar duas edições vinculadas à agenda comemorativa do Centenário de D. Pedro II.

O objetivo geral deste capítulo é demonstrar como as edições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) de 1925 e 1927, originadas de um projeto comemorativo esboçado pela agremiação intelectual em 1922, atuaram, no contexto republicano, na construção de um passado glorioso. Essas edições destacaram a figura de D. Pedro II e seu período como dignos de reconhecimento, justiça, honra e louvor. Ao longo do capítulo, será analisado como essas publicações constituíram um projeto de memória e história, materializando o empreendimento comemorativo do IHGB. Isso foi viabilizado pela mobilização de seus sócios e pela seleção de artigos da imprensa que homenagearam D. Pedro II e o Segundo Reinado. Para compreender esse processo, será necessário examinar quando e como essa agenda foi definida, a constituição da comissão responsável pelo projeto, a estrutura dos volumes publicados e os significados atribuídos ao evento comemorativo. Nesse contexto, serão consideradas as discussões prévias que sustentaram o evento e a organização dos dois volumes da Revista, bem como o papel dessas comemorações na construção de um passado inventado pelo IHGB.

Este primeiro capítulo analisará a formulação do programa comemorativo do centenário de nascimento de D. Pedro II, elaborado pelos sócios do Instituto. A atenção recairá especialmente sobre o tomo *Contribuições para a Biographia de d. Pedro II*, publicado em 1925, com foco na estrutura editorial da obra, incluindo a definição das temáticas, a escolha dos autores e a organização dos capítulos. Também será examinada a edição comemorativa⁵⁰ da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), de

⁴⁹ GOMES, 2019, p. 91.

⁵⁰ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (1925). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, t. 98, vol.152.

⁵⁰ GUIMARÃES, 1988, p. 5.

1927, que retomou o tema da biografia de D. Pedro II e do Segundo Reinado. Serão destacados os responsáveis pela edição, a forma de organização do conteúdo e os temas abordados, estabelecendo paralelos com a primeira publicação.

1.1 O IHGB, a historiografia e a Primeira República

Como um espaço privilegiado da produção historiográfica do Brasil durante o século XIX, o IHGB desempenhou um papel central na construção da “historiografia”, das “visões” e das “interpretações” sobre o nacional.⁵¹ O reduto intelectual buscou apontar caminhos para a concretização da produção escrita histórica, logo, era necessário delimitar o perfil da “nação”, ou seja, forjar uma fisionomia que representasse o nacional, por meio da homogeneização da visão do Brasil no imaginário das “elites brasileiras”. A escrita da história procurou, então, atender a um projeto de “Nação brasileira”, fornecendo uma “identidade própria, capaz de atuar tanto externamente quanto internamente”. Nesse movimento de delimitação do nacional, os indígenas⁵² e os negros⁵³ foram tendencialmente excluídos do projeto, por serem considerados não “portadores da noção de civilização”, sendo definidos como o “outro”.⁵⁴

No mesmo ano de sua fundação, a instituição se colocou “debaixo da imediata proteção imperial”⁵⁵. Em 1838, D. Pedro II foi convidado a ser o “protetor” da entidade, a qual passou a visitar com frequência e a manter-se inteirado das discussões.⁵⁶ A associação intelectual não mediu esforços na construção do perfil do monarca. A serviço de um projeto político bem estruturado, os sócios do Instituto se empenharam em forjar a “imagem pública de D. Pedro II” – para o que muitas vezes utilizaram os conceitos de “perfeição” e a “idade de ouro” como formas discursivas –, e as representações se deram “em consonância com as diferentes fases do seu longo reinado”. Nesse processo de construção, “passado e presente se conjugavam na figura do único monarca americano”.⁵⁷

Desde pequeno, acompanhado de seu tutor e de suas irmãs, Pedro II prestigiava “as sessões magnas” do Instituto, e sua presença se tornou assídua nas atividades, de modo que

⁵¹ GUIMARÃES, 1988, p. 5.

⁵² Sobre os indígenas, ver: TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

⁵³ Sobre os negros, ver: MANHANI, Luís Roberto. **O discurso sobre o negro na historiografia e na etnografia do IHGB (1839-1925)**. 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

⁵⁴ GUIMARÃES, 1988, p. 6.

⁵⁵ GUIMARÃES, 2011.

⁵⁶ SCHWARCZ, 1998, p. 127.

⁵⁷ GUIMARÃES, 2011, p. 109.

“nem de longe se comparava a uma visita protocolar”.⁵⁸ Pedro II participou ativamente, por meio da instituição de prêmios anuais, incentivou a produção intelectual, “atribuía aos sócios temas para dissertações” e chegou a delegar onze programas históricos, abordando diversas temáticas. O monarca correspondia aos esforços intelectuais dos integrantes da “associação de sábios” e se interessava por todos os assuntos retratados, “ora participando de debates, ora trazendo livros recém-publicados” para serem discutidos.⁵⁹

Com o primeiro volume publicado em 1839, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) se constituiu como um “fórum privilegiado do debate político-intelectual”⁶⁰, ocupando um lugar de destaque no “cenário cultural brasileiro” da época. Desempenhou um papel fundamental na “produção e disseminação do saber histórico”, entendido como um espaço de “inovação intelectual”⁶¹. Essa Revista contemplava práticas de cunho científico e apresentava, em certa medida, traços de modernidade, identificáveis na presença da comissão de redação e do editor, ambos responsáveis por elaborar a política editorial e aplicá-la, além de considerar as avaliações submetidas pelos pares antes da publicação.

Com a crise do Estado monárquico, agravada por questões sociais, econômicas e políticas, o prestígio da figura real foi abalado. A deterioração acelerada da “ordem senhorial-escravocrata”⁶², juntamente com outros princípios desequilibradores das forças políticas imperiais, como a “questão religiosa” e a “questão militar”, enfraqueceu fortemente a monarquia. A crise do Império se intensificou ainda mais com as transformações em curso, sendo sentida pela “correlação das forças sociais do país”, como o surgimento do Partido Republicano em São Paulo e a força do abolicionismo⁶³. Além disso, foi na segunda metade do século XIX, mais precisamente a partir da década de 1870, que surgiram dissensões partidárias, acompanhadas por alianças entre grupos divergentes dos partidos Liberal e Conservador. A descentralização político-administrativa, a limitação do Poder Moderador e os empréstimos concedidos à agricultura foram questões que evidenciaram as dificuldades do Parlamento, contribuindo para a instabilidade política do Segundo Reinado.⁶⁴ A ausência de uma corrente ideológica sólida entre os políticos ligados ao Império favoreceu a formação de

⁵⁸ GUIMARÃES, 2011, p. 110.

⁵⁹ GUIMARÃES, 2011, p. 111.

⁶⁰ GUIMARÃES, 1989, p. 23.

⁶¹ GUIMARÃES, 2017, p. 26-45.

⁶² FAUSTO, Boris; CARDOSO, Fernando [et al.]. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano, v.8 : estrutura de poder e economia (1889-1930). 8ª. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 19.

⁶³ FAUSTO; CARDOSO et al., 2006, p. 29.

⁶⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República. FREITAS, Marcos Cezar(org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 126.

uma base republicana forte, marcada pelas adesões de grupos liberais e conservadores à República.⁶⁵ Frente às crises do regime monárquico, a solução apontada foi a “República cafeeicultora”, antecedida por uma “ditadura militar”.⁶⁶

Diante desse processo, gradualmente a monarquia perdeu espaço, e a República ganhou corpo, difundindo ideias ligadas ao mérito, à ciência e à evolução histórica, as quais dariam concretude para a vigência da civilização, do progresso e da modernidade na Primeira República.⁶⁷ No entanto, essa transição⁶⁸ de um regime a outro não se deu de forma harmônica e consensual. Lutas políticas, dissensões e fraturas partidárias marcaram as primeiras décadas republicanas. Havia grupos políticos que protagonizavam sangrentas disputas, como a Revolução Federalista — o movimento mais contundente que agitou os primeiros anos republicanos.⁶⁹ Dissidências estaduais, a liberdade de imprensa e a organização de grupos monarquistas foram arrastados no roldão da violência.⁷⁰ Os grupos dominantes, que travavam lutas pelo poder, se entrechocavam para estabelecer uma concepção unânime de República e, por sua vez, tinham distintas expectativas sobre o destino político do regime.⁷¹ Por mais que o discurso republicano vigorasse em alto e bom som, vozes subjugadas não deixaram de denunciar as iniquidades, os conflitos e as várias decretações de estados de sítio, além de inúmeros problemas, como as prisões de políticos civis e militares, o empastelamento de jornais, assassinatos, depredações e intenso conflito parlamentar.⁷²

Do ponto de vista da escrita da história, com o advento da República, em 1889, o IHGB enfrentou grandes dificuldades para cumprir as demandas do sistema político vigente, visto que a mentalidade monárquica prevalecia na maioria dos intelectuais que compunham a agremiação. A Escola Palatina⁷³ quase cerrou suas portas⁷⁴ e passou por sucessivas crises, até transformar e canalizar suas pretensões voltadas aos interesses republicanos. Dessa forma, a escrita histórica estava sujeita a um processo de redefinição; era preciso reescrever e revisar a história da nação, fazendo uso de novas práticas e procedimentos. Os letrados deveriam se

⁶⁵ JANOTTI, 2007, p. 127.

⁶⁶ JANOTTI, 2007, p. 147.

⁶⁷ SILVA, Bárbara Winther da. **A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República**. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015, p. 16.

⁶⁸ A mudança na forma de regime não alterou a composição da classe que dominava, muito menos na sua “fração hegemônica”, como a “burguesia agrária” e a “cafeicultora”. Houve nesse período uma “rearticulação” de instituições repressivas que pudessem manter a ordem (FAUSTO; PINHEIRO, 2006, p. 266).

⁶⁹ JANOTTI, 2007, p. 127.

⁷⁰ JANOTTI, 2007, p. 129.

⁷¹ JANOTTI, 2007, p. 130.

⁷² JANOTTI, 2007, p. 124.

⁷³ É uma expressão cunhada pelo letrado Araújo Porto-Alegre (1806-1879) para remeter ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O termo faz uma alusão à primeira universidade medieval surgida na corte do rei dos francos, Carlos Magno (742-814) (GUIMARÃES, 2007, p. 15).

⁷⁴ GUIMARÃES, 2007, p. 24.

conformar a uma nova tendência e desvincular suas questões do período monárquico. Com isso, a associação buscava apresentar uma nova forma de escrita que contemplasse a ordem que se impunha.⁷⁵ No referido contexto, houve um processo de reconstrução da escrita da história e de uma cultura cívica republicana, que se daria por negociação e apropriação de tradições. Tratava-se da criação ou recriação de uma história e de memórias nacionais.⁷⁶

Para construir sua legitimidade, a Primeira República investiu na criação de uma nova tradição, composta por um aparato simbólico inédito, visando contemplar e remodelar o imaginário popular de acordo com os princípios republicanos. Nesse movimento de inventar uma nova tradição, foram publicadas biografias dos "velhos republicanos", que serviriam como modelo e inspiração para as gerações vindouras, a fim de prepará-las para ocupar seu lugar em um Brasil moderno. Entre as biografias publicadas, destacam-se as escritas por Antônio Joaquim de Melo (1794-1873), como as de Natividade Saldanha, Abreu e Lima, Luís Alves Pinto, José Correia Picanço e Gervásio Pires Ferreira.⁷⁷

Somado a esse esforço, na tentativa de propagar a visão republicana, destaca-se o livro de Gonzaga Duque, *Revoluções Brasileiras* (1897), um tipo de ensino pedagógico voltado para o uso nas escolas, para que as crianças pudessem entender a história do Brasil, mais precisamente o contexto republicano, como uma revolução. O livro afirmava que, dentre todas as revoluções, a proclamação da República seria o "coroamento de todas as revoluções".⁷⁸

Foram idealizados projetos e estratégias para apagar a memória do Império e construir uma nova configuração cultural⁷⁹, o que desencadeou batalhas ideológicas e políticas entre monarquistas e republicanos. Se, por um lado, os republicanos preservaram a ideia do Império como decadente, lançando-se à edificação de uma tradição republicana que superasse a imperial, por outro, os monarquistas se dedicaram a resgatar a tradição imperial, colocando o regime anterior como o ápice da civilização, enquanto a República era vista como uma ruína.⁸⁰

No embate, os esforços republicanos para consolidar a legitimidade do regime não foram bem-sucedidos, sobretudo no plano imagético e simbólico. Apesar da intencionalidade, os agentes da República não conseguiram criar um imaginário popular republicano⁸¹, e os monarquistas venceram o embate simbólico com diversos empreendimentos para reconstruir a

⁷⁵ GOMES, Angela de Castro; **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 9.

⁷⁶ GOMES, 2009, p. 12.

⁷⁷ MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira vol. IV (1877-1896)**. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p. 497-498.

⁷⁸ _____. **História da inteligência brasileira vol. V (1897-1914)**. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p. 18-19.

⁷⁹ CARVALHO, 2017.

⁸⁰ ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos estudos CEBRAP**, 2009, p. 133.

⁸¹ CARVALHO, 2017, p. 11

tradição imperial na República, a partir da remodelagem de imagens e símbolos monárquicos. Nesse contexto, a própria figura de D. Pedro II esteve sujeita a tais interesses, e a festa do centenário da Independência do Brasil, em 1922, o elegeu como um herói nacional.⁸²

Em meio a esse espaço de disputas, ocorreu o processo de ressignificação da imagem de Pedro II — processo que tomou grande parte do período republicano — não mais como uma figura de Estado, mas como um símbolo apropriado à República. No âmbito do IHGB, a grandeza da figura imperial não era ofuscada⁸³, e havia uma forte memória da atividade do Imperador como grande mecenas da agremiação, cujos sócios não mediram esforços na comemoração de seu centenário de nascimento, em 1925.

O contexto em que se deu o centenário natalício de D. Pedro II, mais precisamente no período compreendido entre 1922 e 1926, durante o governo de Arthur Bernardes (1875-1955), foi marcado por uma grande escala de repressão do Estado. Essa repressão não atingiu apenas os participantes das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, mas também o movimento político em favor da causa operária. O governo Bernardes foi caracterizado por uma série de decretações de estado de sítio. Ele era uma figura extremamente impopular, especialmente em algumas áreas urbanas da região do Rio de Janeiro, onde agiu com forte repressão policial.⁸⁴

Além dos decretos de estado de sítio, o governo republicano recorria à deportação e expulsão, o que alimentava a violência policial contra as organizações operárias, tidas como inimigas do governo e da sociedade.⁸⁵ Do ponto de vista financeiro, o governo de Arthur Bernardes não conseguiu agradar a todos os setores: o Nordeste reclamava do abandono dos planos contra a seca, os gaúchos se queixavam da inflação e a insatisfação dos assalariados era constante.⁸⁶

Foi durante o seu mandato que ocorreu a fase heroica do movimento tenentista, com os principais acontecimentos, como as marchas, os levantes e as colunas, destacando-se a Marcha dos 18 do Forte em 1922, o levante de São Paulo em 1924 e a Coluna Prestes em 1925 – ano do centenário natalício de D. Pedro II.⁸⁷

⁸² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 503.

⁸³ AVELAR, Alexandre de Sá. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 13, n. 33, 2020, p. 400.

⁸⁴ FAGUNDES, 2017, p. 284.

⁸⁵ FAGUNDES, 2017, p. 284.

⁸⁶ FAUSTO; PINHEIRO, 2006, p. 442.

⁸⁷ JÚNIOR, Mário Cléber M. Lanna. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1, p. 317.

No ano paradigmático de 1922, ocorreram marcos considerados pela historiografia como fundadores de um Brasil inédito, como o surgimento do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna, a manifestação precursora do movimento tenentista e a comemoração dos cem anos da Independência do Brasil.⁸⁸ O Centenário da Independência, em 1922, incitou a participação da intelectualidade e da população em geral, envolvendo os principais centros urbanos do país, como Rio de Janeiro e São Paulo. Foi nesse cenário que os intelectuais se dedicaram de forma intensa a criar um saber próprio sobre o país. O imperativo era conhecer, desvendar, investigar e mapear o Brasil e sua realidade, assim como desenhar os contornos e atribuir formato à identidade da nação.⁸⁹

A comemoração do Centenário da Independência despertou discussões sobre a formação e as visões da sociedade brasileira, permitindo recolocar no debate os dilemas da salvação nacional. A questão a ser enfrentada era a construção de um Brasil moderno; os intelectuais do período deveriam se dedicar de corpo e alma aos estudos sobre o país. Muitos foram os intelectuais responsáveis por refletir sobre essa questão, com destaque para Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Menotti dei Picchia, Oliveira Viana, Lima Barreto, Licínio Cardoso, Tristão de Ataíde, entre outros.⁹⁰

Em relação às celebrações de 1922 promovidas no âmbito do Instituto Histórico, considerando os centenários mais conhecidos como "fastos nacionais", com especial atenção às comemorações da Independência, esse fenômeno trouxe novas interpretações para o estudo da história pátria. As comemorações visaram fomentar e difundir virtudes cívicas, a fim de criar e cultivar cidadãos de bem, apontando direções para uma historiografia que buscava legitimar o presente ao "reanimar o passado".⁹¹ Foi nesse marco temporal que se deu a definição de uma agenda comemorativa do centenário natalício de D. Pedro II, um programa executado pelo IHGB, que desempenhou um papel fundamental na preparação das comemorações em meados de 1922.

1.2 Definição de um programa comemorativo: a festa que a República manda guardar

O ano glorificador de 1922, como para os fastos brasileiros foi o seu correlato histórico, o Ano da Independência de 1822, representa para esta casa um marco heroico de productiva lucta e immarcessiveis trophéos, colhidos em prol do bom renome, defesa e guarda-fiel de nossas tradições e de nossa Historia [...]. Foi o anno de 1922, para esta companhia, de intenso e

⁸⁸ MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1992. p. 1-13.

⁸⁹ MOTTA, 1992, p. 4.

⁹⁰ MOTTA, 1992, p. 6.

⁹¹ GUIMARÃES, 2007, p. 17.

indefesso labor patriótico, e nelle como symbolo de consagração nacional á nossa maior data [...].⁹²

Com bastante antecedência, a comemoração do centenário da Independência começou a ser preparada pela agremiação intelectual. Em 1898, Manuel Francisco Correia sugeriu que o grêmio se voltasse aos órgãos públicos na tentativa de orquestrar o programa celebrativo da efeméride de 1922.⁹³ Mais tarde, em 1921, Max Fleiuss apresentou um projeto que visava celebrar os centenários das chamadas grandes datas de 1822, com o objetivo de rememorar as glórias que antecederam e sucederam o evento da Independência. Apoiado por Afonso Celso, Fleiuss destacou a urgência de se comemorar essas datas, concebendo-as como um verdadeiro curso da história nacional.⁹⁴

O caráter propulsor das grandes consagrações cívicas, identificado no ato de celebrar os marcos do passado, esteve presente no Instituto desde sua fundação. O projeto de consagração das glórias históricas tem acompanhado a instituição, que se dedica a homenagear os principais vultos e abordar pontos controversos da história, geografia e etnografia nacionais.⁹⁵

No contexto que envolveu o Centenário da Independência, merece destaque o discurso do presidente da República e sócio efetivo do IHGB, Epiácio Pessoa (1865–1942), proferido à Câmara dos Deputados em 1920. Nele, Pessoa argumentou a favor da autorização para o traslado e funeral no Brasil dos restos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina.⁹⁶ Segundo ele, a celebração do Centenário era uma oportunidade de praticar um ato de elevação moral, revelando a consciência de uma continuidade histórica e ressaltando a importância de lembrar os servidores do passado. Pessoa destacou a missão e os notáveis serviços prestados por D. Pedro II à nação, sobretudo na moralização do serviço público, no desenvolvimento das letras e na defesa nacional.⁹⁷

O planejamento do ritual fúnebre – empreendido com sucesso em 1921 – foi justificado pelo argumento de que honrar a memória dos grandes homens era um dever do

⁹² FLEIUSS, Max. Relatório do sr. Max Fleiuss, secretario perpetuo. **RIHGB**, t. 92, v. 146, Parte II, 1922, p. 571.

⁹³ GUIMARÃES, 2007, p. 133.

⁹⁴ GUIMARÃES, 2007, p. 134.

⁹⁵ FLEIUSS, Max. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro através de sua Revista”. **Boletim do Instituto Histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

⁹⁶ Sobre o funeral de d. Pedro II, ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Os funerais de d. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et al. (Org.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 69-92.

⁹⁷ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Transladação dos restos mortais de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina. Rio de Janeiro: **Revista do IHGB**. Tomo Especial, 1925, p. 17-18 Apud GUIMARÃES, 2007, p. 165.

cidadão de bem. Portanto, tornou-se urgente arquitetar uma grandiosa assembleia de talentos e virtudes.

Foi nesse contexto, em meio à organização das celebrações do Centenário da Independência e ao projeto das exéquias, que o centenário natalício de D. Pedro II foi proposto. Esse gesto político tinha como objetivo glorificar a memória do Imperador e, dentro das atribuições do IHGB, domesticar⁹⁸ o passado do Império Brasileiro. Tratava-se de uma celebração que o tempo republicano demandava preservar, e cuja preparação ficou a cargo do IHGB.

Daqui a pouco mais de tres annos, a 2 de Dezembro de 1925, ocorrerá a data centenária do nascimento de d. Pedro II. Este facto não póde deixar de ser convenientemente apreciado pelo INSTITUTO, a que o imperador tanto se dedicou.⁹⁹

Na primeira sessão ordinária de 1922 no IHGB, realizada em 21 de abril, foi apresentada a proposta de Max Fleiuss (1868–1943) para a comemoração do centenário natalício de D. Pedro II. Para ele, o evento não poderia ser negligenciado, considerando a dedicação do Imperador ao Instituto. Em suas palavras, “a figura de D. Pedro reflete toda a nossa existência política num largo trecho de 49 anos”.¹⁰⁰

Posteriormente¹⁰¹, os membros do IHGB se dedicaram à discussão do programa de comemorações elaborado por Augusto Tavares de Lyra, vice-presidente e relator da comissão promotora das homenagens. Após aprovação pelos membros do Instituto, o programa estabeleceu que, em 2 de dezembro de 1925, seriam publicadas contribuições escritas sobre a vida e o período de governo de D. Pedro II. Entre essas obras estavam os estudos de Joaquim Nabuco (*Em S. Vicente de Fóra*) e Carlos Magalhães de Azevedo (*Traços da sua physionomia moral*), além do discurso proferido por Oliveira Lima no Instituto da França, considerados subsídios valiosos para a biografia do monarca.¹⁰²

Além disso, ficou definido que, na mesma data, seriam realizadas cerimônias religiosas solenes na Catedral ou uma missa campal na Quinta da Boa Vista, com o apoio das autoridades eclesiásticas do Arcebispado. No IHGB, ocorreria uma sessão solene com dois

⁹⁸ GUIMARÃES, Manoel L. S. “Escrever História, Domesticar o Passado”. In: LOPES, Antônio H. (org.). **História e Linguagens: texto, imagens, realidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

⁹⁹ FLEIUSS, Max. PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, A 21 DE ABRIL DE 1922. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 92, v. 146, 1926, p. 388.

¹⁰⁰ FLEIUSS, 1926, p. 388.

¹⁰¹ Entre os anos de 1922 e 1925 não foi registrado nas atas do periódico nenhum acontecimento notável no tocante a agenda das comemorações do centenário.

¹⁰² ROURE, Agenor. 87º ANNOS – SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 351.

discursos: um do presidente da instituição, Afonso Celso, e outro do orador perpétuo, Ramiz Galvão, ressaltando o papel histórico e a personalidade marcante do monarca.¹⁰³

Essa celebração evidencia a vivacidade da memória de D. Pedro II na República. Sua figura transformou-se em uma representação atemporal¹⁰⁴; embora seu corpo físico houvesse perecido em 1891, o “corpo político”¹⁰⁵ permaneceu – um ente invisível e imortal que transcendeu os limites do regime político. Esse “corpo místico”, que ultrapassava a materialidade e se mantinha imutável no tempo, foi cristalizado no imaginário republicano como um exemplo de cidadania, patriotismo, retidão administrativa e serviço à nação.



Figura 1 – D. Pedro II no leito de morte, desenho da senhora Jacquemart-André

Fonte: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRAPHICO BRASILEIRO. **Contribuições para a biografia de D. Pedro II.** Rio de Janeiro: Revista do IHGB, Tomo Especial, Parte I, 1925, p. 915.

¹⁰³ ROURE, Agenor. 87º ANNOS – SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 350.

¹⁰⁴ GUIMARÃES, 2007, p. 174.

¹⁰⁵ KANTOROWICZ, Ernst H.. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 21.

Em 1925, havia, portanto, a necessidade de valorizar o passado, ou melhor, revisitá-lo por meio de um plano comemorativo. Nesse contexto, o Instituto se encarregou de fazer um apelo aos poderes públicos para que fossem decretadas homenagens à memória do "venerando e benemérito brasileiro". Além disso, solicitou aos governos de todos os estados que atribuíssem o nome de D. Pedro II a um dos grupos escolares de suas respectivas capitais.¹⁰⁶

Officios dos presidentes de São Paulo, Minas Geraes, Paraná, Parahiba e Alagôas; do dr. Carlos Xavier Paes Barreto, presidente do Instituto Historico e Geographico do Espirito Sancto, e officio da Associação de Sciencias e Letras, de Petropolis, os quatro primeiros comunicando o recebimento do officio-circular do sr. presidente do INSTITUTO, apelando para ss. exas., no sentido de darem, nas respectivas capitães, o nome de d. Pedro II a um dos seus grupos escolares, e os dous últimos, adherindo, em nome das respectivas associações, ás homenagens projectadas por este INSTITUTO ao mesmo ínexquecível imperador.¹⁰⁷

Definido o programa comemorativo, o mesmo foi aplaudido pelos membros. Entre eles se encontravam presentes Ramiz Galvão (1846-1938), Tavares de Lyra (1872-1952), Fleiuss, Oliveira Vianna (1883-1951), Alfredo Valladão (1873-1959), Laudelino Freire (1873-1937) e Agenor de Roure (1870-1935).

[...] o INSTITUTO aplaude a iniciativa, tomada pelo seu presidente, de promover, juntamente com outros illustres brasileiros, a inauguração da estatua do Imperador em 2 de Dezembro na Quinta da Bôa Vista e lhe delegue poderes para se associar a quaesquer outras homenagens que, sem caracter politico e como preito da gratidão nacional, forem promovidas oficialmente ou por instituições particulares, para commemorar condignamente o nascimento do homem e do estadista, que foi, sem contestação possível, uma das figuras máximas da nossa Historia.¹⁰⁸

Destaca-se o protagonismo da agremiação carioca na definição de um programa comemorativo do centenário, momento em que se empreenderam homenagens a Pedro II e ao seu tempo, trazendo para a República a presença de um passado monárquico. O Instituto Histórico desempenhou um papel de grande relevância na construção da história do Brasil no século XIX e, na década de 1920, continuava a representar o principal espaço de produção historiográfica.

¹⁰⁶ ROURE, Agenor. 87º ANNOS – SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 350.

¹⁰⁷ ROURE, Agenor. 87º ANNOS – SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 357.

¹⁰⁸ ROURE, Agenor. 87º ANNOS – SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 350-351.

Embora a Casa da Memória tenha exercido um papel significativo nessa efeméride, ela não atuou sozinha. Merecem menção as iniciativas de outros atores que contribuíram para o programa elaborado pelo IHGB, incluindo o projeto apresentado na Câmara dos Deputados por nomes como José Wanderley Pinho (1890-1967), Francisco Sá Filho (1862-1936), Homero Pires (1887-1962), Octavio Mangabeira (1886-1960), Ubaldino de Assis (1858-1928), João Mangabeira (1880-1964), Alfredo Ruy (1879-1939), Rodrigues da Costa (1853-1929), Augusto de Lima (1859-1934) e Francisco Valladares (1918-1930).

Venho ocupar, sr. presidente, a atenção da Camara para apresentar um projecto que abre no Governo um credito de 1.500:000\$000.

Esse projecto, que pensei apresentar o anno passado, honra-se agora com a colaboração e a assignatura de eminentes deputados, entre os quaes não ha de deixar de salientar o sr. Sá Filho.

Não é, pois, um projecto meu e não serei ousado de dizer que é projecto nosso, de toda a Camara.

As divergencias partidárias que dividem esta Casa, conto que aqui se diluirão para unanimidade perfeita e a solidariedade absoluta com a uma idéa que todos reputarão nobre e com deliberações que julgarão patrióticas e justas.¹⁰⁹

O discurso, transcrito na seção da *Revista* em 1925, abordou as divergências partidárias na Câmara dos Deputados, conforme mencionado por José Wanderley Pinho. Ele defendeu a necessidade do projeto que previa a construção de um “condigno monumento a d. Pedro II”, cujo custo estimado seria de 1.500:000\$000. Segundo o deputado, essa quantia não representava apenas uma obrigação financeira, mas também uma dívida moral, uma “dívida de honra”.¹¹⁰ Em suas palavras: “o que propomos será amortização de um débito”.¹¹¹

O pagamento dessa quantia, conforme explicou, não visava apenas reconhecer os méritos pessoais de Pedro II, nem se tratava de uma “verdade disfarçada em um lance de retórica”. O objetivo era valorizar as “renúncias do imperador”, as “confissões de República” e as “obrigações do Brasil” em quitar tais dívidas históricas.¹¹²

As renúncias mencionadas referem-se às doações oferecidas pelo governo provisório ao ex-imperador após a proclamação da República. Mesmo exilado, Pedro II recusou essas ofertas, incluindo a pensão determinada pela Constituinte republicana, e faleceu sem jamais

¹⁰⁹ CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Camara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araujo Pinho. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 93.

¹¹⁰ CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Camara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araujo Pinho. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 93.

¹¹¹ CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Camara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araujo Pinho. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 94.

¹¹² CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Camara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araujo Pinho. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 94.

usufruí-las. Para Pinho, cabia ao Brasil — especialmente à República — quitar esse débito. Ainda que o valor fosse elevado, ele argumentava que “ergue-se mais alta uma dívida moral, uma grande dívida moral”.¹¹³

Além do montante destinado à construção do túmulo em homenagem a Pedro II, o deputado também propôs a alocação de recursos adicionais para a realização das celebrações do centenário de nascimento do imperador.

Uma parte apenas dessa quantia agora pedíamos como quitação final de taes contas. Pedimol-a para o tumulo de Pedro II; pedimol-a para as comemorações do centenario do seu nascimento a celebrar-se no próximo dia 2 de dezembro.¹¹⁴

Em seu discurso, o deputado solicitou que o Congresso honrasse os compromissos nacionais, permitindo ao Poder Executivo atender às demandas necessárias para realizar o “nobilíssimo gesto” de repatriação dos restos mortais do Imperador. Além disso, o parlamentar também defendia a celebração do centenário daquele que considerava um “grande brasileiro”.¹¹⁵

Na sessão do dia 17 de julho de 1925, Wanderley Pinho apresentou a proposta do projeto comemorativo, destacando que sua essência estava na “simples enunciação”. Diferentemente de outros discursos registrados na *Revista*, ele justificou que seria desnecessário, cansativo e inadequado “lembrar o quilate das obras e a têmpera do caráter”¹¹⁶ de D. Pedro II, uma vez que essas virtudes eram amplamente reconhecidas, dispensando maiores explicações.

Desfiar uma resenha biográfica; cantar um panegyrico, esmiuçar com friezas de crítico analyses de pretencioso historiar, para justificar essa ânsia nacional por homenagens completas a d. Pedro II seria desconchavo a que eu, por menos sensato ou por mais audacioso, não me abalançaria.¹¹⁷

O deputado expressava um incômodo evidente ao justificar a necessidade da atividade comemorativa, sentimento que também se fazia presente, de forma nuançada, em outras

¹¹³ CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Camara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araujo Pinho. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 94.

¹¹⁴ CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Camara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araujo Pinho. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 94.

¹¹⁵ CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Camara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araujo Pinho. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 96.

¹¹⁶ CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Camara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araujo Pinho. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 97.

¹¹⁷ CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Camara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araujo Pinho. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 97.

narrativas nos textos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB). Para ele, abordar o projeto comemorativo era equivalente a recapitular os considerados “progressos materiais de seus cinquenta anos de governo”, mencionar sua influência moral e o “grau de prestígio que alcançou no exterior”. Seria, enfim, um “repetido sedição e martelar de verdades sabidas”.¹¹⁸

Embora não negasse os avanços e a grandeza do passado, o deputado deixava transparecer, em sua argumentação, o quanto considerava cansativo, enfadonho e repetitivo tal empreendimento. Sua postura, no entanto, revelava um elevado grau de crença na relevância da figura do Imperador para seu tempo. Essa convicção ficava evidente em sua retórica, ao afirmar que seria desnecessário reiterar verdades amplamente conhecidas sobre a importância de D. Pedro II.

O projeto seguiu para debate na Câmara, onde enfrentou muitas críticas e “algumas emendas muito polêmicas”.¹¹⁹ A chamada “querela do centenário”¹²⁰ levou diversos grupos representados no Congresso Nacional a discutir se seria apropriado, ou não, à República enaltecer o Imperador. Inicialmente, destacaram-se as reações dos deputados Ranulfo Bocaiúva Cunha, Simões Lopes e Joaquim Mello, que se posicionaram contra o projeto, considerando-o um “indício inaceitável de reação monárquica” ou mesmo uma crítica ao governo republicano estabelecido.¹²¹

A controvérsia ultrapassou o âmbito do Congresso Nacional, repercutindo na imprensa, que, em sua maioria, apoiou a causa do centenário. Após aprovação, o Congresso decretou o dia 2 de dezembro de 1925 como festa nacional em comemoração ao centenário de nascimento de D. Pedro II. No entanto, o projeto para tornar a data um feriado nacional não foi discutido nem votado pelos deputados, o que não impediu o presidente Arthur Bernardes de firmar o feriado.

Entre as festas estabelecidas pelo regime republicano em 14 de janeiro de 1890 para preservação da memória nacional, destacavam-se as que celebravam a “fraternidade universal” (1º de janeiro, 14 de julho, 12 de outubro e 2 de novembro) e as que promoviam a “fraternidade nacional” (21 de abril, 3 de maio, 7 de setembro e 15 de novembro).¹²² Posteriormente, por ordem presidencial, o dia 2 de dezembro de 1925 também foi reconhecido como festa nacional, reafirmando a importância de D. Pedro II no imaginário republicano.

¹¹⁸ CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araújo Pinho. *RIHGB*, t. 97, v. 151, 1927, p. 97.

¹¹⁹ FAGUNDES, 2017, p. 288.

¹²⁰ SILVA, Eduardo. **A República comemora o Império**: Um aspecto político-ideológico da crise dos anos 20. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, RJ, v. 1, n. 2, p. 59-71, jan./abr. 1986.

¹²¹ FAGUNDES, 2017, p. 288-289.

¹²² OLIVEIRA, 1989, p. 186.

Nesse mesmo dia, foi inaugurado, em Petrópolis, o mausoléu destinado a abrigar os restos mortais da família imperial, financiado por uma “subscrição nacional”. O Governo Federal também se comprometeu a construir um monumento em homenagem ao Imperador em uma praça da capital. Além disso, a Estrada de Ferro Central do Brasil passou a se chamar D. Pedro II, com o nome inscrito na fachada principal do edifício, e foram emitidos selos postais com valores a partir de 200 réis estampando a efígie do Imperador.

Para financiar as homenagens oficiais, o Poder Executivo liberou os “necessários créditos” no valor de 1.500:000\$000, reforçando o compromisso nacional com a memória de D. Pedro II e sua contribuição à história do Brasil.¹²³

Os esforços que envolveram tais iniciativas evidenciam a importância do evento naquele momento histórico. Além do Instituto Histórico, o Estado brasileiro também participou ativamente. Na narrativa de José Bonifácio Lafayette de Andrada (1904-1986), relator da comissão de finanças da Câmara dos Deputados, a execução desse projeto foi considerada pelos responsáveis – o IHGB e as autoridades políticas – uma medida necessária, que correspondia “aos justos e louváveis intuítos signatários do projeto”. Essa iniciativa era vista como uma forma de consolidar a consciência nacional e afirmar uma “inabalável fé no regime proclamado em 1889”.¹²⁴

Comemorar D. Pedro II e seu tempo não colocava em questão o regime republicano; ao contrário, evidenciava o quão forte e consolidado ele estava. Não havia qualquer “perigo real” de um possível retorno da monarquia.¹²⁵ Restava à República demonstrar sua solidez e lançar um olhar sobre o passado “sem ter medo de errar”. Esse olhar para o passado permitia capturar as grandezas do período imperial – as “experiências” vividas – e, a partir delas, projetar “expectativas” para a construção de um futuro de glória.¹²⁶

Conforme as crenças da época, expressas no discurso do deputado Bonifácio, fazia-se justiça aos “excelsos servidores da nossa Pátria”, entre os quais figurava o “ex-imperador”.¹²⁷ Esse é um dos significados atribuídos ao ato comemorativo: reparar simbolicamente o passado, destacando figuras ilustres como D. Pedro II. Celebrar a vida e os feitos do antigo monarca configurava uma tentativa de promover uma reparação histórica, reconhecendo sua importância para a nação. Esse sentido de reparação estava possivelmente associado ao fato de que o Imperador fora deposto, exilado e proibido de adquirir propriedades no Brasil, além

¹²³ Sexta sessão ordinária em 12 de Setembro. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 410.

¹²⁴ ANEXO – Parecer do sr. José Bonifácio de Andrada e Silva, sobre as comemorações que deverão ser feitas por ocasião do centenario de d. Pedro. **RIHGB**, t. 92, v.146, 1926, p. 408.

¹²⁵ SCHWARCZ, 1998, p. 508.

¹²⁶ KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias histórica. In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**, tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006, p. 306.

¹²⁷ ANEXO À ACTA DA 6ª SESSÃO ORDINARIA. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 416.

de ter perdido os direitos sobre suas posses existentes. Condenado junto com a monarquia, D. Pedro II sofreu as consequências de sua posição social e do regime ao qual pertencia. No contexto da época, proclamava-se urgente um ato de justiça em seu nome, como forma de corrigir os erros cometidos no passado. No entanto, o significado da comemoração não se limita a essa perspectiva. É essencial explorar outros sentidos atribuídos à execução desse projeto político, que adquire múltiplas interpretações. A celebração do centenário natalício de D. Pedro II inscreve-se em uma batalha político-intelectual que aponta para os embates entre diferentes projetos de futuro para o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

O golpe republicano de 1889 trouxe à tona uma ampla produção de “manifestos, ensaios, romances, historiografia, memórias e autobiografias”¹²⁸, evidenciando o confronto entre duas correntes intelectuais. Esse embate se desdobrava no campo da dominação política e operava pela “representação simbólica” do “Império deposto” e da “República nascente”.¹²⁹ Do lado republicano, destacava-se a promoção de valores nacionais atrelados ao novo regime, propagados por meio de uma literatura de educação moral e cívica – como os escritos de Sílvio Romero, José Veríssimo e Luís de Andrade em 1890 – e pela exaltação de líderes republicanos, como Floriano Peixoto. Em contrapartida, a tradição monárquica construiu um discurso consistente, idealizando o passado e criticando a nova ordem por meio de “ensaios, manifestos e romances”.¹³⁰ Autores como Eduardo Prado, Afonso Celso, Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay, Oliveira Lima e Rocha Pombo despontaram como expoentes dessa historiografia monarquista.¹³¹ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tornou-se um espaço central para a produção e disseminação dessas ideias, consolidando-se como um local de construção e divulgação da intelectualidade monarquista.¹³²

Longe de encerrar essa batalha, em 1895 surgiu o Partido Monárquico, que, em um manifesto, afirmou que “A República trouxe para este país a miséria, a carestia dos gêneros, a baixa do câmbio e a guerra civil com todas as crueldades”. Em resposta a essas alegações, o Deputado Costa Machado, em discurso na tribuna da Câmara, em 10 de dezembro do mesmo ano, argumentou que os problemas materiais enfrentados pela República eram heranças da Monarquia, um período que qualificou como marcado por “revoltas e guerras civis”. Antes disso, em 1892, em resposta a um inquérito do jornal *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, o Conselheiro Tito Franco de Almeida havia defendido a restauração da monarquia, rejeitando a

¹²⁸ ALONSO, 2009, p. 131-132.

¹²⁹ ALONSO, 2009, p. 131-132.

¹³⁰ ALONSO, 2009, p. 139.

¹³¹ OLIVEIRA, 1989, p. 185-186.

¹³² OLIVEIRA, 1989, p. 187.

República implantada. Para ele, apenas três instituições poderiam salvar a integridade do país: o “monarquismo”, o “militarismo” e o “clericalismo”.¹³³

Na primeira metade da década de 1920, essa disputa política e simbólica continuou a se desenrolar, repercutindo no campo político e intelectual. O projeto de comemorar o centenário de D. Pedro II inscreveu-se nesse contexto de enfrentamento, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) mantendo um forte apreço pelo regime monárquico, seja pela incerteza em relação ao futuro da “nascente República” ou pela intenção de “restaurar a Monarquia”. Nesse cenário, a corporação intelectual procurou preservar sua conexão com o período imperial, criando uma “memória institucional” que, ora destacava a proteção de um imperador que já não poderia mais oferecê-la, ora privilegiava o dia 15 de dezembro – data em que D. Pedro II havia prometido proteção – para realizar as Sessões Magnas.¹³⁴

Portanto, pode-se interpretar essa efeméride comemorativa de D. Pedro II como uma estratégia política daquele momento, destinada a resgatar e fixar a memória do monarca e de seu Império, utilizando a figura de Pedro II como uma alegoria do passado imperial. Para isso, foram produzidas duas peças textuais. A primeira, publicada em 1925, consistiu em estudos biográficos e nos elementos característicos de uma narrativa histórica que se pretendia científica, como será analisado a seguir. A segunda, publicada em 1927, pode ser vista como a celebração da vitória desse projeto de memória, um gesto político que se repete em um discurso já consolidado, como demonstrado pela reunião de um vasto material publicado na imprensa em 1925.

1.3 A construção de uma obra: estudos biográficos de D. Pedro II

Retomando a proposta comemorativa do IHGB naquela sessão de 21 de abril de 1922, o Instituto formou uma comissão dedicada à composição de uma obra biográfica de Pedro II. Essa comissão foi integrada por Benjamin Ramiz Galvão (presidente), Augusto Tavares de Lyra (vice-presidente), Max Fleiuss (secretário-geral), Agenor de Roure, Alfredo Valladão, Augusto Olympio Viveiros de Castro, Aurelino Leal, Laudelino Freire e Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho. Mais tarde, Francisco José de Oliveira Vianna substituiu Aurelino Leal, em decorrência do falecimento deste em 1924.

¹³³ MARTINS, 1978, p. 504

¹³⁴ MENONCELLO, Aline Micheline. **Uma ajustada escrita da História:** a historicidade dos atos historiográficos de julgar no IHGB (1870-1944). 2023. Tese (Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História -Universidade Estadual Paulista). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2023, p. 31.

A escrita da obra, orientada pela obra de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*¹³⁵, tinha como objetivo homenagear a memória de D. Pedro II "sob todos os aspectos dignos da veneração nacional".¹³⁶ Reunida, a comissão discutiu o projeto de construção da obra, incluindo a elaboração do trabalho e sua distribuição entre os membros. O volume seria composto de estudos biográficos de D. Pedro II, com o intuito de "realçar os méritos" do monarca. Outro ponto debatido foi a divisão da vida do imperador em diferentes períodos, cabendo a cada membro da comissão estudar separadamente cada fase, considerando a diversidade de temas que demandavam competências específicas.

Os capítulos foram organizados em ordem cronológica, de acordo com as distintas fases do Segundo Reinado, enfatizando mais a trajetória política do Estado imperial do que a história pessoal do soberano. Cabe mencionar que a periodização foi inspirada no texto de Capistrano de Abreu (1853-1927), em homenagem à memória do Duque de Caxias.¹³⁷ O resultado desses estudos foi publicado em 1925 pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro.

A obra foi dividida em 11 capítulos. O esquema abaixo apresenta a divisão do volume, indicando os capítulos, os períodos abordados e os autores responsáveis:

CAPITULO I

(1825-1831)

Nascimento – Primeiros annos – Educação: tutores e mestres (Max Fleiuss)

CAPITULO II

(1831-1841)

Abdicação de d. Pedro I – Regencias – Maioridade (Alfredo Valladão)

CAPITULO III

(1840-1850)

A situação do Brasil em 1840 – O Ministério da Maioridade – Nova orientação política: o Conselho de Estado, a lei de 3 de Dezembro de 1841 e a dissolução da Camara dos Deputados em 1842 – Casamento do imperador – Fim das revoluções e consolidação da definitiva ordem interna – Aperfeiçoamento do governo parlamentar (Augusto Tavares de Lyra)

¹³⁵ Como é apresentado por Lucia Guimarães em: **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1938), por meio da biografia de seu pai, Nabuco analisa a trajetória do regime monárquico. O próprio autor esclarece que a história de vida de seu pai, o senador Nabuco de Araújo, deve ser interpretada como uma "vista lateral de sua época" (2006, p. 175).

¹³⁶ PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA, A 21 DE ABRIL DE 1922. **RIHGB**, t. 92, v. 146, 1926, p. 346-347.

¹³⁷ GUIMARÃES, 2006, p. 177.

CAPITULO IV¹³⁸

(1850-1864)

*Repressão do trafico – Politica exterior – Equilíbrio do Prata – Consolidação da
Politica interna (João Pandiá Calógeras)*

CAPITULO V

(1850-1864)

*Surto do Cooperativismo: as Sociedades commerciaes e industriaes – Bancos –
Navegação – Viação ferrea – Telegraphos electricos (Antonio de Barros Ramalho Ortigão)*

CAPITULO VI

(1850-1864)

Centralização crescente (Clovis Bevilaqua)

CAPITULO VII

(1864-1870)

Guerra do Paraguai (Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho)

CAPITULO VIII

(1878-1887)

*Emancipação gradual – Liquidação diplomática da Triplice Alliança – Questão
religiosa – Expansão economica – Melhoramentos materiaes – Aspectos sociaes e politicos –
idéa republicana – Viagens imperiais (Augusto Olympio Viveiros de Castro)*

CAPITULO IX

(1878-1887)

*Eleição directa – O Ensino publico – A agitação abolicionista – Importancia maior do
Sul pelo rapido progresso de S. Paulo – Immigração e Colonização – Desapparecimento de
antigos estadistas – Novos moldes e processos – Horizontes novos (Agenor de Roure)*

CAPITULO X

¹³⁸ O capítulo não foi publicado nesta edição da Revista, em justificativa, devido ao “desenvolvimento que o auctor lhe deu” fará parte de um segundo volume referente às contribuições biográficas à d. Pedro II (**RIHGB**, tomo especial, Parte I, 1925, p. 289).

(1887-1889)

A queda do Imperio (Francisco José de Oliveira Vianna)

CAPITULO XI

(1889-1891)

O homem e o estadista – A linha moral e politica do Reinado – Exílio e morte

(Afonso Celso)

A divisão do trabalho proposta por Tavares de Lyra contempla uma diversidade de assuntos acerca de D. Pedro II e abrange o período que antecede seu reinado, uma vez que se inicia com seu nascimento e também trata da abdicação de seu pai, Pedro I, e da Regência. É importante salientar que a obra publicada não é uma biografia de D. Pedro II, como se poderia supor. Como o próprio título do volume indica, trata-se de uma "contribuição" à biografia do monarca. Na organização dessa edição especial, os membros da corporação intelectual definiram os parâmetros, orientando o futuro biógrafo no caminho a ser seguido para a elaboração da biografia de Pedro II.

Quando publicado, em 1925, o volume foi descrito no discurso de Ramiz Galvão como um "grande livro", com "valiosas contribuições" capazes de oferecer subsídios para uma completa "biografia de D. Pedro II", além de simbolizar um "justíssimo tributo de homenagem" prestado pelo IHGB em memória ao segundo Imperador.¹³⁹ A constituição desse tomo especial também foi destacada por Galvão como a construção de um "monumento de gratidão e de civismo" e revelava um ato de grandeza.¹⁴⁰

Os textos reunidos foram considerados um conjunto de "excelentes memórias" que representam singelas homenagens ao considerado "maior dos brasileiros".¹⁴¹ No entanto, por mais que, na percepção de Galvão, o volume seja descrito como um conjunto de escritos memoriais, na prática trata-se de uma edição marcada por um fazer historiográfico, com um forte apelo ao rigor científico em sua montagem. Na intenção de garantir ao leitor a veracidade daquilo que se escreve, a obra mobiliza referências e argumentos, expressos por notas de rodapé e documentos históricos, de forma a validar o discurso científico. Demonstrar os procedimentos de pesquisa empregados e comprovar fatos a partir de provas autênticas permitiria a aproximação da verdade. Há, assim, uma crença na produção de um saber

¹³⁹ GALVÃO, 1925, p. 9

¹⁴⁰ GALVÃO, Ramiz. Sessão solenne commemorativa do centenario natalicio de d. Pedro II. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 524.

¹⁴¹ GALVÃO, Ramiz. Sessão solenne commemorativa do centenario natalicio de d. Pedro II. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927, p. 524.

científico que compõe este estudo histórico-biográfico. Com tamanho destaque, antes mesmo de 1925, a obra começava a surgir nas sessões do IHGB.

Na primeira sessão ordinária do dia 23 de abril de 1924, o segundo secretário do IHGB, Agenor de Roure, narra que Max Fleiuss buscou expor alguns trechos do "manuscrito inédito" acerca de suas "Contribuições para a História Biográfica de D. Pedro II".¹⁴² Max Fleiuss, um letrado que obteve grande destaque em comparação aos demais sócios do IHGB, ocupou o cargo de secretário em 1905 e foi caracterizado como um "profissional de institutos", com participação em diversas academias, sociedades e organizações, tanto nacionais quanto internacionais.¹⁴³

A parte inicial de seu trabalho, divulgada na sessão, conforme descrito na ata, constituiu um interessante estudo "histórico-biográfico", o qual apresentou questões relativas à infância do Imperador. Segundo Roure, o trabalho de Max Fleiuss "vale bem pelo título de contribuição, o que na técnica científica é quase sempre sinônimo de originalidade". A narração desse fato indica uma crença na produção historiográfica científica. Essa produção se alinha ao compromisso de se fazer história em busca da verdade, na qual o historiador deveria recorrer às fontes disponíveis em seu horizonte e estar "disposto a fechar os ouvidos a tudo que não ditasse a verdade", uma verdade, portanto, fundamentada no documento.¹⁴⁴

Conforme o documento lido por Roure, o trabalho atingiu cerca de 300 laudas, e a monografia do autor não podia ser tida como "mero capítulo de dissertação literária". Mais que isso, foi considerada um "arquivo da melhor documentação nacional sobre tão delicado tema", pautando-se em um conjunto de diversas obras, como manuscritos raros, "autógrafos", jornais, cartas, instruções, leis, regulamentos, certidões, entre outras fontes. Além de coletar, selecionar, arquivar e organizar os documentos, Fleiuss teve o trabalho de reunir os demais materiais no Instituto Histórico, na biblioteca do Paço e no Arquivo Nacional.¹⁴⁵

Houve um trabalho de seleção e organização dos documentos que comporiam a construção de uma história de vida, formando um arquivo dedicado a narrar as experiências remotas, remetendo ao Imperador e ao seu tempo. Para sua montagem, o letrado recorreu a um vasto conjunto de obras, manuscritos, cartas, jornais e documentos jurídicos, além de explorar diferentes espaços, como o Instituto Histórico, a Biblioteca Nacional e o Arquivo

¹⁴² ROURE, Agenor. PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA, A 23 DE ABRIL DE 1924. **RIHGB**, t. 96, v. 150, 1927, parte II, p. 329.

¹⁴³ SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 107.

¹⁴⁴ ANHEZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay. **Revista de História**, n. 160, 2009, p. 229.

¹⁴⁵ ROURE, Agenor. PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA, A 23 DE ABRIL DE 1924. **RIHGB**, t. 96, v. 150, 1927, parte II, p. 330.

Nacional, com o objetivo de reunir uma documentação pertinente à sua pesquisa em contribuição à biografia de Pedro II.

De acordo com Roure, o texto de Fleiuss, após apresentar o cenário político-social do Brasil em 1825, ano de nascimento do Imperador, dedica-se a uma descrição minuciosa dos eventos que marcaram a infância de Pedro, abordando seu nascimento, cerimônias, consagração, educação, enfermidades que o abateram, seus familiares, suas perdas e outros aspectos relevantes.

[...] boletins medicos, a arvore genealógica, o noticiário sobre o nascimento, apresentação á Côrte, festas populares, cerimonial do baptizado (9 de dezembro), a consagração (2 de janeiro de 1826); dá curiosos informes sobre sua ama de leite, a suissa Catharina Equey [...] a virtuosa senhora dona Mariana Carlota de Verna, depois condessa de Belmonte; narra-lhe as enfermidades infantis e as perdas dos mais caros entes que teve desde os mais tenros annos, até ver-se imperador do Brasil, aos cinco annos de idade, longe dos seus e chefe de sua pequenina família, composta de tres irmanzinhas – d. Januaria, d. Paula e d. Francisca – e da vastíssima Nação Brasileira; e, com menos de nove annos, orpham completamente, nos paços solitários dos seus antepassados.¹⁴⁶

Fleiuss focaliza a formação intelectual do Imperador e, para isso, discorre sobre sua instrução moral, que esteve sob os cuidados de José Bonifácio (1763-1838) e, posteriormente, do marquês de Itanhaém, Manuel Inácio de Andrade (1782-1867). Segundo o texto, o papel de dona Maria Carlota de Verna Magalhães Coutinho (1779-1855) foi essencial na formação do príncipe, pois ela "lhe ensinou a ler e a garatujar a primeira carta ao pai". Em seguida, são narrados os mestres que contribuíram para a formação do jovem monarca. O secretário Agenor de Roure faz questão de evidenciar que, nessa grande pesquisa executada por Fleiuss, foram referidas:

58 obras, 15 jornaes, autos, 250 cartas autographas, trabalhos calligraphicos do imperador-menino e suas irmãs, e um sem-numero de decretos, leis, regulamentos, relatórios, contas, instrucções, pareceres, certidões, boletins, etc.¹⁴⁷

Roure verifica que o trabalho foi "ilustrado com perto de 50 notas, em anexo", e tamanha era a bibliografia indicada que merecia "os mais justos louvores, causando a melhor impressão, reputando-o o presidente do INSTITUTO um modelo no gênero". É perceptível o

¹⁴⁶ ROURE, Agenor. PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA, A 23 DE ABRIL DE 1924. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927, p. 330.

¹⁴⁷ ROURE, Agenor. PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA, A 23 DE ABRIL DE 1924. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927, p. 331.

esforço de Roure em oferecer um panorama das temáticas tratadas por Fleiuss, mas, sobretudo, em destacar a atenção dedicada ao objeto de estudo e aos documentos utilizados para contribuir com a obra biográfica. Essa parte da obra lida por Max Fleiuss no "recinto social" foi considerada uma "verdadeira e preciosa monografia sobre a infância do imperador". As outras partes que comporiam a obra, confiadas a Agenor de Roure, Calogeras, Miguel de Carvalho, Alfredo Valladão, Clovis Bevilacqua e Ramalho Ortigão, estavam, naquele período, em processo de elaboração.¹⁴⁸

Outro letrado que apresentou parte do texto naquele espaço foi Augusto Tavares de Lyra (1872-1958).¹⁴⁹ Tavares de Lyra foi um sócio vinculado a várias instituições intelectuais, destacando-se na atividade docente. Entre os anos de 1915 e 1920, esteve associado à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro como professor. Após abandonar a docência, exerceu cargos e funções públicas no âmbito da política. O secretário Agenor Roure relata que, na terceira sessão ordinária, em 18 de junho de 1924, Lyra fez uma "síntese da evolução social, econômica e política do Brasil", começando pelo que ele chama de "descobrimento" e, depois, passando a se dedicar, "em ligeiros traços", à circunstância na qual se encontrava o país entre 1840 e 1850.¹⁵⁰ Dessa forma, considerava todos os aspectos possíveis e privilegiava o momento em que D. Pedro II ascendeu ao poder.

Lyra teria argumentado que D. Pedro II estava "predestinado a ultimar" e haveria de cumprir uma "missão histórica", algo que a providência legou à monarquia no Brasil. Seria ele o "penhor da nossa integridade territorial" e o "transitório agente unificador". Pela narrativa de Roure, após mencionar o movimento da história do Brasil marcado pela providência, Lyra se detém em falar sobre o "Ministério da Maioridade", traçando as singularidades de cada um de seus membros e analisando suas condutas. Apresenta também um esboço acerca do ordenamento social e político da época e lança uma discussão dos "três principais capítulos de acusação formados contra aquele Ministério", como "a derrubada de funcionários, o falseamento do direito do voto e as medidas adotadas para pacificar o Rio Grande do Sul".¹⁵¹

Lyra conclui sua exposição centrando atenção nas causas que levaram à queda do "Ministério", motivada pelo movimento de orientação dos reacionários desde 1837, o que

¹⁴⁸ ROURE, Agenor. PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA, A 23 DE ABRIL DE 1924. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927, p. 331.

¹⁴⁹ Disponível em: < <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ATLyra.html> >. Acesso em: 12 jul. 2023.

¹⁵⁰ ROURE, Agenor. Terceira sessão ordinaria em 18 de junho 1924. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927, p. 371.

¹⁵¹ ROURE, Agenor. Terceira sessão ordinaria em 18 de junho 1924. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927, p. 371.

promoveu gradualmente um processo de concentração da política monárquica que, segundo ele, era incompatível com os ganhos democráticos advindos da Regência.

Com base nos estudos de Lyra, foram apresentadas duas teses. A primeira refere-se à "formação de uma consciência nacional", que o autor acredita ser "obra por excelência do Império". A segunda tese trata da "centralização administrativa e política", a qual teria oferecido condições para que a realeza se firmasse em terras brasileiras.¹⁵² Assim como Max Fleiuss, Lyra teria demonstrado o esforço de construir uma obra biográfica que não se limitou a tratar apenas do personagem, mas também do período em que esteve inserido, ressaltando questões econômicas, sociais e, sobretudo, políticas. Roure salienta que toda a sua exposição foi amparada por uma farta documentação, o que denota o empenho de Lyra nesse empreendimento de pesquisa e escrita em contribuição à biografia de D. Pedro II.

O próximo a apresentar seus estudos foi o próprio secretário, Agenor de Roure (1870-1935)¹⁵³, no dia 27 de abril de 1925. Roure dedicou-se ao jornalismo por cerca de 20 anos e atuou como revisor do Jornal do Brasil, tornando-se redator e secretário deste periódico. Também foi redator da Gazeta de Notícias entre 1892 e 1893. Em 1894, teve participação no âmbito da política, atuando na Câmara dos Deputados. Mais tarde, em 1917, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), alcançando a posição de sócio honorário em 1924.

Na aludida sessão, Roure dedicou-se a ler o que escreveu acerca das contribuições biográficas destinadas ao monarca, apresentando um pequeno fragmento de uma das partes em que se divide o capítulo sexto da obra comemorativa ao centenário natalício. O autor considera que o capítulo do qual ficou encarregado de escrever “será o menos interessante da obra”, devido ao recorte temporal que abarca, referente ao período situado entre 1878 e 1887. Roure pondera que não havia como negar, entretanto, que tal momento guardava uma significância, pois se tratava de um “período de transformação e de agitações”, acompanhado de constantes mudanças políticas e sociais, atravessado pela agitação democrática, transformações no mundo do trabalho, nos costumes e na movimentação dos espíritos.¹⁵⁴

O autor empenhou-se, então, em apresentar os rumos tomados pela política do Império, marcados pela presença de “novas ideias que nele brilharam e com os novos horizontes que se abriram”. Como apresentado, tal rumo se deu por obra da “orientação dos novos valores” colocados em evidência no período em questão. Tais valores políticos teriam

¹⁵² ROURE, Agenor. Terceira sessão ordinária em 18 de junho 1924. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927, p. 371.

¹⁵³ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agenor-lafayette-de-roure>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

¹⁵⁴ ROURE, Agenor. Primeira sessão ordinária em 27 de Abril de 1925. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927, p. 345.

sido fruto da eleição direta – referindo-se à eleição do Imperador –, que assim abriu portas para todas “soluções democráticas”, inclusive para a República.¹⁵⁵ Em seu estudo, Roure destacou:

Com a eleição directa e como consequencia della, por ter dado existencia real á verdade das urnas, derrotando ministros, vieram o ensino livre, a agitação abolicionista, o predomínio das questões economicas e as novas idéas democraticas que caracterizavam esse notavel periodo do Reinado de Pedro II.¹⁵⁶

Roure apresenta que foi em 1878 que se deu a inauguração de uma situação liberal no país, evidenciada pela “eleição direta, a elegibilidade dos acatólicos e dos libertos, a abolição gradativa dos escravos em geral e imediata dos sexagenários”, questões que notabilizariam e tornariam benemérita tal inauguração. Como resultado de sua pesquisa, o autor conclui que o Segundo Reinado se caracterizou por um “impulso econômico”, em grande parte motivado pela transformação do trabalho escravo em trabalho livre, o que produziu bons resultados para a produção nacional, somados ao “esforço natural da alegria do homem que cultiva a terra com a certeza de colher ele próprio o resultado da energia empregada”.¹⁵⁷ Agenor de Roure se vincula a uma corrente de estudos que busca apresentar os rumos políticos do Segundo Reinado como decorrentes de um conjunto de transformações e agitações. Em relação ao período em que D. Pedro II governou, constata a prosperidade econômica do Império e o identifica como um tempo de inauguração de uma situação liberal no país, incentivada, majoritariamente, por políticas de libertação da mão de obra escravizada.

Nos estudos aqui apresentados, pode-se observar a iniciativa de reunir uma série de documentos para formar uma “massa documental”¹⁵⁸ que trata dos tempos passados. Em sua montagem, ocorreu uma experiência de rememoração, enfatizando um retorno ao ocorrido. Houve um processo de recordação, traduzido em um trabalho de lembrança.¹⁵⁹ A pesquisa em construção pelos autores demonstrou um processo de constituição de arquivo para falar sobre uma vida, arquivo atravessado por múltiplas leituras e pela seleção de passados, o que implicou na escolha dos fatos relevantes para a composição do estudo. É possível perceber, no trabalho de pesquisa realizado por esses letrados, o apreço por um tipo de produção histórica amplamente fundamentada em documentos, alimentando a crença de que “a história se faz

¹⁵⁵ ROURE, Agenor. Primeira sessão ordinária em 27 de Abril de 1925. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927, p. 345.

¹⁵⁶ ROURE, Agenor. Primeira sessão ordinária em 27 de Abril de 1925. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927, p. 345.

¹⁵⁷ ROURE, Agenor. Primeira sessão ordinária em 27 de Abril de 1925. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927, p. 345.

¹⁵⁸ DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**. Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

¹⁵⁹ RICOEUR, 2007, p. 55 e 73.

com os documentos”. Nesse sentido, apreende-se que a apresentação da verdade era vista como essencial para o “ofício do historiador”, cuja atividade deveria ser norteadada por “procedimentos adequados” de análise dos documentos.¹⁶⁰

Como resultado da construção desse arquivo, houve a constituição da obra historiográfica *Contribuições para a Biographia de d. Pedro II*, pensada e elaborada pelos sócios do IHGB. Em paralelo, cabe mencionar a publicação de uma edição comemorativa da *Revista da agremiação*, lançada em 1927, que reuniu textos publicados em periódicos em 1925.

1.4 Tributos de veneração à memória do Imperador: a edição comemorativa da Revista do IHGB

Definido o programa comemorativo encabeçado pelo IHGB no dia 29 de maio de 1925, realizou-se uma celebração na sessão solene do Instituto Histórico, com cerimônias religiosas na Catedral e na Quinta da Boa Vista. Neste último local, estava prevista também a inauguração de uma estátua do imperador.¹⁶¹ Várias instituições da capital federal comemoraram D. Pedro II em 1925, como o Colégio Pedro II, o Instituto Benjamin Constant, a Academia Brasileira de Letras, a Catedral Metropolitana, a Sociedade de Geografia, a Estrada de Ferro Central do Brasil e o próprio IHGB.¹⁶²

As celebrações não se restringiram ao Rio de Janeiro, sendo amplamente realizadas também em Belo Horizonte, na Sociedade Mineira de Belas Artes, em Juiz de Fora, no Museu Mariano Procópio, e nos Institutos Históricos Regionais, como os de Curitiba, Belém e outros. Esses gestos comemorativos, além de se concentrarem nas instituições de caráter literário, artístico e científico, também marcaram presença nas publicações da imprensa de diversas partes do país.¹⁶³

Com o término das comemorações, coube à Casa da Memória Nacional, em parceria com a imprensa carioca, a tarefa de divulgar um vasto material produzido pela elite intelectual brasileira sobre o grande vulto da República.¹⁶⁴ Foi então que o Instituto Histórico lançou uma segunda edição, "consagrada ao centenário de D. Pedro II", que funcionaria como uma espécie de memorial das celebrações da efeméride.¹⁶⁵

¹⁶⁰ ANHEZINI, 2009, p. 230-231.

¹⁶¹ FAGUNDES, 2017, p. 286.

¹⁶² FAGUNDES, 2017; SCHWARCZ, 1998

¹⁶³ FAGUNDES, 2017, p. 297.

¹⁶⁴ FAGUNDES, 2017, p. 300

¹⁶⁵ GUIMARÃES, 2006, p. 177-178.

Ao se comemorar no dia 2 de Dezembro de 1925 o centenario do nascimento de d. Pedro II, nosso segundo imperador, as altas auctoridades do paiz, a Imprensa brasileira, cultos eminentes na Politica, na Administração, nas Sciencias e nas Lettras nacionaes prestaram homenagem acorde ao magnanimo chefe de Estado, que regêra os destinos da Patria por quase meio seculo com rara dedicação e ilibada honradez.

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fiel á sua missão e sempre grato á memoria do seu grande protector, reúne no presente volume da Revista muitos desses tributos de veneração, que a Imprensa da época registrou com carinho.¹⁶⁶

O IHGB selecionou, reuniu, ordenou e republicou os textos publicados na imprensa carioca e paulista em 1925, produzindo um volume comemorativo de sua Revista, o tomo 98, volume 152.¹⁶⁷ A maior parte dos escritos reunidos neste volume consiste em textos memorialísticos da época, que funcionam como memória do evento, revisitando o passado. Com algumas exceções, esses textos têm como principal característica o trabalho de recordação dos fatos históricos, atualizando para o presente uma imagem da época imperial, personificada na figura de D. Pedro II. Trata-se de uma "copiosa miscelânea" que tinha o objetivo de abranger todas as esferas da "vida pública e privada do Imperador". O volume foi coordenado pelos engenheiros João Pandiá Calógeras, Cândido Rodrigues e Assis Chateaubriand (diretores de *O Jornal*) e precedido por quatro editoriais assinados pelos ex-presidentes Epitácio Pessoa e Wenceslau Brás, dos quais Calógeras havia sido Ministro da Guerra e da Fazenda, respectivamente.¹⁶⁸

E todavia de justiça salientarmos, entre outras gemas de valor, a preciosa contribuição prestada então pelo *O Jornal*, dirigido pelo distinto sr. dr. Assis Chateaubriand, e bem assim todo o trabalho de coordenação e revisão, que o Instituto deve neste particular ao seu benemerito consocio, o sr. dr. João Pandiá Calogeras.¹⁶⁹

O volume foi, assim, fruto do ambiente de efervescência comemorativa de 1925. As cerimônias e missas, a construção de monumentos, os decretos de homenagens pelos poderes públicos e, principalmente, as produções escritas da imprensa em celebração ao centenário de D. Pedro II, posteriormente reunidas pela RIHGB, foram eventos que evidenciaram a importância dessa comemoração.

A Revista reuniu uma vasta produção escrita, originada de diversos periódicos, que trouxe uma série de homenagens e elogios ao Imperador por parte de autoridades da imprensa,

¹⁶⁶ GALVÃO, Ramiz. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, parte II, 1927, p. 2.

¹⁶⁷ FAGUNDES, 2017; GUIMARÃES, 2006.

¹⁶⁸ GUIMARÃES, 2006, p. 178.

¹⁶⁹ GALVÃO, 1927, p. 2.

consideradas figuras proeminentes da política, da administração, das ciências e das letras. Nas palavras do diretor do Instituto, Ramiz Galvão, a “Revista representa [...] um precioso manancial de informações sobre o Segundo Reinado”, que, na visão do intelectual, foi “um período brilhante da nossa organização social” e ajudou a alicerçar a República como projeto de futuro para a “grande nação americana”.¹⁷⁰

As palavras de Galvão exprimem um sentimento de esperança e recordação, de “expectativa e experiência” ao apontarem a relação interna entre o “passado e futuro” e entre o “hoje e amanhã”¹⁷¹, ao considerarem o Segundo Reinado um “período brilhante”, cujos legados ajudaram a moldar um projeto sustentável para o futuro.

Em relação aos autores publicados pela Revista, destaca-se a presença de cerca de setenta e nove¹⁷², considerando que muitos deles assinaram dois, três ou mais textos. Os autores selecionados para a edição comemorativa, em sua maioria, nasceram e viveram sua juventude no Império, sendo testemunhas da transição política de um regime a outro. Outros, embora tenham nascido no Império, passaram sua juventude na República e provavelmente

¹⁷⁰ GALVÃO, 1927, p. 2.

¹⁷¹ KOSELLECK, 2006, p. 308.

¹⁷² Afonso Celso (sócio do IHGB, 2 artigos e 2 discursos publicados), Afonso de Escagnolle Taunay (sócio do IHGB, 3 artigos publicados), Agenor de Roure (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Alair Prata (não sócio, 1 discurso publicado), Alberto de Faria (não sócio, 1 artigo publicado), Alfredo Balthazar da Silveira (2 artigos publicados), Alfredo do Nascimento e Silva (sócio do IHGB, 2 artigos publicados), Antonio Azeredo (não sócio, 1 artigo publicado), Antonio Candido Rodrigues (não sócio, 1 artigo publicado), Arrojado Lisboa (não sócio, 1 artigo publicado), Assis Chateaubriand (não sócio, 1 artigo publicado), Augusto Tavares de Lyra (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Aurelio Lopes (não sócio, 1 artigo publicado), Barbosa Lima Sobrinho (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Basilio de Magalhães (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Berilo Neves (não sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Bráz do Amaral (não sócio, 1 artigo publicado), João Pandiá Calógeras (sócio do IHGB, 2 artigos publicados), Capistrano de Abreu (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Carlos de Laet (sócio do IHGB, 2 artigos publicados), Clemente Brandenburgier (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Clóvis Beviláqua (sócio do IHGB, 1 artigo), Eugênio Vilhena de Moraes (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Epitácio Pessoa (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Ernesto Crissiúma (não sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Luís Gastão d'Escagnolle Dória (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Eugenio de Castro (não sócio, 1 artigo publicado), Evaristo de Moraes (não sócio, 2 artigos publicados), Goffredo de Escagnolle Taunay (1 artigo publicado), Marcial Gonçalves Terra (não sócio, 1 artigo publicado), Humberto Campos (não sócio, 1 artigo publicado), J. M. M. F. (1 artigo publicado), João do Rego Barros (1 artigo publicado), Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (não sócio, 1 artigo publicado), Joaquim Pimenta (não sócio, 1 artigo publicado), Jonathas Serrano (sócio do IHGB, 2 artigos publicados), José Carlos de Carvalho (não sócio, 1 artigo publicado), José Maria Moreira Guimarães (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), José Pires Brandão (não sócio, 1 artigo publicado), Lafayette Silva (1 artigo publicado), Laudelino Freire (não sócio, 2 artigos publicados), Levi Carneiro (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Lucas Alexandre Boiteux (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Maria Eugencia Celso (não sócia, 1 artigo publicado), Mario de Alencar (não sócio, 1 artigo publicado), Mario de Vasconcellos (1 artigo publicado), Martim Francisco Ribeiro de Andrada (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Max Fleiuss (sócio do IHGB, 5 artigos publicados), Mesquita Pimentel (não sócio, 1 artigo publicado), Francisco Mozart do Rego Monteiro (sócio do IHGB, 2 artigos publicados), Múcio Scevola Lopes Teixeira (não sócio, 1 artigo publicado), Octavio da Silva Costa (1 artigo publicado), Oliveira Lima (sócio do IHGB, 2 artigos publicados), Oliveira Vianna (sócio do IHGB, 2 artigos publicados), Olympio da Fonseca (não sócio, 2 artigos publicados), Pedro Calmon (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Porto da Silveira (1 artigo publicado), Ferreira da Rosa (1 artigo publicado), Ramiz Galvão (sócio do IHGB, 2 artigos publicados), Rocha Pombo (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Rodolpho Garcia (sócio do IHGB, 2 artigos publicados), Theodoro Sampaio (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Tristão da Cunha (não sócio, 1 artigo publicado), Vicente Licínio Cardoso (não sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Viriato Corrêa (não sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Wanderley Pinho (sócio do IHGB, 1 artigo publicado), Wenceslau Braz (não sócio, 1 artigo publicado), Zeferino de Faria (1 artigo publicado) e 10 autorias anônimas.

conviveram com as memórias de suas famílias e de seus círculos sociais sobre o Imperador e o Segundo Reinado.

O volume comemorativo é dividido em duas partes. A primeira contém dois capítulos, que reproduzem artigos publicados no número especial de *O Jornal*. A segunda parte intitulada *Artigos de Outros Jornais*, reúne 45 textos, incluindo artigos publicados em *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano*, *O Imparcial*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *O Paiz* e discursos. No capítulo I, intitulado *D. Pedro II*, são agregados 29 textos, enquanto o capítulo II, *O Homem Público e os Problemas*, contém 26 textos. Ao todo, essa edição da Revista reúne 100 textos.

No primeiro capítulo, *D. Pedro II – Número Especial de O Jornal – Apresiasiões Gerais*, as temáticas abordam aspectos da infância e da vida adulta do Imperador, além de questões relacionadas ao ensino, à educação cívica e moral, e às formas de instrução e orientação. Esses textos refletem sobre o desenvolvimento cognitivo do príncipe, suas virtudes, valores e o ambiente onde ocorreram suas vivências. São discutidos, ainda, os dramas do monarca, como suas doenças, a morte, os funerais e a celebração de seu legado na República. Também é retratada sua atuação diante dos “diversos atores sociais”, em relação às várias questões que enfrentou durante seu reinado.¹⁷³

No segundo capítulo da primeira parte, *O Homem Público e os Problemas*, há um conjunto de textos com foco nos eventos históricos do Segundo Reinado. São abordadas as principais questões do Império que marcaram o reinado de D. Pedro II, como o período regencial, sua maioridade, as reformas institucionais, a relação entre o Estado e a Igreja, a liberdade de imprensa, a política internacional, a Guerra do Paraguai, a escravidão, a propaganda republicana e os movimentos contrários ao Império. Os textos analisam também as relações do Imperador com a causa abolicionista, o federalismo, a marinha, o exército, a instrução pública, a propaganda republicana e a imprensa. Alguns textos adotam uma postura mais crítica, enquanto outros têm um tom mais apologético.

Na segunda parte da Revista, *Artigos de Outros Jornais* — que contém o maior volume de textos — são reunidas publicações de diversos órgãos da imprensa. A seção se concentra nos aspectos biográficos de D. Pedro II, abordando temas como seu nascimento, aclamação, minoridade, maioridade, casamento, abolição da escravatura, abdicação, exílio e morte.

O extenso material já publicado na imprensa e, posteriormente, reunido para publicação na Revista do Instituto demonstrava claramente a importância da temática. A partir do volume, torna-se evidente que a Monarquia “continuava em alta nas páginas dos jornais”,

¹⁷³ FAGUNDES, 2017, p. 308.

representando um verdadeiro "boom" do passado imperial, com a figura do "último imperador" como centro das atenções.¹⁷⁴ Entendido como um gesto político, o volume de 1927 é, em si, uma celebração da vitória do projeto de comemoração do centenário de nascimento de D. Pedro II, em 1925. Diante das disputas pela consolidação de um imaginário nas primeiras décadas da República, a republicação do material correspondeu a um projeto bem-sucedido.

Esse volume produziu, no contexto republicano, imagens do passado monárquico, principalmente a partir da construção biográfica de D. Pedro II. Muitos eram simpatizantes do antigo regime deposto ou da figura imperial, enxergando o monarca e o Império como modelos a serem seguidos pela República. No entanto, é importante reconhecer que mesmo com a presença de narrativas críticas, elas não enfraqueceram a ideia de exemplaridade da figura do Imperador, ao destacar sua dimensão humana e falível, ao mesmo tempo que qualificam como um período de contradições e instabilidade social. Ao apontar as falhas do homem e de seu tempo, as narrativas indicam caminhos que não deveriam ser retomados, a fim de que o progresso da nação seja contemplado.

Tanto o tomo especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Contribuições para a Biographia de D. Pedro II*, publicado em 1925, quanto o tomo comemorativo editado em 1927, que reuniu textos publicados na imprensa de 1925, têm semelhanças na construção da biografia do monarca e na narração da história do Segundo Reinado, criando um conjunto textual e imagético sobre o passado de Pedro II. Contudo, é preciso destacar que se tratam de produções distintas. A edição especial de 1925 tem um enfoque mais científico, com um esforço de pesquisa e organização de documentos para compor uma biografia detalhada de D. Pedro II e de seu tempo. Esse trabalho resultou em um acervo documental rico, que, reunido, gerou uma obra biográfica sobre o Imperador e o Segundo Reinado. Já a edição comemorativa de 1927, embora também trate de D. Pedro II, não é inédita e se constrói a partir da reunião de matérias jornalísticas, muitas das quais com forte apelo memorialístico, e apresenta um material mais variado, incluindo discursos laudatórios, homenagens, memórias, depoimentos e aclamações.

Essa diferença de natureza entre os dois volumes não impede, contudo, que ambos revelem elementos importantes sobre a construção da imagem do Imperador e a representação de seu tempo. Na *Revista*¹⁷⁵, tida como um espaço onde se pode compreender os mecanismos epistemológicos e de poder utilizados pelos intelectuais na construção biográfica de uma figura e de um período, destacaram-se certas temáticas. Entre a diversidade de assuntos

¹⁷⁴ FAGUNDES, 2017, p. 316.

¹⁷⁵ BENTIVOGLIO, 2017, p. 7-25.

abordados, houve uma predominância na apresentação dos traços biográficos do Imperador, com ênfase em seu nascimento, formação moral e intelectual, além das questões políticas relacionadas à sua figura, como a aclamação, maioridade, casamento, abdicação, exílio e morte. Além dos aspectos biográficos, havia uma preocupação em narrar os eventos históricos que marcaram o país naquele momento, como o período regencial, reformas institucionais, liberdade de imprensa, política internacional, guerras, escravidão e agitação abolicionista. A escolha e a organização do conteúdo revelam as alianças, adesões e até mesmo disputas em torno da consolidação do que foi pactuado como a verdade sobre o Imperador e seu tempo.

As construções de D. Pedro II como um homem sábio, patriota, republicano e herói foram uma maneira de replicar analiticamente aquilo que foi estabelecido como verdadeiro sobre sua figura. No entanto, ao analisar as fontes selecionadas para a pesquisa, não foi possível mapear as imagens construídas fora das publicações da Revista, já que as edições, seleções e textos foram produzidos por membros do IHGB. Nesse processo de construção dessas imagens sobre o passado, a Revista revelou "contextos socioculturais específicos"¹⁷⁶, que não podem ser dissociados de seu contexto de produção. O espaço de produção, o Instituto Histórico, assumiu a responsabilidade de selecionar, ordenar, preservar, escrever e repetir este projeto comemorativo, que construiu uma história e uma memória em torno da narrativa de uma vida.

Nesse sentido, para compreender o que foi essa comemoração e como esse fenômeno foi elaborado e representado pelos textos reunidos em ambos os volumes, é necessário analisar os sentidos, significados e justificativas da comemoração, além de indagar sobre o papel que ela desempenhou no ano de 1925.

1.5 A comemoração, seus sentidos, significados e justificativas

Bem merece a efeméride que hoje passa a Comemoração que lhe tributa o povo brasileiro, de cujos sentidos de carinhosa saudade e gratidão se faz *O Jornal* o legítimo interprete.

Transcorre neste dia a data centenária do nascimento de um dos mais lídimos representantes da realeza do passado do saudoso Chefe da Nação Brasileira, do bom e magnânimo monarca, senhor d. Pedro II, que por mais de meio século conduziu nossa grande Patria pelo caminho da honra e do progresso, fazendo-a amada, respeitada e admirada de todas as nações civilizadas.¹⁷⁷

¹⁷⁶ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 138.

¹⁷⁷ RODRIGUES, Antonio Candido. O maior dos brasileiros. **RIHGB**. Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927, p. 11.

O trecho, retirado da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), foi publicado em 2 de dezembro de 1925 e é de autoria de Antônio Cândido Rodrigues (1850-1934).¹⁷⁸ Este militar e político brasileiro ocupou cargos importantes, como o de Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo no início do século XX, nos governos de Rodrigues Alves (1848-1919) e Albuquerque Lins (1852-1926). Também exerceu a função de senador por São Paulo e foi Ministro da Agricultura no governo de Nilo Peçanha (1867-1924).

O excerto destacado acima faz parte do texto intitulado “*O Maior dos Brasileiros*” e resume um momento significativo na história da Primeira República do Brasil, instaurada em 1889, que celebrou o centenário de nascimento de Dom Pedro II.

A leitura do anexo da Revista contribui para o entendimento dos significados e motivos dessa comemoração. No anexo, está descrita a sexta sessão ordinária, realizada em 12 de setembro de 1925, na qual se destaca o parecer da *Comissão de Finanças* em justificativa ao centenário em homenagem ao monarca. Em seu argumento, o “ilustre presidente do Instituto” afirma que Pedro II foi, de forma incontestável, o “grande servidor do Brasil” e que, por isso, seria uma “obra de justiça histórica” à República honrar e glorificar o nome do Imperador. O Instituto, como dever, deveria estudar essas realizações “sem caráter político ou partidário” e com uma perspectiva exclusivamente nacional, focando nos feitos louváveis que enriqueceram o “inestimável patrimônio de conquistas morais e materiais”, construído pela ação, serviços, exemplos e virtudes dos “varões ilustres” que souberam elevar e honrar a pátria.¹⁷⁹

Assim como no século XIX, a História continuava a desempenhar o papel de fixar a “memória das vidas e feitos dos grandes homens”, como já era comum nos escritos biográficos do IHGB. Havia a necessidade de resgatar do esquecimento as figuras memoráveis, criando a base para a construção de uma “história nacional”. No contexto do século XIX, destacava-se a exaltação dos “grandes homens” no processo de “nacionalização da figura do herói”, formando uma galeria de grandes e valorosos patriotas.¹⁸⁰ É perceptível a continuidade de certas estruturas nos escritos do início do século XX, como se observa neste conjunto de textos da Revista do IHGB, demonstrando a persistente necessidade de honrar as ditas celebridades ilustres da nação.

Entre essas grandes celebridades, o parecer da *Comissão de Finanças* aponta D. Pedro II como uma delas. Em vista disso, o IHGB, fiel às tradições e ao cumprimento de seu dever, interpela a “alta autoridade do Congresso” para que sejam feitas as devidas homenagens à

¹⁷⁸ Disponível em: < Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

¹⁷⁹ Sexta sessão ordinária em 12 de Setembro. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 409.

¹⁸⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. **Varia História**, v. 26, 2010, p. 284.

memória do Imperador, as quais ele “tem direito”.¹⁸¹ O documento, buscando justificar o ato comemorativo, examina minuciosamente a “vida preciosa do monarca” e afirma a impossibilidade de apresentar um parecer breve, devido aos inúmeros feitos do Imperador no passado. Diante dessa argumentação, e somadas a outras iniciativas dos poderes públicos, o Poder Executivo concedeu uma substancial contribuição financeira ao programa de homenagens, visando satisfazer os “justos e louváveis intentos dos ilustres signatários do projeto”. Assim, para esses homens, o evento se traduzia em um ato de justiça aos servidores da pátria.

O Poder Executivo, no programma das homenagens, encontrará na somma de mil contos de réis, suficiente para corresponder aos justos e louvaves intuitos dos illustres signatários do projecto, intuitos que são os de todos os brasileiros, de todos nós republicanos que, afirmando inabalável fé no regimen proclamado em 1889 e solidificando na consciencia nacional, faremos justiça aos que, como o ex-imperador, foram excelsos servidores de nossa Patria.¹⁸²

O sentimento de justiça expresso no excerto anterior busca extrair do passado imperial o "valor exemplar" e transformar essa memória em um projeto comemorativo — ou seja, um projeto de justiça que atribui à memória o "dever" de moldar o futuro. O dever de memória, desenvolvido nos escritos, se traduz em uma obrigação de justiça, realizada por meio da operação de recordar um passado que resgata a figura do Imperador.¹⁸³

O ano de 1925, conforme o relatório da sessão magna do Instituto, representou para os brasileiros um marco "por múltiplas razões, significativo e propício". Além de celebrar a "apoteose cívica" do primeiro centenário do nascimento de D. Pedro II, o ano também simbolizava um "marco divisório do primeiro quartel do século XX", representando, para os membros do Instituto, um "Santo Jubileu em todo o orbe católico" e correspondendo ao 87º ano da fundação da instituição. Com foco principal no centenário, foi afirmado que esse ano evocava a "figura do segundo monarca brasileiro", representando uma forma de "reviver", para os sócios do Instituto, o "soberano" que, durante 40 anos, se constituiu como o "mecenas" da agremiação. Considerando o ato rememorativo, foram destacados os feitos do Imperador para com o Instituto:

[...] instituiu prêmios scientificos para galardoar a melhor memoria sobre historia e geographia pátrias; ofertou-lhe bibliotecas inteiras das mais preciosas, como a de Martius e nunca mais deixou de frequentá-lo

¹⁸¹ Sexta sessão ordinária em 12 de Setembro. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 409.

¹⁸² Sexta sessão ordinária em 12 de Setembro. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 416.

¹⁸³ RICOEUR, 2007, p. 101.

assiduamente, durante 40 anos seguidos, até á sessão de 7 de Novembro de 1889, que foi a ultima a que presidiu nesta Casa, nas vésperas da proclamação da Republica.¹⁸⁴

Conforme o relatório redigido por Max Fleiuss, aquele ano sintetizava a "majestade do centenário do Imperador" no referido "recinto social", com um forte sentimento de recordação manifestado por toda parte. A rememoração se expressava por meio de fotografias, bustos, "retratos autógrafos", livros e cartas geográficas — elementos que remetiam a uma memória do passado centrada no monarca.¹⁸⁵ O ano de 1925 representou um momento em que se fez necessário recordar o Imperador. Era urgente reviver sua presença no Instituto a partir de suas condutas e feitos, como a governança de mais de 500 sessões. Naquele momento, era imperativo honrar o compromisso dos chamados "grandes homens" na elevação da "glória à civilização da pátria".¹⁸⁶

Conforme o relatório, a instituição intelectual vivia um sentimento de "gratidão nacional". Para muitos de seus membros, estavam fazendo "justiça divina na voz da História", com o objetivo de dignificar, honrar e celebrar a figura do monarca.¹⁸⁷ Complementando essa ideia, Ramiz Galvão, na introdução da obra *Contribuições para a Biographia de D. Pedro II*, refletiu sobre o papel da História: ela deveria sublimar os heróis, celebrar as virtudes cívicas, o "patriotismo acrisolado" e a "estoica resignação no infortúnio". Ou seja, além de narrar a vida de figuras ilustres, a História tinha a função de elucidar o "puro patriotismo", firme e inabalável, guiado pelos rumos traçados pelo destino. A posteridade não poderia esquecer os grandes feitos do passado, manifestados por meio da História, que tinha a responsabilidade de prestar culto aos cidadãos preclaros que iluminaram os caminhos para o progresso da Pátria. Esses cidadãos ilustres, segundo Galvão, ofereceram seus serviços e esforços ao progresso, tidos por ele como imensuráveis.¹⁸⁸ Com base na força desses "grandes" da História, seria possível lançar "novos horizontes de expectativas" para o período em questão.¹⁸⁹

¹⁸⁴ RELATORIO DO 1º SECRETARIO PERPETUO, SR. MAX FLEIUSS, LIDO NA SESSÃO MAGNA, COMMEMORATIVA DO 87º ANNIVERSARIO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 462-463.

¹⁸⁵ RELATORIO DO 1º SECRETARIO PERPETUO, SR. MAX FLEIUSS, LIDO NA SESSÃO MAGNA, COMMEMORATIVA DO 87º ANNIVERSARIO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 463.

¹⁸⁶ RELATORIO DO 1º SECRETARIO PERPETUO, SR. MAX FLEIUSS, LIDO NA SESSÃO MAGNA, COMMEMORATIVA DO 87º ANNIVERSARIO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 464.

¹⁸⁷ RELATORIO DO 1º SECRETARIO PERPETUO, SR. MAX FLEIUSS, LIDO NA SESSÃO MAGNA, COMMEMORATIVA DO 87º ANNIVERSARIO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 466.

¹⁸⁸ GALVÃO, Ramiz. **RIHGB**, tomo especial, 1925, p. 5-6.

¹⁸⁹ KOSELLECK, 2006.

Em relação à argumentação anterior, havia a crença em uma História "autônoma" e "autoativa", capaz de ilustrar os caminhos e apontar para a verdade. Ela seria a "agenda do destino humano ou progresso social", que faria justiça e glorificaria D. Pedro II.¹⁹⁰ Essa História, como um "tribunal", se incumbiria de julgar as "ações humanas" e os "acontecimentos", "emitindo juízos de ordem jurídica, moral e teológica".¹⁹¹ Cabia a esse "júri", mobilizado na escrita dos textos dentro do projeto comemorativo, reparar os erros do passado cometidos contra o Imperador e conceder-lhe justiça no futuro. Essa justiça seria, portanto, alcançada por meio da História, operada por um conjunto de práticas historiográficas realizadas pelos letrados, que detinham os mecanismos científicos desse saber para corrigir as injustiças.

O sentido da comemoração como um ato de justiça em memória ao Imperador é reiterado no discurso pronunciado por Ramiz Galvão durante as homenagens de 1925. O autor afirma: "Eis chegado o grande dia da justiça e do pagamento de uma dívida sagrada, dia que, felizmente, não demorou muito."¹⁹² Em suas palavras, o tempo dissipou a "nuvem de paixões" que havia obscurecido a "verdade histórica", pois, por tanto tempo, ela permaneceu oculta. No entanto, ele destaca que, diante disso, cabia à Nação legitimar seus "fóros" com a devida solidariedade de todos os chamados "espíritos ponderados", reunidos em torno de um único pensamento: "cultuar a benemerência de um concidadão ilustre" que trabalhou, segundo ele, em prol do bem do Brasil, sendo considerado "um dos melhores operários da nossa grandeza".¹⁹³

Reafirmando a importância desse evento comemorativo, Galvão cita a gratidão por prestar um "preito de justiça" a uma vida considerada preciosa, que acentuou a grandeza e o renome da nação. As homenagens prestadas à personalidade de D. Pedro são vistas como um reconhecimento de sua figura, já que, segundo o Instituto Histórico, ele foi "representante da nossa intelectualidade e do coração da Pátria". Deste modo, a instituição reconheceu os

¹⁹⁰ KOSELLECK, Reinhart. MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 124 e 128.

¹⁹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. [trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da trad. César Benjamin] Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60; KOSELLECK, Reinhart; et al. **O conceito de História**. [tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 119-184; MENONCELLO, Aline Micheline. **Uma ajustada escrita da História: a historicidade dos atos historiográficos de julgar no IHGB (1870-1944)**. 2023. Tese (Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História -Universidade Estadual Paulista). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2023, p. 24.

¹⁹² RELATORIO DO 1º SECRETARIO PERPETUO, SR. MAX FLEIUSS, LIDO NA SESSÃO MAGNA, COMMEMORATIVA DO 87º ANIVERSARIO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 466.

¹⁹³ AGENOR, Roure. 87º ANNO – SESSÃO SOLENNE COMMEMORATIVA DO CENTENARIO NATALICIO DO SR. D. PEDRO II. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 519.

substanciais serviços prestados à nação por esse ilustre vulto, algo que a "verdade histórica" teve o poder de registrar.¹⁹⁴

Durante o regime republicano, o IHGB buscou mostrar ao mundo os "sentimentos nobres que inspiram a República" e, em resposta às exigências do regime, homenagear "os altos poderes da Nação" com um gesto de aplauso e glorificação à figura do Imperador. Conforme o discurso de Agenor Roure, "Os grandes homens têm por túmulo todo o Universo", e entre esses estaria o imperador, que, segundo ele, deveria ser celebrada com esplendor e carinho pelos concidadãos, independentemente de matizes ou crenças.¹⁹⁵

Permaneça immorredoura a lembrança deste exímio Brasileiro, mais democrata que imperador, honra da sua Patria e do seu seculo; permaneça immorredoura esta memoria, como um talisman sagrado para salvar-nos de todos os perigos e para a constante prosperidade desta grande terra, que elle tanto amou! (*Prolongadas palmas*).¹⁹⁶

No intento de compreender os motivos e justificativas para a comemoração, também interessa considerar o discurso do representante do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, Augusto Pinto Lima, proferido na sessão solene de 2 de dezembro de 1925, quando proclama:

Fallar do passado, dirão os que vêm na figura de Pedro II a monarchia derribada, o Imperio desaparecido!

Falar do presente, dirão os que vêm na Republica o regime triumphante na madrugada da queda de Pedro II!

Fallar do futuro, dirá o orador, e do futuro eu falo, pois o que o Brasil aspira é a realidade republicana, de que foi exemplo máximo, na historia politica do paiz, o vulto gigantesco de Pedro II! ¹⁹⁷

Augusto Lima compartilha suas percepções sobre a ordenação dos tempos, contemplando passado, presente e futuro. Quanto ao passado, a figura do Imperador era associada a uma monarquia prestes a cair, enquanto, no presente, o novo regime era visto como um sistema político triunfante em contraste com o Império decadente. O futuro, para o autor, significava um gesto de reconhecimento do presente, ou seja, a realidade republicana precisava de um "exemplo máximo" — representado por D. Pedro II — para, a partir da apreciação de suas condutas e virtudes, lidar com o que estava por vir.

¹⁹⁴ AGENOR, Roure. 87º ANNO – SESSÃO SOLENNE COMMEMORATIVA DO CENTENARIO NATALICIO DO SR. D. PEDRO II. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 520.

¹⁹⁵ AGENOR, Roure. 87º ANNO – SESSÃO SOLENNE COMMEMORATIVA DO CENTENARIO NATALICIO DO SR. D. PEDRO II. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 533.

¹⁹⁶ AGENOR, Roure. 87º ANNO – SESSÃO SOLENNE COMMEMORATIVA DO CENTENARIO NATALICIO DO SR. D. PEDRO II. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 533-534.

¹⁹⁷ ANNEXOS A ACTA DA SESSÃO SOLENNE DE 2 DE DEZEMBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 537.

Nesse contexto, Augusto Lima argumenta que não havia contradição no olhar contemporâneo sobre o Imperador, pois ele era visto como o "maior republicano da América", superior a Bolívar, Washington e Benjamin Constant.¹⁹⁸ O autor defende a crença de que uma nação só é respeitada por seus grandes feitos, ou seja, pelos seus "grandes espíritos". Assim, para Lima, não existiria "nação" sem grandes homens. Em apoio ao centenário, e com o objetivo de reafirmar a grandeza do Império do Brasil, ele afirma que a República não se negaria ao reconhecimento de tal homenagem.¹⁹⁹ Imitar o Segundo Reinado e se associar à "grandeza do Império" era uma forma de projetar grandeza para o presente. Era necessário, portanto, confiar na "Divina Providência", o que implicava acreditar nos destinos do Brasil guiados por um princípio divino e ordenado.

Imite ella os exemplos de liberdade, de cultural de mansuetude do grande Imperio e será também grande, maior mesmo, porque á sua grandeza juntará a grandeza do Imperio. O Brasil é da Divina Providencia e já houve quem avançasse que Deus é brasileiro. Confiemos, pois, no Brasil, cujos destinos são grandes.²⁰⁰

O autor argumenta que os países que não sentiam orgulho de suas tradições, de seus antepassados, das glórias remotas e do "brasão" de sua nobreza secular iam mal. Esses países, que menos vibravam em louvor aos "heroísmos", "esplendores", "sacrifícios" e às "virtudes do passado", não conseguiam garantir a continuidade histórica nem assegurar a "unidade nacional".²⁰¹ Segundo o autor, para a constituição da nação e a preservação de sua unidade, era essencial a presença simbólica dos grandes homens na Primeira República. Nesse contexto, foi reservado um espaço para a invenção da figura de D. Pedro II em 1925.

A mobilização da História moderna, presente nos discursos desses letrados, ajudou a construir a imagem heroica do Imperador, atribuindo-lhe a crença de que ele seria o condutor do progresso. Em tempos de crises de valores e referências, as comemorações nacionais visavam ressaltar o acontecimento a ser lembrado, em razão de seu valor simbólico. A comemoração de 1925, realizada no contexto republicano, rememorou a figura de um homem e de um tempo considerados exemplares, devido à carga simbólica que carregavam.

Como nas narrativas anteriores, houve uma busca constante de referências ao passado para justificar a criação de uma data comemorativa. Esse projeto foi repetidamente

¹⁹⁸ ANNEXOS A ACTA DA SESSÃO SOLENNE DE 2 DE DEZEMBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 537.

¹⁹⁹ ANNEXOS A ACTA DA SESSÃO SOLENNE DE 2 DE DEZEMBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 539.

²⁰⁰ ANNEXOS A ACTA DA SESSÃO SOLENNE DE 2 DE DEZEMBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 539.

²⁰¹ Historia da Colonização Portuguesa do Brasil, p. 25 Apud **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927, p. 539.

interpretado como um ato de justiça à memória de D. Pedro II. Além desse aspecto, é importante considerar os outros significados e sentidos atribuídos à comemoração naquele período, a partir do volume comemorativo, o Tomo 98, Volume 152 da Revista, lançado em 1927.

1.6 O papel da comemoração

Ao realizar uma análise interna dos textos da Revista, com foco nos sentidos, significados e justificativas da comemoração do centenário natalício do Imperador, observa-se um conjunto textual que oferece uma rica oportunidade de reflexão sobre as impressões e sentimentos despertados pelo projeto. Nesta abordagem, destacam-se os seguintes textos e autores: *D. Pedro II*, de Mário de Alencar; *Pedro e a Política Internacional*²⁰², de Mário de Vasconcellos; *D. Pedro II*²⁰³, de Mesquita Pimentel; *D. Pedro II, defensor da unidade nacional*²⁰⁴, de Alfredo Balthazar da Silveira; *Magni nominis umbra*²⁰⁵, de Alfredo Nascimento; *Glória ao magnânimo*, de Afonso Celso; e *O imperador*, de Porto da Silveira. A escolha desses textos se justifica pelas possibilidades que oferecem, evidenciando as intenções, o impacto e a relevância da comemoração.

Esses escritos são fundamentados em depoimentos, afirmações, suposições, sentimentos, afetos e apreciações. O que caracteriza essas narrativas é um forte teor memorialístico, expresso por meio de um trabalho de lembrança em que a memória é constantemente mobilizada para representar o passado imperial. Neles, identificam-se discursos de glorificação, exaltação e saudade dos tempos passados, com a representação de fatos e sensações que foram experimentados, relatados e vividos.

Apontando o Imperador como uma figura de grande representatividade e digno de excelência moral e política de seu tempo, Mário de Alencar, no texto *D. Pedro II*, presente no número especial de *O Jornal*, compartilha suas lembranças sobre o Imperador. Para Alencar, a comemoração centenária não consiste em um ato de louvor, mas sim em trazer à tona “relativa verdade histórica, os depoimentos, as afirmações e suposições pessoais dos contemporâneos”.²⁰⁶

²⁰² VASCONCELLOS, Mario. B.. Pedro II e a Política Internacional. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 302-313, 1927.

²⁰³ PIMENTEL, A. Mesquita. D. Pedro II. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 565-570, 1927.

²⁰⁴ SILVEIRA, Alfredo B. D. Pedro II defensor da unidade nacional. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v.152, p. 571-575, 1927.

²⁰⁵ NASCIMENTO, Alfredo. Magni nominis umbra. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 664-689, 1927.

²⁰⁶ ALENCAR, Mario. D. Pedro II. **RIHGB**, t.98, v. 152, parte II, 1927, p. 169.

Creio que as comemorações centenárias não têm o intuito do panegyrico, senão de coligir, para a relativa verdade histórica, os depoimentos, as afirmações e suposições pessoais dos contemporâneos. Neste pressuposto, a minha contribuição de homem alheio à política, limita-se as impressões da minha memória e às impressões da imaginação do estudante do Colégio D. Pedro II, entre 1883 e 1888, quando, por algumas vezes, me foi dado olhar de perto e á vontade a figura do imperador.²⁰⁷

Mário de Alencar (1872-1925)²⁰⁸ foi poeta, jornalista e romancista, tendo colaborado com diversos órgãos da imprensa do Rio de Janeiro, como o *Almanaque Brasileiro Garnier*, *Brasília* (1917), *Correio do Povo* (1880), *Gazeta de Notícias* (1894), *O Imparcial* (1900), *A Imprensa* (1900), *Jornal do Comércio*, *Revista Brasileira* (1895-1899), *Revista da Academia Brasileira de Letras* e *Revista da Língua Portuguesa*. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e ocupou cargos públicos, como diretor da biblioteca da Câmara dos Deputados e secretário do Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1904). A contribuição do autor à memória do Imperador é refletida em suas lembranças e impressões, moldadas pela experiência como estudante do Colégio D. Pedro II, onde teve a oportunidade de conviver de perto com o Imperador.

Nas reflexões de Alencar, a memória é exercitada ao revisitar um conjunto de imagens do passado monárquico.²⁰⁹ A comemoração, conforme a narrativa testemunhal do autor, seria, portanto, um exercício de rememoração sobre os fatos do passado, centrado na figura do Imperador, consistindo em uma tentativa de revisitar a verdade histórica a partir dos relatos dos contemporâneos. Embora Mário de Alencar afirme que a comemoração não tinha a intenção de louvar ou honrar o Imperador, ele faz justamente isso ao longo de seu texto, revelando certa contradição ao impor sua própria interpretação sobre os sentidos dessa comemoração.

Do mesmo modo, o texto “Pedro e a Política Internacional”²¹⁰, de autoria de Mario de Vasconcellos²¹¹, publicado previamente no número especial de *O Jornal*, está situado na mesma Revista e localizado no Capítulo II – *O homem publico e os problemas*. No exercício de rememoração dos feitos do passado, a narrativa traça as glórias do pretérito e os grandes feitos do monarca com a pretensão de consolidar o fortalecimento da personalidade internacional do país, manifestando que “merece o grande monarca o preito que lhe tributa

²⁰⁷ ALENCAR, 1927, p. 169.

²⁰⁸ Disponível em: < <https://www.academia.org.br/academicos/mario-de-alencar/biografia> >. Acesso em: 12 jul. 2023.

²⁰⁹ RICOEUR, 2007, p. 71.

²¹⁰ VASCONCELLOS, Mario. B.. Pedro II e a Política Internacional. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 302-313, 1927.

²¹¹ Sem informação referente ao ano de nascimento e morte do autor.

hoje o Brasil republicano”.²¹² Nota-se certa inquietação por parte do autor em justificar o ato comemorativo, pois, para ele, dados os inúmeros atributos e feitos, tornava-se justo, naquele presente, a comemoração em prol do centenário de nascimento de Pedro.

Seguindo essa linha de raciocínio, o texto *D. Pedro II*²¹³, de Mesquita Pimentel (1871-1931)²¹⁴, publicado originalmente no *Jornal do Commercio* e presente na segunda parte da Revista (*Artigos de Outros Jornais*), afirma que o espírito das homenagens naquele momento estava acima de qualquer disputa partidária, de conflitos entre facções ou problemas políticos. Segundo Pimentel, jornalista, escritor e diplomata português, o que sustentava e dava significado ao espírito comemorativo eram as aspirações nacionais de prestar homenagem a um dos maiores nomes da história do Brasil.

O espirito que as inspira é superior ás paixões partidárias e ao degladiamento das facções, não enxerga dentro do Brasil os interesses pequeninos dos corrilhos politicos que o dividem, mas somente as grandes aspirações nacionaes que o consolidam em uma patria unica e cohesa; e, ao evocar a sombra dos homens mais notáveis da historia patria, [...].²¹⁵

A comemoração foi um momento em que os republicanos buscaram reconhecer o monarca como "impoluto chefe de Estado" e "homem de bem", associando-se, com total isenção, à glorificação da obra de D. Pedro II.²¹⁶ O autor destaca ainda que as homenagens prestadas à memória do Imperador não tinham o intuito de criticar a "obra republicana", nem de propor questões fora de contexto, como fariam os restauradores monarquistas. Elas eram direcionadas exclusivamente ao Imperador, sem a intenção de promover qualquer causa além dessa.

As homenagens que se vão prestar, hoje, á memoria do imperial unificador da nacionalidade brasileira não importam em condenação da obra republicana nem em tardia revivescência de ideias monarchicos ou de serôdios prepositos restauradores, repudiados, alías, pelo próprio imperador desde o primeiro dia do seu desthronamento.²¹⁷

Descrito como alguém que acreditava no Império da justiça e orquestrava as atividades da nação para alcançar plenamente seus ideais, a figura de D. Pedro II é apresentada por

²¹² VASCONCELLOS, 1927, p. 313.

²¹³ PIMENTEL, A. Mesquita. *D. Pedro II*. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 565-570, 1927.

²¹⁴ Mesquita Pimentel se dedicou como redator do *Jornal do Comércio*, do *Diário de Notícias*, colaborou com jornais humorísticos e publicou várias obras literárias, biografias, ensaios literários, literaturas de viagens e romance. Disponível em: < <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8316> >. Acesso em: 12 jul. 2023.

²¹⁵ PIMENTEL, 1927, p. 566.

²¹⁶ PIMENTEL, 1927, p. 565.

²¹⁷ PIMENTEL, 1927, p. 566.

Alfredo Balthazar da Silveira²¹⁸, no texto *D. Pedro II, defensor da unidade nacional*²¹⁹, publicado no *Jornal do Commercio*, como "gloriosa por vários títulos". O autor narra que o monarca dignificou seu trono, honrou seu povo e, por isso, a comemoração de seu centenário era justa e merecida. Ao considerar a comemoração como legítima, há um esforço não apenas de celebrá-la, mas de justificar o ato, revelando, mais uma vez, uma inquietação em torno dessa celebração.

D. Pedro II foi um monarca que dignificou o seu throno e exaltou o seu povo, e hoje, primeiro centenário do seu nascimento, é justo que glorifiquemos a sua memoria impoluta, não com os intuitos sebastianistas, que emprestam a essas merecidas demonstrações de apreço os apaixonados costumazes que só sabem injuriar, mas como o reconhecimento das suas extraordinarias qualidades de monarca esclarecido, que assegurou a integridade nacional, consolidada pelo espirito privilegiado de Rio Branco.
220

Traçando brevemente a trajetória de D. Pedro II, o texto *Magni nominis umbra*²²¹, publicado anteriormente no *Jornal do Commercio* por Alfredo Nascimento (1866-1951)²²², destaca o período do Império, quando se “fundou principalmente a liberdade”. Para Nascimento, esse período justificava a saudade, por ser uma época "pacífica", "esclarecida" e de ordem "civil".²²³

Em relação à iniciativa do IHGB de avaliar historicamente as condutas do monarca, Nascimento considera que não cabia à academia atuar como "tribunal judiciário" de uma personalidade histórica tão marcante. Naquele momento de comemoração ao Imperador, o papel do instituto era apenas contribuir modestamente para a glorificação da memória de D. Pedro II, permitindo que a nação sublimasse a lembrança desse vulto. O autor destaca que Pedro II viveu uma vida marcada por múltiplos fatores políticos e sociais que direcionaram os destinos da pátria, sendo um homem proeminente em seu tempo, o "primeiro e único imperador brasileiro".²²⁴

No ato comemorativo, em que se prestavam homenagens ao “grande vulto da nação”, Nascimento vê o centenário como um retorno ao passado do Brasil, uma oportunidade de

²¹⁸ Sem informação referente ao ano de nascimento e morte do autor.

²¹⁹ SILVEIRA, Alfredo B. D. Pedro II defensor da unidade nacional. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v.152, p. 571-575, 1927.

²²⁰ SILVEIRA, 1927, p. 575.

²²¹ NASCIMENTO, Alfredo. Magni nominis umbra. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 664-689, 1927.

²²² Em sua trajetória, Nascimento esteve associado ao magistério militar, como nas Escolas Superior de Guerra Militar da Praia Vermelha e do Realengo no final do século XIX. Também esteve ligado a outras instituições intelectuais, como ao Liceu Literário Português, associado a Sociedade Amante da Instrução, ao Museu Nacional e sócio efetivo do IHGB. Disponível em: Disponível em: < <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/adnesilva.html> >. Acesso em: 12 jul. 2023.

²²³ NASCIMENTO, 1927, p. 681.

²²⁴ NASCIMENTO, 1927, p. 683.

homenagear o "vulto imenso" de D. Pedro II. Apesar das críticas e condenações de alguns, seus atos e condutas formavam um "vultoso saldo a seu favor", sendo ele a própria "personificação da pátria".

[...] o Brasil volta-se para o passado e, com reconhecimento sincero, presta agora homenagem de respeito á imparidade desse vulto imane da sua historia, o qual, o despeito de quantos lhe possam criticar ou condemnar, tem, no computo dos seus actos, vultoso saldo a seu favor, havendo sido, por mais de meio século, a personificação da pátria, que sempre dignificou.

A "Justiça de Deus na voz da historia" poderá inscrever nas suas paginas o largo período do seu reinado.²²⁵

Complementando as ideias de Alfredo Nascimento, Afonso Celso (1860-1938)²²⁶, político e intelectual com uma carreira marcante no cenário político e cultural do final do Império, líder de vários projetos políticos no Congresso Nacional e autor de importantes produções para a História do Brasil, rememora, no texto *Glória ao Magnânimo*²²⁷, publicado no *Jornal do Brasil*, o caráter e as virtudes de D. Pedro II. Nesse processo de recordar os tempos passados, para Celso, a comemoração representava um movimento de opinião pública bem conduzido, orientado e justo.²²⁸ O autor também alerta para a necessidade de não desvalorizar esse movimento. Era essencial que o espírito de "Sua Alteza" fosse exaltado acima das competições e divergências, e que fosse evocada a "fé patriótica" para a contemplação unânime da "imagem augusta de um concidadão". Para Celso, D. Pedro II, "o soberano dignificava os soberanos, e o brasileiro o patenteou a quanto podem ascender os filhos do Brasil, educados e servindo em seu próprio país".

Não diminuamos o valor desse insigne movimento, não o desvirtuemos, não o maculemos, assacando-lhe intenções subalternas, mesquinhos designios de politicagem, planos machiavelicos, impulsos de animosidade e insidia, desejos de desharmonia e luta na grande família brasileira.

[...]

Exaltemos o espirito, ponhamol-o acima das deprimentes competições, invoquemos a fé patriótica, na qual cumpre que haja indissolúvel unanimidade e inclinemo-nos ante a imagem augusta de um concidadão, cuja passagem pela terra foi dessas de que alguém disse: nelle o homem fazia honra ao Homem.²²⁹

²²⁵ NASCIMENTO, 1927, p. 689.

²²⁶ Ver: CONTI, Viviane Ferreira. "**Republicano no Império, Monarquista na República**": a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938). 2023. Dissertação (Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual Paulista). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP, Franca, 2023.

²²⁷ CELSO, Afonso. Glória ao magnânimo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 786-789, 1927.

²²⁸ CELSO, 1927, p. 789.

²²⁹ CELSO, 1927, p. 789.

A rememoração do caráter e das virtudes do monarca realizada por Afonso Celso pode ser vista como um “trabalho de lembrança”, que não apenas evoca, mas também transforma esse passado para o tempo presente. O exercício de rememoração, presente no texto, pode ser entendido como um “sentimento de distância temporal”, visando estabelecer uma ponte entre dois tempos: o presente do autor e o passado.²³⁰ Essa transição é evidente ao longo de toda a narrativa, já que Celso apresenta as memórias de D. Pedro II como exemplares e dignas para o seu tempo.

De forma complementar, o texto *O Imperador*²³¹, escrito por Porto da Silveira²³² e publicado também no *Jornal do Brasil*, contribui de forma significativa para a compreensão dos significados de se comemorar. Nele, Porto da Silveira faz uma narrativa dedicada a lembrar os momentos mais importantes da vida de D. Pedro II, destacando suas ações políticas e sua influência nos destinos do Brasil.²³³ Sobre as comemorações do centenário de nascimento de D. Pedro II, Porto da Silveira considera que elas se apresentam de forma justa ao soberano e “desnudam a alma nobre do povo brasileiro”.

As comemorações solenes, com as quaes será evocado hoje em todo o paiz o centenário do nascimento de d. Pedro II, têm dupla significação; traduzem preitos de justa admiração ao grande monarca e desnudam a alma nobre do povo brasileiro.²³⁴

Diante dos diversos significados e justificativas favoráveis ao Império e ao seu regente, é importante destacar que tal ato não se traduziu em um movimento homogêneo, sendo necessário considerar também as vozes dissonantes. Além do debate sobre a aprovação do projeto relativo ao centenário natalício do Imperador na Câmara, que foi marcado por forte oposição, merece atenção o papel do periódico republicano *O Paiz*. Embora não se colocasse contra as homenagens destinadas a D. Pedro II, o jornal questionava por que a Câmara deveria aprovar homenagens oficiais ao monarca e, ao mesmo tempo, recusar um projeto de celebração do “civismo” republicano.²³⁵

Às vésperas das comemorações, o deputado Lindolfo Collor alegou ser “inconcebível que a República homenageasse o imperador”. Como se viu, as comemorações não ocorreram de maneira serena, mas foram marcadas por intensos embates, “desilusões” e “críticas de

²³⁰ RICOEUR, 2007.

²³¹ SILVEIRA, Alfredo B. D. Pedro II defensor da unidade nacional. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 571-575, 1927.

²³² Sem informação referente ao ano de nascimento e morte do autor.

²³³ SILVEIRA, 1927, p. 794

²³⁴ SILVEIRA, 1927, p. 794.

²³⁵ FAGUNDES, 2017, p. 289.

republicanos”.²³⁶ No ano da celebração, havia um “senso crítico” em relação ao Segundo Reinado, disseminado por diversas vias.²³⁷

Uma das críticas mais notáveis foi a apresentada por Oliveira Vianna (1867-1928), sociólogo e jurista, em sua obra *O Acaso do Império*. Ele argumentava que a vida política do Império se concentrava nos interesses de uma única classe, a aristocracia rural, excluindo a participação popular no jogo político. Vianna denunciava, assim, a “elitização da vida política” durante aquele período.²³⁸

A comemoração foi representada nos escritos como um ato legítimo e louvável, motivado pelos feitos do monarca e justificado como uma homenagem justa à memória de D. Pedro II e ao Império. Diversos sentidos foram atribuídos ao evento, sendo recorrente a ideia de reconhecimento ao imperador, cujas ações eram consideradas dignas de tributo. Nesse contexto, a celebração assumiu contornos políticos e ideológicos, sendo instrumentalizada pelos agentes da Primeira República como forma de ressignificar o passado imperial.

A memória do monarca foi selecionada e mobilizada de maneira estratégica, com o apagamento de aspectos constrangedores e a exaltação de suas virtudes e conquistas. A comemoração foi interpretada como uma retribuição pelas qualidades pessoais de D. Pedro II, vista por muitos como um ato de justiça histórica — uma tentativa de reparar simbolicamente a “dívida sagrada” da República com seu passado.

Os significados atribuídos ao evento convergiram para a construção de uma “verdade histórica”, baseada em testemunhos, afirmações e representações dos contemporâneos. As atas da Revista revelam que o gesto comemorativo buscava evocar a figura de D. Pedro II, reafirmando seu legado e reaproximando a República de um passado considerado exemplar. O evento foi tratado como um momento singular de celebração da história nacional, marcado por expressões de “fé patriótica” e consenso em torno da imagem do imperador.

Apesar de críticas pontuais, a comemoração cumpriu o papel de reativar valores e acontecimentos do passado monárquico no presente republicano. As discussões promovidas nas edições da Revista do IHGB evidenciam um projeto comemorativo elaborado pela agremiação em 1922. Os volumes publicados em 1925 e 1927 se inserem nesse esforço: o primeiro, com caráter historiográfico-biográfico; o segundo, como uma compilação comemorativa dos textos anteriores, ambos contribuindo para fixar a imagem de D. Pedro II como símbolo de um passado glorioso e digno de ser comemorado, fazendo-lhe justiça e louvor.

²³⁶ DE NICOLA, 2014, p. 172.

²³⁷ DE NICOLA, 2014, p. 180.

²³⁸ DE NICOLA, 2014, p. 182.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DO IMPERADOR: uma biografia entre memória e história

O segundo capítulo tem como objetivo responder à questão de como a figura de um homem de outra época e de outro regime político foi construída como modelo para o presente da Primeira República. Mais especificamente, busca-se compreender de que maneira a década de 1920 projetou e consolidou a imagem de D. Pedro II. A construção dessa figura baseou-se em tons moralizantes e na exemplaridade atribuída à sua biografia, destacando-o como uma personalidade quase divina, sobre-humana, por meio de uma escrita laudatória repleta de elogios. Contudo, paralelamente a essa narrativa encomiástica, emergiram também retratos críticos que ressaltavam seus erros e falhas, caracterizando uma nova prática historiográfica, mais alinhada às exigências da época.²³⁹

A partir dessa construção multifacetada, o capítulo examina os diferentes aspectos atribuídos a D. Pedro II. Inicialmente, são abordados os discursos que evidenciam sua atividade intelectual e sua imagem como defensor da cultura, das artes e da literatura, consolidando-o como um homem sábio e vinculado às letras. Em seguida, analisa-se sua faceta patriótica e republicana, explorando como essas características foram habilmente moldadas e incorporadas ao imaginário social da Primeira República. Por um lado, as narrativas heroicas que exaltam sua vida constituem outro eixo de análise, demonstrando não apenas sua proeminência nos acontecimentos de sua época, mas também a idealização de sua figura como um soberano exemplar para os anos posteriores. Por outro lado, as representações que destacam seus vícios e erros buscam aproximar o Imperador de uma figura humana, sujeita às práticas e aos limites de seu tempo. Essa abordagem mais crítica indica uma postura historiográfica que preza por maior objetividade e imparcialidade na construção biográfica.

No centro dessas discussões estão as duas edições da Revista do IHGB: a edição especial de 1925 e a edição comemorativa de 1927. Embora distintas em sua composição, ambas compartilham temas similares e são aqui analisadas de forma conjunta, pois oferecem um panorama das estratégias utilizadas para construir a imagem de D. Pedro II na Primeira República. Os textos interpretativos dessas edições sugerem, no contexto de 1925, uma pedagogia histórica que transformava a vida do Imperador em um modelo de orientação moral e política para a sociedade da época.

²³⁹ A operação historiográfica moderna impunha na década de 1920 algumas regras que constrangiam e delimitavam o fazer histórico. Para os aspectos gerais, ver: CERTEAU, Michel de. *A Operação Historiográfica. A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007, p. 45-111; Para uma análise específica destas regras no Brasil, ver: ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

Nesse sentido, a biografia do monarca, tal como construída pelos autores da época, ultrapassava o relato de vida e assumia um papel político. Argumentamos que o gênero biográfico adotado pelos autores da época funcionou como uma ferramenta política, instrumentalizada tanto para criticar os problemas do presente republicano quanto para defender D. Pedro II e seu governo. Num período marcado por intensas disputas político-intelectuais sobre os rumos do país, a biografia revelou-se uma tipologia textual capaz de integrar diferentes gêneros – como testemunhos, relatos, ensaios, aclamações e panegíricos – e de condensar múltiplas perspectivas dentro das convenções historiográficas então vigentes.²⁴⁰

2.1 O sábio, “homem de letras”

Neste subtítulo, analisamos os textos que constroem a imagem de D. Pedro II como um homem de saber, um monarca ilustrado, erudito e protetor das artes e ciências. Os discursos destacam sua proeminência e intensa atividade intelectual, evidenciada por sua presença frequente em arquivos, bibliotecas, museus, institutos e academias. Além disso, ele é apresentado como responsável por criar, incentivar e proteger iniciativas nas áreas cultural, artística, literária e científica, feitos reiterados ao longo das narrativas. Esses textos consolidaram a memória de D. Pedro II como um monarca das letras e do saber, no contexto das comemorações de seu centenário natalício.

Para sustentar a análise dessa construção, utilizamos os seguintes textos: o capítulo VIII, de Augusto Viveiros de Castro, produzido para a edição especial da Revista do IHGB de 1925; além de artigos do volume comemorativo (tomo 98), lançado em 1927, com textos publicados em jornais em 1925. Entre eles estão: *Pedro II e o conceito universal em que foi tido*, de Laudelino Freire (1873-1937); *O Centenário de Pedro II*, de autoria anônima; *Magni nominis umbra*, de Alfredo Nascimento (1866-1951); *Um professor de elites*, de Assis Chateaubriand (1892-1968); *D. Pedro II e as línguas americanas*, de Rodolfo Garcia (1873-1949); e *D. Pedro II e as letras pátrias*, de Max Fleiuss.

²⁴⁰ Sobre a prática biográfica no Brasil, ver: OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história.** A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009; _____. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p.37-52, jul. 2010; AVELAR, Alexandre de Sá. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 13, n. 33, p. 397-429, 8 ago. 2020; GONÇALVES, Márcia A.. **Em terreno movediço.** Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. v. 1. p.352.

Dentre essas fontes, destacamos, em especial, as contribuições de Augusto Olympio Viveiros de Castro (1867-1927)²⁴¹ à biografia de D. Pedro II, as quais evidenciam os aspectos positivos que costuram a imagem do Imperador à ideia de exemplaridade. Viveiros de Castro – jurista²⁴², professor, escritor e juiz – descreve, no capítulo VIII²⁴³ do volume *Contribuições para a biographia de D. Pedro II*, o monarca como resiliente e pacífico ao longo de seu reinado, um homem de "espírito muito culto" e "coração magnânimo". Para fundamentar sua análise, o autor recorre a uma ampla documentação do século XIX, incluindo discursos da coroa (as "Falas do Trono"), debates na Câmara dos Deputados, atas do Senado, documentos oficiais e periódicos, como o *Messenger du Midi de Montpellier*. Além disso, suas notas de rodapé apresentam transcrições, comentários e explicações que complementam e reforçam suas ideias.

A análise de Viveiros de Castro não se limita à narrativa laudatória. Como professor catedrático da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o autor enxerga D. Pedro II como um governante ético e filosófico, incapaz de recorrer à violência ou à corrupção para consolidar sua dinastia. Essa perspectiva ganha relevância quando contraposta ao contexto político da década de 1920, caracterizado por fraudes eleitorais, corrupção e exclusão política.²⁴⁴ Nesse cenário, Viveiros de Castro projeta o monarca como um exemplo de integridade, traçando um contraste evidente entre a turbulência do presente e a conduta idealizada do Imperador.

Essa idealização de D. Pedro II como figura ética e culta é reforçada por sua associação ao saber e às letras. Viveiros de Castro argumenta que, apesar de não ignorar os defeitos do monarca, suas imperfeições são apresentadas como elementos que destacam a "beleza do conjunto".²⁴⁵ Essa estratégia retórica transforma as falhas do Imperador em ferramentas para reforçar sua imagem positiva, consolidando-o como um governante exemplar que transcende sua própria época.

A construção da imagem do "imperador viajante" adiciona outra dimensão a esse retrato. Viveiros de Castro explora as viagens de D. Pedro II à Europa em 1871, autorizadas sob o argumento de que serviriam tanto para ampliar seu aprendizado quanto para projetá-lo como modelo de virtude e dedicação à causa pública. Essas viagens, realizadas em um momento de intensos debates sobre governabilidade, demonstram como o monarca buscava

²⁴¹ Disponível em: <<https://ihgb.org.br/>>. Acesso: 12 jul. 2023.

²⁴² Para uma análise de Viveiros de Castro como jurista e produtor de história no IHGB, ver: MENONCELLO, 2023, p. 33.

²⁴³ VIVEIROS DE CASTRO, Augusto O. CAPÍTULO VIII (1870-1878). **Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). RIHGB. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, p. 405-590, 1925.

²⁴⁴ GOMES, Angela; ABREU, Martha. "Uma nova 'velha' República: um pouco de história e historiografia". Tempo, **Revista do Departamento de História da UFF**, n. 26, vol.13, jan.2009; pp.8.

²⁴⁵ VIVEIROS DE CASTRO, 1925, p.560 e 561.

integrar-se às tradições intelectuais e científicas internacionais, reforçando sua conexão com o progresso e o desenvolvimento cultural.²⁴⁶

Durante essas viagens, a simplicidade de D. Pedro II e sua dedicação ao conhecimento chamaram a atenção de intelectuais e cientistas. Ele frequentava conferências, visitava acadêmicos e se envolvia em atividades educacionais, como o estudo de grego e árabe no Liceu de Marselha. O Imperador também se destacou em instituições como a Faculdade de Medicina de Montpellier, onde sua presença impressionava pela profundidade de seus conhecimentos. Essas interações evidenciam um soberano comprometido com a busca contínua pelo saber, postura que Viveiros de Castro apresenta como característica central de sua personalidade.

Essa visão se estende às suas contribuições à egiptologia, área em que D. Pedro II demonstrava grande interesse. Viveiros de Castro destaca a dedicação do monarca ao estudo de hieróglifos, reforçando a imagem de um governante profundamente ligado às ciências e à cultura. Essa narrativa conecta-se à representação do Imperador como figura exemplar, cujas ações e interesses transcendem o âmbito político, alcançando dimensões universais.²⁴⁷

Ao sintetizar sua visão sobre D. Pedro II, Viveiros de Castro utiliza as palavras do escritor português António de Castilho: "Quem vê em ti o sábio esquece o imperador."²⁴⁸ Essa frase encapsula a tentativa do autor de moldar a imagem do monarca como um homem que conciliava poder, ética e saber. Ainda assim, Viveiros de Castro não se limita a exaltar o Imperador; ele também o posiciona como artífice de um projeto cultural maior, cujo objetivo era fortalecer a identidade nacional por meio do investimento em ciência e cultura.

Essa construção culmina na famosa declaração de D. Pedro II no IHGB: "A ciência sou eu", uma referência a Luís XIV.²⁴⁹ Para Viveiros de Castro, essa frase simboliza o comprometimento do monarca com a criação de um legado cultural que buscava integrar todas as dimensões do Império. Assim, ao analisar a vida de D. Pedro II, o autor não apenas celebra seu papel como governante, mas também reforça a ideia de que a História pode oferecer exemplos éticos e políticos capazes de iluminar os desafios do presente.

O texto *Pedro II e o conceito universal em que foi tido*²⁵⁰, publicado previamente no *Jornal do Brasil*, apresenta semelhanças com o referido texto de Viveiros de Castro ao destacar a importância de D. Pedro II nas atividades intelectuais e sua participação nas áreas

²⁴⁶ VIVEIROS DE CASTRO, 1925, p. 579.

²⁴⁷ VIVEIROS DE CASTRO, 1925, p. 580.

²⁴⁸ VIVEIROS DE CASTRO, 1925, p. 590.

²⁴⁹ SCHWARCZ, 1998, p. 131.

²⁵⁰ FREIRE, Laudelino. Pedro II e o conceito universal em que foi tido. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927, p. 866- 873.

do saber. Laudelino Freire (1873-1937)²⁵¹, autor do texto, utiliza uma série de depoimentos de figuras proeminentes para construir a imagem de um monarca comprometido com a ciência e a cultura. Freire, conhecido por sua vasta produção literária, colaborou em importantes periódicos e foi membro de instituições como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.²⁵² Seu trabalho alia pesquisa rigorosa à evocação de memórias e percepções pessoais sobre o Imperador.

Para reforçar a proeminência intelectual de D. Pedro II, Freire inicia sua narrativa com o químico francês Michel Eugène Chevreul (1786-1889), que destacou o interesse do monarca pelos grandes sábios e pela troca de ideias. Chevreul enfatizou ainda a "nobre simplicidade" de D. Pedro II, característica que marcava suas interações com intelectuais europeus. Essa abertura ao diálogo e à convivência com homens de ciência é um dos aspectos centrais da narrativa de Freire.²⁵³

O autor prossegue mencionando o romancista e poeta francês Arsène Houssaye (1815-1896), que admirava o vasto conhecimento do monarca sobre figuras notáveis da França, incluindo obras e discursos esquecidos até por seus próprios autores. Louis Pasteur (1822-1895) o elogiou como "um homem de ciência", enquanto Charles Darwin (1809-1882) ressaltou o respeito que o Imperador merecia por suas contribuições à ciência. Esses depoimentos não apenas consolidam a imagem de D. Pedro II como um intelectual, mas também ilustram a amplitude de seu reconhecimento internacional.²⁵⁴

A construção da figura do monarca como um homem exemplar não se limitou às ciências naturais. Freire destaca também a sensibilidade artística de D. Pedro II, mencionada pelo príncipe prussiano Adalbert Heinrich Wilhelm (1811-1873), que apontava seu talento para a pintura e seu interesse por valores nobres. O filósofo Friedrich Nietzsche (1844-1900), por sua vez, reconheceu nele um "grande filósofo", reforçando a dimensão universal de sua figura.²⁵⁵

Ao reunir depoimentos tão variados, Freire imprime uma perspectiva afetiva e memorialista ao texto, evidenciando não apenas as qualidades intelectuais de D. Pedro II, mas também sua capacidade de cativar os grandes nomes de sua época. Essa abordagem contribui para consolidar a imagem do monarca como um símbolo de sabedoria e civilização, cujo

²⁵¹ Freire, além de advogar, exerceu cargos públicos, como o magistério, atuou como jornalista, colaborando na imprensa como na *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio* e *O País*. Disponível em: < <https://www.academia.org.br/academicos/laudelino-freire/biografia> >. Acesso em: 12 jul. 2023.

²⁵² DOS SANTOS, Vera Maria; AMORIM, Simone Silveira; DE ÁVILA, Éverton Gonçalves. A chorographia de Laudelino Freire (1898). *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, 2017, p. 458-459.

²⁵³ FREIRE, 1927, p. 867.

²⁵⁴ FREIRE, 1927, p. 867.

²⁵⁵ FREIRE, 1927, p. 868.

legado transcende as fronteiras nacionais. O encadeamento dos relatos oferece um panorama coeso e dinâmico, que reforça a centralidade de D. Pedro II no imaginário científico e cultural do século XIX.

Complementando essa perspectiva, observa-se que, no século XIX, o monarca desenvolveu um projeto ambicioso de conferir autonomia cultural ao país, consolidando-se como um verdadeiro mecenas das artes. Pedro II, ao longo de seu reinado, envolveu-se profundamente na vida intelectual do Império, incentivando uma cultura que fosse autenticamente nacional por meio da consolidação de um “projeto romântico”. Dessa forma, estabeleceram-se as bases para a construção da fama do “sábio imperador dos trópicos” e de um mecenas comprometido com o desenvolvimento cultural do Brasil.²⁵⁶

A ideia de um Imperador protetor das letras, cultivada a partir de 1850, dialoga diretamente com os textos analisados anteriormente, que busca associar a figura de D. Pedro II ao saber e à intelectualidade. Essa representação demonstra como o empenho do monarca em fomentar a cultura nacional contribuiu para moldar sua imagem de estadista ilustrado, conectando suas iniciativas culturais às bases ideológicas da época e à perpetuação de sua memória como um soberano exemplar.

No tempo em que reinou, o próprio imperador reconhecia a importância de atrair cientistas, escritores e artistas para sua corte, buscando, assim, a proteção imperial. No século XIX, essa busca pela preservação do saber e pela proteção das letras era vista como o “atributo mais valioso” e a “jóia mais preciosa da coroa dos príncipes”.²⁵⁷ Essa estratégia visava não apenas o “engrandecimento da história nacional”, mas também a perpetuação da memória dos soberanos, como foi o caso de Luís XIV na França e dos Médici na Itália.²⁵⁸ D. Pedro II, em particular, apoiou vários projetos essenciais para a história do Brasil, envolveu-se em pesquisas de “etnografia e linguística americana” e financiou profissionais de diversas áreas, como advogados, agrônomos, arquitetos, aviadores, professores, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos, padres e pintores, todos reconhecendo sua visão integradora para o desenvolvimento intelectual do país.²⁵⁹

Esse compromisso de D. Pedro II com o saber é enfatizado pelo intelectual Alfredo Nascimento (1866-1951) em seu artigo “Magni nominis umbra”²⁶⁰, publicado no *Jornal do Commercio*. Nascimento destaca que, após ser deposto, o Imperador não apenas manteve, mas intensificou seu valor, passando a ser visto com admiração universal, por seu “elevado

²⁵⁶ SCHWARCZ, 1998, p. 128.

²⁵⁷ SCHWARCZ, 1998, p. 131.

²⁵⁸ LEOPOLDO, Visconde de S.. PROGRAMMA HISTORICO. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. I, v. I, 1908, p. 68.

²⁵⁹ SCHWARCZ, 1998, p. 131.

²⁶⁰ NASCIMENTO, Alfredo. Magni nominis umbra. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 664-689, 1927.

espírito” e a “excelsitude de seu caráter”. Nessa nova fase, D. Pedro II interagiu com as “mais altas instituições científicas, artísticas e literárias”, sempre em busca de conhecimento.²⁶¹ Nascimento narra que o Imperador percorreu arquivos, bibliotecas, museus e academias, além de conviver com grandes mentes das artes e ciências, o que reforça sua imagem como um monarca dedicado ao aprimoramento intelectual.

Essa dimensão intelectual de D. Pedro II é ampliada por Assis Chateaubriand (1892-1968) em “Um professor de elites”²⁶². Chateaubriand o retrata como responsável pela formação das elites políticas, literárias e artísticas do Brasil. O título de “professor de elites” não só destaca sua função pedagógica, mas também a importância que o Imperador atribuía à instrução dessas elites para que elas se tornassem exemplos de liderança intelectual. Durante seu reinado, D. Pedro II nutriu uma obsessão pela formação de discípulos e pela criação de educadores, seguindo o modelo de Gandhi (1869-1948).²⁶³ Chateaubriand argumenta que o Imperador acreditava ser ele próprio a chave para o “edifício social” do Brasil. No entanto, apesar de seu foco na educação das elites, o ensino primário, ao qual D. Pedro II atribuía grande importância, não recebeu os recursos necessários para seu fortalecimento, o que contrastava com sua dedicação às elites que ele considerava capazes de resolver os “múltiplos problemas do país”.²⁶⁴

Complementando essa imagem de D. Pedro II como defensor do saber, Rodolfo Garcia (1873-1949), em “D. Pedro II e as línguas americanas”²⁶⁵, justifica que o Imperador se dedicava às ciências e ao saber, especialmente em 1856, quando formou uma comissão científica no IHGB para explorar regiões pouco conhecidas do império. Esse projeto englobava a etnografia e a promoção dos estudos das línguas americanas.²⁶⁶ Garcia, um intelectual de destaque no século XX e membro de importantes instituições como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o IHGB²⁶⁷, destaca a preocupação do Imperador com os estudos da língua Tupi. D. Pedro II acreditava que a língua Tupi era falada por várias “tribos indígenas” e via a sua preservação como essencial, já que muitos nomes geográficos e expressões relacionadas à fauna e flora brasileira originavam-se do tupi e foram integrados à língua portuguesa, consolidando sua importância no contexto cultural do Brasil.

²⁶¹ NASCIMENTO, 1927, p. 682.

²⁶² ASSIS, Chateaubriand. Um professor de elites. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 14-16, 1927.

²⁶³ ASSIS, 1927, p. 14.

²⁶⁴ ASSIS, 1927, p. 15.

²⁶⁵ GARCIA, Rodolfo. D. Pedro II e as línguas americanas. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 126-131, 1927.

²⁶⁶ GARCIA, 1927, p. 128.

²⁶⁷ Para uma análise da trajetória de Rodolfo Garcia, ver: BRÖNSTRUP, Gabriela D'Avila. **Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945)**. 2015. 142 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.

A língua tupi tem para os brasileiros grande importancia; primeiro, porque ainda hoje é falada por avultado numero de índios selvagens, que precisamos atrair á civilização, e por índios já civilizados; depois, porque a maior parte dos nomes geográficos conservaram ou receberam dos primitivos colonos, que falavam o tupi como o portuguez, sua fórmula índia, enfim, porque muitíssimas palavras appellativas, sobretudo as da fauna e da flora, foram adoptadas na língua portugueza que os brasileiros fallam.²⁶⁸

Para contribuir com a construção da imagem de D. Pedro II como monarca protetor das letras, Max Fleiuss, em *D. Pedro II e as letras pátrias*²⁶⁹ – texto publicado no *Correio da Manhã* –, afirma que ninguém protegeu, incentivou e defendeu mais a literatura nacional do que o Segundo Imperador do Brasil. Fleiuss destaca que Pedro II foi responsável por traduzir, de forma literal, o poema *Prometheu Acorrentado*, do dramaturgo grego Ésquilo (524 a.C.-455 a.C.). Segundo o autor, a versão traduzida pelo Imperador era “fidelíssima”, e ela esclarecia pontos que, na obra original, eram considerados obscuros. Para Fleiuss, D. Pedro II não era apenas um “mero protetor coroado das nossas letras, artes e ciências, ou um mecenas”; ele era, antes de tudo, um “poeta coroado”. O autor reforça essa ideia ao citar a impressão do escritor e poeta francês Alphonse Marie Lamartine (1790-1869), que o descreveu como “[...] um senhor de uma cultura clássica pouco vulgar”. Além disso, Fleiuss destaca que, para Ferreira de Araújo (1848-1900), um renomado jornalista brasileiro, D. Pedro II era o “brasileiro mais erudito da sua época”, estando sempre a par dos movimentos artísticos e científicos mais relevantes no cenário global.²⁷⁰ Essa proximidade com os grandes escritores, associada ao seu interesse pelo progresso das letras nacionais, fortalece a imagem do Imperador como um grande incentivador da cultura.

No entanto, as contribuições de D. Pedro II para a cultura brasileira vão além da literatura. Fleiuss ressalta que o Imperador sempre esteve presente nas solenidades de premiação escolar e acadêmica, demonstrando seu compromisso com a educação e a cultura nacional. Em uma conferência realizada em Belas Artes, no ano de 1916, o autor afirma que D. Pedro II teve um papel crucial na elevação cultural do Brasil, que, comparado ao resto da América, se destacava como um povo com um cultivo artístico mais refinado. O relato de Fleiuss descreve um ambiente de reconhecimento e gratidão ao Imperador, rodeado de homenagens de seus súditos, desde os mais humildes até os mais importantes. Esse reconhecimento não se restringia apenas às suas ações políticas, mas também às suas virtudes públicas e privadas.²⁷¹

²⁶⁸ GARCIA, 1927, p. 129-130.

²⁶⁹ FLEIUSS, Max. *D. Pedro II e as letras pátrias*. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 894-906, 1927.

²⁷⁰ FLEIUSS, 1927, p. 894.

²⁷¹ FLEIUSS, 1927, p. 900.

Ao longo dos textos reunidos neste subtítulo, diversos autores contribuem para reforçar a imagem de D. Pedro II como um monarca profundamente erudito, comprometido com o desenvolvimento da cultura e da civilização. Com base em testemunhos de autoridades ligadas às letras, às artes e à ciência, a figura do Imperador se consolida como um soberano preocupado com o progresso intelectual e cultural do Brasil.

Ao destacar a faceta de D. Pedro II como sábio e homem de letras, atribuindo-lhe qualidades de intelectual, protetor e interessado por todas as formas de conhecimento, é possível perceber a ausência dessas mesmas características nas figuras de poder da época em que os textos foram escritos. Durante a Primeira República, os estados e municípios enfrentavam sérias dificuldades financeiras, o que limitava a capacidade de manter escolas. Com o tempo, os governos estaduais fecharam muitas escolas primárias, transferindo a responsabilidade para os municípios, o que agravou ainda mais a situação. Nesse período, o sistema educacional foi marcado por uma série de problemas estruturais, como a escassez de professores, a incompetência de diretores, o baixo salário dos docentes, a falta de infraestrutura e a carência de programas e métodos adequados.²⁷²

Essa situação contrastava diretamente com a imagem construída em torno de D. Pedro II, representado como um monarca erudito, comprometido com a ciência, a cultura e a educação. Sua figura foi projetada como símbolo das qualidades ausentes nos governantes da época, sobretudo o investimento no desenvolvimento intelectual do país. Ao exaltá-lo como patrono do saber, buscava-se não apenas valorizar seu legado, mas também propor seu exemplo como modelo a ser seguido por futuras lideranças, na crença de que tais virtudes seriam essenciais para o avanço da nação.

Além dessa faceta de defensor do conhecimento, a imagem de D. Pedro II também foi marcada por características políticas específicas, que o vinculavam a ideais de patriotismo e republicanismo.

2.2 Patriota e republicano: as faces políticas do Imperador

Neste subtítulo, analisamos os textos que atribuem contornos bem definidos aos feitos de D. Pedro II, destacando condutas patrióticas e republicanas. Associado ao sentimento de patriotismo, ressaltam-se valores vinculados aos princípios republicanos, evidenciando a preocupação de Pedro II com o bem público, seu interesse pela política e administração, e o apreço pelas artes, ciências e letras. Os textos que constroem essa imagem imperial, reunidos

²⁷² BRASIL. Congresso. **Documentos parlamentares**. Instrução pública. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1918, p. 35.

na edição comemorativa de 1927, incluem *O patriotismo do imperador*, de Alfredo Nascimento, *A tolerância do imperador*, de Tobias Monteiro, e o discurso de Alaor Prata, originalmente publicado no *Jornal do Commercio*. Outro texto relevante para problematizar as dimensões políticas do monarca é o capítulo III de Augusto Tavares Lyra (1872-1952), presente na edição especial de 1925.²⁷³

Entre esses autores, destaca-se Alfredo Nascimento (1866-1951), professor, intelectual e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) — onde ocupou cargos de destaque como secretário, orador e vice-presidente — relata, no texto *O patriotismo do imperador*²⁷⁴, previamente publicado em *O Jornal*, que D. Pedro II carregou, ao longo de sua vida, um vínculo intrínseco com a nacionalidade, "cuja preeminência o destino lhe deu". Segundo Nascimento, todos os atos do imperador, dos mais particulares aos mais notórios, refletiam um profundo patriotismo.²⁷⁵

Essa leitura proposta por Nascimento se apoia em uma concepção de patriotismo que ultrapassa o mero apego à nação e se alinha a uma virtude política essencial, especialmente em regimes republicanos. O conceito de patriotismo, associado à ideia de pátria, remete a uma virtude política fundamental, especialmente em regimes republicanos. Essa virtude é essencial para o funcionamento de uma “república moderna”, pois estimula o senso de responsabilidade e o empenho cívico.²⁷⁶ Para Nascimento, tal virtude é indispensável para motivar a responsabilidade e o esforço civil, conciliando esses princípios com a diversidade ética, cultural e religiosa que sustenta uma república moderna.²⁷⁷ O cultivo dessa virtude era considerado um requisito indispensável para o pleno funcionamento da República.

Em consonância com esse pensamento, D. Pedro II, em 1925, foi identificado como um exemplo dessa virtude, tornando-se uma referência para valores fundamentais à sustentação do projeto republicano. Sua imagem como defensor do bem comum, da ordem e do respeito à coisa pública reforçava a necessidade de colocar os interesses coletivos acima

²⁷³ Embora o capítulo de Tavares Lyra esteja inserido em uma obra composta por estudos e pesquisas que oferecem uma construção historiográfica de D. Pedro II, parte de sua narrativa adota um tom panegírico, de louvor e exaltação, semelhante ao encontrado nos demais textos da edição de 1927 discutidos neste tópico.

²⁷⁴ NASCIMENTO, Alfredo. *O patriotismo do imperador*. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927, p.132-141.

²⁷⁵ NASCIMENTO, 1927, p. 133.

²⁷⁶ De acordo com Koselleck, o conceito de patriotismo é uma “criação lexical” advinda de uma formação conceitual que remonta ao início do século XVIII, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Patriotismo: Fundamentos e limites de um conceito moderno*. In: _____. **Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. [Contribuições: Ulrike Spree; Willibald Steinmetz; posfácio Carsten Dutt; Trad. Markus Hediger; revisão técnica e trad. Bernardo Ferreira, Arthur Alfaix Assis]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 229.

²⁷⁷ NUSSBAUM, Martha et al. *Piccole patrie, grande mondo*. Roma: Reser & Donzelli, 1995; VIROLI, Maurizio. *Per amore della patria: patriotismo e nazionalismo nella storia*. Milano: Laterza, 2001 Apud STARLING, Heloisa. *A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 82, p. 144.

dos interesses individuais.²⁷⁸ Nesse contexto, combater restrições à prática cidadã e enfrentar exclusões sociais tornava-se essencial para consolidar a democracia e fortalecer o espírito republicano.

Nesse sentido, Nascimento reforça que a virtude patriótica associada a D. Pedro II não apenas mobilizava o imaginário dos cidadãos, mas também servia de inspiração direta para os governantes, reforçando os ideais democráticos e a cidadania plena. Segundo ele, o imperador demonstrava "sincero patriotismo" e era reconhecido como um "grande brasileiro", tomado pelo "mais sagrado amor à sua pátria".²⁷⁹ Essa imagem de patriota, no entanto, transcendia o simples pertencimento à sociedade, associando-se à ideia de "bom cidadão" — aquele que promove a conscientização sobre direitos e deveres, guiando os povos em direção à razão e à ordem.²⁸⁰

No entanto, o patriotismo atribuído a D. Pedro II estava, sobretudo, relacionado à defesa da nação, à preservação da ordem e à estabilidade interna. Essa construção de sua imagem em 1925 indicavam os interesses de reforçar ideais como coletividade nacional, igualdade política, virtudes cívicas e o bem comum, aspectos fundamentais para o fortalecimento da República.

Ao analisar as ações que contribuíram para a formação dessa noção de imperador patriótico, Nascimento apresenta episódios marcantes, como o período regencial (1831-1840). Esse contexto foi caracterizado por revoltas e instabilidade que ameaçavam a unidade nacional. Para o autor, todas as esperanças de estabilidade foram depositadas no jovem D. Pedro II, então com apenas seis anos, que já era visto como a solução para a liderança do país.²⁸¹



Figura 2 - Trecho do grande quadro de Manoel de Araújo Porto Alegre – “Coroação de d. Pedro II”

Fonte: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. **Contribuições para a biografia de D. Pedro II.** Rio de Janeiro: Revista do IHGB, Tomo Especial, Parte I, 1925, p. 251.

²⁷⁸ FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano.** O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1. p. 52.

²⁷⁹ NASCIMENTO, 1927, p. 133.

²⁸⁰ KOSELLECK, 2020, p. 231.

²⁸¹ NASCIMENTO, 1927, p. 134.

Nascimento estabelece, ainda, um paralelo entre a crise regencial e as dificuldades enfrentadas no início da República. Ambas as épocas foram marcadas por instabilidade política, greves e revoltas, como a Revolta da Vacina (1904), a Guerra de Canudos (1896-1897), a Revolta da Chibata (1910) e a Greve Geral de 1917. Esses eventos remetem a busca por ordem em um contexto de transformações sociais e políticas. Para Nascimento, o maior ato de patriotismo de D. Pedro II durante o período regencial foi sua capacidade de promover a paz e a concórdia no país. Mesmo jovem, o monarca utilizou sua sabedoria e clemência para pacificar revoltas, contando com o apoio decisivo de figuras como Caxias. Essa combinação de liderança e justiça assegurou a ordem interna e permitiu avanços significativos em leis e justiça, consolidando o que o autor definiu como uma "excepcional democracia coroada".²⁸²

O patriotismo do monarca também foi evidenciado por Nascimento pela sua postura em conhecer de “visu” a terra que o destino lhe confiou. No ano de 1845, em companhia da imperatriz Tereza Cristina, partiu em excursão em direção às províncias do sul, percorrendo o litoral e o interior.²⁸³ Frequentou outras partes, visitou “Macahé” e “Campos”, na província do Rio de Janeiro, e em outra excursão pôde conhecer as vastas regiões ao norte do país. O sentimento patriótico do qual se revestia D. Pedro II ao empreender tais viagens, por vezes “penosas” e de “fatigantes percursos”, operava na intenção de resolver “minuciosas syndicancias de todas as necessidades” e prover “recursos do paiz”.

Como estas muitas outras viagens e excursões foram feitas a varias províncias, inaugurando estradas de ferro e outros melhoramentos, assim sendo até quatro mezes antes de compulsoriamente deposto do seu alto cargo, pois que ainda em julho de 1889, com entusiasticas manifestações populares, seguia a inaugurar o ramal da estrada de ferro para a velha capital mineira, a histórica cidade de Ouro Preto.²⁸⁴

Essa disposição para percorrer o território nacional e se aproximar diretamente da realidade vivida pela população é apresentada por Nascimento como uma expressão concreta do engajamento cívico de D. Pedro II, cuja dedicação ao país ia além do simbólico. O autor enfatiza que o patriótico intuito de D. Pedro se manifestava na contínua atividade de “conhecer e investigar” e partilhar de todos os “actos da vida nacional”, além de exercer trabalhos administrativos ao assistir a inaugurações, festividades, exposições, sessões literárias e científicas, concursos, exames escolares, conferências e entre outros. O patriotismo de Pedro II também se fazia presente quando o Brasil tinha atritos com outros países,

²⁸² NASCIMENTO, 1927, p. 134.

²⁸³ NASCIMENTO, 1927, p. 134.

²⁸⁴ NASCIMENTO, 1927, p. 135.

momentos em que este sentimento vibrava afinado com “assomos de dignidade”, defendendo com a honra da pátria sem deixar que a “maculassem”.²⁸⁵ O patriotismo é evocado também para tratar da atuação do monarca em prol da instrução pública, em ações ligadas às letras, artes e ciência, demonstrando o “elevado intellectual, que sempre foi”.²⁸⁶

Além de patriota, outra face construída para D. Pedro II foi a de republicano. Tobias Monteiro (1866-1952), no texto *A tolerancia do imperador*²⁸⁷, originalmente publicado no *O Jornal*, afirma que: “[...] Por tantas provas de espirito liberal attribuiram-lhe mais que princípios republicanos; espalharam que se dizia republicano”.²⁸⁸ Monteiro, uma figura política que se tornou um dos mais “influentes e prestigiosos” jornalistas do país e ocupou elevados cargos na imprensa como redator político do *Jornal do Commercio* entre 1894 e 1902, além de redator de várias colunas da imprensa²⁸⁹, relata que o Imperador era tão adepto dos valores republicanos que admirava o militar, professor e político Benjamin Constant (1836-1891) – uma das figuras mais importantes na defesa do republicanismo no Brasil, que também desempenhou um papel-chave na derrubada do Segundo Reinado.

Elle punha o saber e a moralidade do professor acima das suas idéas politicas. Nunca separou uma da outra. Tornou-se publica sua impugnação a todo transe á nomeação de um lente da Bahia, cuja capacidade intellectual era de todos reconhecida, mas tinha sido autor de escandaloso processo conjugal. Sob aquella inspiração mandou convidar a Benjamin Constant para leccionar mathematicas aos netos do ramo de Saxe.²⁹⁰

A construção dessa imagem de D. Pedro II como simpatizante do ideário republicano é aprofundada por Augusto Tavares Lyra (1872–1952), no capítulo III²⁹¹ de *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*, apresenta o Imperador como uma figura que, embora republicana em essência, não deveria ser confundida com as instituições republicanas. Tavares de Lyra, membro de uma elite política influente no Rio Grande do Norte, destacou-se como governador do estado, ministro do Tribunal de Contas da União e sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sua atuação se estendeu também a outras

²⁸⁵ NASCIMENTO, 1927, p. 135.

²⁸⁶ NASCIMENTO, 1927, p. 138.

²⁸⁷ MONTEIRO, Tobias. *A tolerancia do imperador*. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927, p.150-161.

²⁸⁸ MONTEIRO, 1927, p. 152.

²⁸⁹ Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Tobias.pdf> >. Acesso em: 12 jul. 2023.

²⁹⁰ MONTEIRO, 1927, p. 154-155.

²⁹¹ LYRA, Augusto Tavares. CAPITULO III (1840-1850). **Contribuições para a biographia de D. Pedro II**. **RIHGB**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, Parte I, 1925, p. 221-286.

instituições históricas e científicas, consolidando sua reputação como intelectual de destaque.²⁹²

Em sua análise, Tavares de Lyra retrata D. Pedro II como a figura mais eminente de seu tempo, exaltando suas qualidades excepcionais e feitos meritórios. Apesar de situar o monarca em um passado que considerava encerrado, o autor enfatiza que a memória do Imperador, marcada por sua estatura moral e caráter majestoso, continuava viva e relevante, mesmo na República. Essa permanência simbólica reforça a ideia de que a grandeza de D. Pedro II não foi apagada da memória nacional, permanecendo uma referência de virtude e liderança.

No entanto, a afirmação de que D. Pedro II e seu tempo representam um passado morto exige nuances. Embora sua presença física estivesse ausente, sua memória como mecenas do IHGB e defensor de valores cívicos permanecia atual. Para Tavares de Lyra, a evocação do Imperador, com base em princípios republicanos, não comprometia a identidade republicana do Brasil. Pelo contrário, era vista como uma homenagem legítima, desde que desprovida de saudade ou nostalgia que sugerisse um retorno ao regime monárquico. A expressão "sem saudades" reflete essa postura: respeitar a figura de D. Pedro II sem reviver o modelo político que ele representou, reafirmando que o Brasil nascera para a democracia.²⁹³

Perseguindo esse mesmo eixo argumentativo na tentativa de projetar o Imperador republicano como uma personagem proeminente para o universo político da Primeira República, o discurso²⁹⁴ do prefeito do Rio de Janeiro, Alaor Prata (1882-1964), presente dentre as narrativas da RIHGB, apresentou o monarca como aquele lembrado como o democrata e que se diferenciou não apenas pelas suas qualidades do berço, mas também pelas suas ações políticas. Além da sua construção como democrata, foi erigida a figura de Pedro II como republicana. Em sua análise, afirma ter a impressão de que o Imperador era antes de tudo um “republicano” e que, infelizmente, pela fatalidade do nascimento, teve que assumir a coroa imperial.

Devo ainda confessar-vos, meus senhores, que, examinado particularmente a figura interessantíssima de Pedro II, sempre me fica a impressão de que elle era antes de mais nada um republicano, a quem a fatalidade do nascimento reservara o árduo dever de cingir a uma corôa imperial.²⁹⁵

²⁹² SILVA, Francisco Anderson Tavares de Lyra. **Augusto Tavares de Lyra em vários tons**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012, p.11 e 48.

²⁹³ SILVA, 2012, p. 85.

²⁹⁴ LYRA, 1925, p. 271.

²⁹⁵ PRATA, Alaor. Inauguração da estatua de Pedro II – Discurso do sr. Alaor Prata. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927, p.1028-1030.

²⁹⁵ PRATA, 1927, p. 1029.

A ideia de D. Pedro II como republicano era reforçada pelo seu desapego “às pompas da realeza”, pela vida marcada por uma formosa “aureola de simplicidade empolgante”²⁹⁶, pela incansável preocupação com o bem público, interesse pelas causas políticas e administrativas e grande carinho pelas letras, artes e ciências, valores que demonstravam o amor que o imperante guardava com a sua pátria. Segundo Prata, era republicano, pois jamais sentia “tristeza de sentir vacilarem as suas idéas políticas”²⁹⁷, de modo contrário, foi com base em suas ideias que esteve sempre pronto às apreensões de seu civismo.

Essa representação de D. Pedro II como um líder moral, comprometido com o bem comum e dotado de virtudes cívicas, cria as bases para sua projeção como uma figura heroica.

2.3 Construção da heroicidade

A figura do herói, ao longo da história, está profundamente ligada ao ideal de fé no progresso e à formação das sociedades políticas modernas, democráticas e nacionais.²⁹⁸ Este personagem se destaca por feitos notáveis em prol da esfera pública, apresentando uma personalidade capaz de influenciar e moldar o curso dos acontecimentos.²⁹⁹ Reconhecido por suas realizações, o herói cristaliza simbolicamente valores coletivos, encarnando a imagem de um indivíduo que, pelos méritos de sua vida ou morte, conquistou um poder representativo essencial para o grupo social ao qual pertence.³⁰⁰

No contexto dos textos analisados, o Imperador é apresentado como uma figura heroica cuja atuação política foi central para a condução de seu tempo. Essa representação destaca não apenas sua relevância individual, mas também seu papel como símbolo de estabilidade e liderança. As narrativas exploram o agir heroico de D. Pedro II, enfatizando sua importância tanto nos eventos de sua época quanto na projeção de valores para a nação.

A idealização de um monarca dotado de excelsas virtudes é um tema recorrente nos textos, que buscam associar à sua vida exemplar ideias e valores capazes de orientar a nação, especialmente no período republicano em que essas narrativas foram elaboradas. Essa construção de uma imagem heroica não se limitava a enaltecer o passado, mas tinha o propósito de oferecer um modelo de liderança que pudesse inspirar o presente e o futuro.

²⁹⁶ PRATA, 1927, p. 1030.

²⁹⁷ PRATA, 1927, p. 1028.

²⁹⁸ ENDERS, 2014, p. 14

²⁹⁹ ENDERS, 2014, p. 15.

³⁰⁰ CZARNOWSKI, 1919 Apud DOSSE, 2015, p. 151-152.



Figura 3 - D. Pedro II aos primeiros meses – desenho de Debret

Fonte: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Contribuições para a biografia de D. Pedro II.** Rio de Janeiro: Revista do IHGB, Tomo Especial, Parte I, 1925, p. 33.

Essa perspectiva é desenvolvida em diversas obras, como o capítulo III de *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*, de Augusto Tavares de Lyra, presente na edição especial de 1925, e em textos da edição comemorativa de 1927, como *Pedro II: Seu nascimento, seus irmãos*, de Max Fleiuss, *A tolerância do imperador*, de Tobias Monteiro, e *Glória ao magnânimo*, de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior. Essas obras convergem para consolidar a figura do Imperador como exemplo de liderança virtuosa, cujos feitos e valores permanecem relevantes mesmo após o fim do período monárquico.

Dentro desse esforço de construção simbólica da heroicidade, destaca-se a abordagem de Max Fleiuss, no texto intitulado *D. Pedro II. Seu nascimento. Seus irmãos*³⁰¹, originalmente publicado no *O Jornal*, trata da infância como uma “fase encantadora” da biografia de reis e “homens célebres”. Ao retratar o nascimento do Imperador, compara o seu nascimento e infância com a trajetória do personagem bíblico Moisés. Segundo ele, há uma notável afinidade entre um e outro:

A infância dos reis, como a dos homens célebres, constitui sempre a fase mais encantadora das suas biografias

A de d. Pedro II oferece notável ponto de afinidade com a do legislador hebreu, que conduziu o povo de Israel pelo deserto durante longos anos, em demanda da Terra da Promissão.³⁰²

³⁰¹ FLEIUSS, Max. D. Pedro II. Seu nascimento. Seus irmãos. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927, p. 20-31.

³⁰² FLEIUSS, 1927, p. 20.

Conforme a narrativa, Moisés teve seu “canistral rústico de vime emaranhado entre os caniçais do Nilo” e correu perigo constante, prestes a ser devorado pelas cheias do rio. De maneira comparativa, o berço régio de D. Pedro II serviu como um exemplo histórico, assim como o berço de Moisés, ambos marcados por um destino divino. O monarca enfrentou os “sargaços das revoluções liberais” e esteve à beira de ser engolido pela “maré montante da guerra civil, que aos quatro ventos convulsionava o país”³⁰³, refletindo uma crise territorial que ameaçava o Império. Nesse cenário, Max Fleuss destaca que, tanto para o “Povo de Deus” quanto para a “Terra de Santa Cruz”, prevaleceu a crença na “Providência Divina”. A partir dessa comparação, Fleuss posiciona D. Pedro II como uma figura que, como um grande herói bíblico, desempenhou um papel fundamental na história da nação. A escolha de enfatizar o nascimento do monarca não apenas como um marco do século XIX, mas como um acontecimento que reverbera até os dias atuais, sublinha a importância histórica e simbólica desse evento.

Essa relação entre D. Pedro II e Moisés, estabelecida por Fleuss, não se limita a um simples paralelismo, mas aponta para a construção de uma imagem mitológica do Imperador, sustentada pelas “constantes referências bíblicas” que permeiam sua narrativa. O autor revela que, assim como o nascimento de Moisés, o de D. Pedro II parecia não inspirar grandes esperanças em seus primeiros momentos. No entanto, a providência divina, que se manifestou tanto no Egito quanto na “Terra de Santa Cruz”, conduziu o monarca ao trono, coroando-o como a salvação da nação.³⁰⁴ Essa construção discursiva almeja consolidar D. Pedro II como um herói, cujas virtudes e sacrifícios, vividos ao longo de sua vida, o qualificam como a personificação da grandeza de um projeto de nação, moldado por forças divinas e humanas.

O mesmo impulso heroico que Fleuss identifica na figura de D. Pedro II também ressurge nas reflexões de outros historiadores, como Augusto Lyra, que, em seu Capítulo III³⁰⁵, busca construir a imagem de um Imperador capaz de guiar o Brasil com uma “responsabilidade divina”. Ao rememorar o contexto histórico do Brasil, Lyra se apoia em estudos³⁰⁶ de Oliveira Vianna sobre a evolução política do país, destacando como a sociedade colonial foi moldada por “forças novas da terra e do povo”, bem como pela influência das “forças indomáveis do localismo”.³⁰⁷ Essa análise, ao contextualizar o Brasil colonial, proporciona uma compreensão mais profunda das disputas de poder entre as elites locais e as

³⁰³ FLEIUSS, 1927, p. 20.

³⁰⁴ DE NICOLA, 2014, p. 138-139.

³⁰⁵ LYRA, Augusto Tavares. CAPÍTULO III (1840-1850). **Contribuições para a biographia de D. Pedro II.** RIHGB. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, Parte I, 1925, p. 221-286.

³⁰⁶ VIANNA, Ferreira José Oliveira. Recenseamento do Brasil. **Directoria Geral da Estatística do Ministerio da Agricultura**, vol. I, 1822, p. 221.

³⁰⁷ LYRA, 1925, p. 221.

autoridades da metrópole, que servem como pano de fundo para a ascensão do Império e a figura de D. Pedro II.

Lyra, além de se apoiar em Vianna, também recorre a Joaquim Nabuco³⁰⁸ para discutir os limites do poder imperial. Ele argumenta que, embora o regime parlamentar tenha avançado, o poder pessoal do imperador ainda representava um obstáculo ao seu aperfeiçoamento. Contudo, ao enfatizar a ação de D. Pedro II, Lyra o retrata como um monarca que usou seu poder constitucional para conter abusos das autoridades públicas, garantir o direito e a justiça, evitar violências e promover reformas essenciais para a estabilidade política do Brasil.³⁰⁹ Esse retrato heroico de D. Pedro II, que se empenhou em preservar os interesses nacionais, reforça a imagem de um governante comprometido com a razão de Estado.

Ao analisar a ação de D. Pedro II, Lyra transmite a ideia de que o Imperador foi um grande líder, não apenas em termos de governança, mas também como um motor do tempo, moldando o futuro da nação. Sua habilidade em gerir os conflitos internos e externos e seu compromisso com a justiça e o bem-estar coletivo conferem-lhe uma qualidade quase mítica. A narrativa de Lyra não apenas posiciona D. Pedro II como um governante excepcional, mas como o responsável por criar as condições para um Brasil moderno, marcado por uma “abertura para o futuro”³¹⁰ que reflete o grau de crença no monarca e em seu legado.

Esse conjunto de elementos – desde a providência divina que orienta o destino do monarca até sua ação direta na política – constrói uma imagem de D. Pedro II como um herói nacional, um imperador que, com sua sabedoria e autoridade, soube guiar o Brasil em tempos turbulentos e estabelecer as bases para uma nação moderna e republicana. Sua história, conforme narrada por Fleuss e Lyra, é um testemunho de como a figura de um líder pode ser moldada e ressignificada ao longo do tempo, seja por fatores históricos, seja por uma construção discursiva que realça seu papel fundamental no destino da pátria.

Ao longo de sua construção historiográfica, Lyra enaltece traços do caráter de D. Pedro II que marcavam sua figura como líder, destacando virtudes como bondade, tolerância, moderação, generosidade, espírito de justiça e elevados sentimentos de honra. Além disso, são evidenciadas qualidades associadas à sua “persona estadista”, como sagacidade, determinação, prudência, desconfiança, flexibilidade e uma fé inquebrantável no futuro da pátria.³¹¹ Tais atributos não apenas desenhavam um retrato de um monarca exemplar, mas

³⁰⁸ Lyra lança mão da obra “Um estadista no Império”.

³⁰⁹ LYRA, 1925, p. 285.

³¹⁰ HARTOG, François. Ainda cremos em História? In: **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 10.

³¹¹ LYRA, 1925, p. 271.

também ressaltam as qualidades que se esperaria de qualquer governante que buscasse o bem-estar de sua nação.

Com isso, a reflexão trazida pelo texto de Lyra sugere que a idealização de D. Pedro II também funcionava como uma crítica aos valores dos republicanos. A figura do Imperador “revelava tudo o que os homens da República não eram”, ou seja, uma ausência de virtudes republicanas como liberalismo, tolerância, magnanimidade, esclarecimento e aversão à violência.³¹² Ao colocar D. Pedro II como modelo, Lyra não só elogia sua conduta, mas, de forma implícita, denuncia as falhas do regime republicano, apontando uma contradição entre os ideais republicanos e a prática política daqueles que os defendiam.

Essa crítica, ao mesmo tempo que é um elogio ao Imperador, também aponta para a construção de uma narrativa que confere a D. Pedro II uma autoridade moral incontestável. No entanto, ao observar a obra de Lyra, percebe-se que, apesar de respaldado por documentos oficiais e uma abordagem científica, o texto é permeado por um louvor descritivo e elogioso ao Imperador, o que acaba por suavizar a análise histórica e reforçar a imagem quase mítica do monarca.

Essa mesma idealização é vista em outro texto, *A Tolerância do Imperador*, de Tobias Monteiro, no qual D. Pedro II é retratado como um intermediário divino, com sua soberania sendo justificada por uma concessão divina para governar. Mesmo com suas virtudes políticas e espirituais, o Imperador não escapou das críticas, injúrias e ridicularizações. No entanto, o autor aponta que ao contrário de muitos líderes de sua época, nunca recorreu ao seu poder para punir ou reprimir seus detratores, demonstrando, assim, uma postura distinta de outros governantes, cuja autoridade muitas vezes era exercida de forma punitiva.

A tolerancia é a mais rara virtude politica, sobretudo quando os homens exercem o governo. Ao relembrar como procedia esse neto de reis, que haviam dilatado o mundo e fundado impérios e a quem a Constituição declarava “inviolavel e sagrado”, talvez haja quem hoje pasme diante da sua concepção da autoridade. A despeito do direito divino, donde em parte ella provinha, “por graça de Deus e unanime aclamação dos povos”, Pedro II deixava-se expor a todas as fórmulas da crítica, até a injuria e o ridículo, sem aplicar contra ninguem os recursos do seu poder.³¹³

A tolerância foi a virtude que orientou as ações do Imperador diante das atitudes violentas. Ele só se dispunha a derramar sangue em conflitos que transcendiam os limites da nação, motivado por um forte sentimento de patriotismo. O autor destaca que essa tolerância era tão grande que, em revoltas populares, o Imperador buscava dialogar com o povo e, na

³¹² SILVA, 1986, p. 69

³¹³ MONTEIRO, 1927, p. 151.

tentativa de evitar maiores confrontos, fazia promessas. Reconhecido pelo texto como um príncipe exemplar, é argumentado que ele nunca incentivou sentimentos de ódio, sendo visto como uma “lição viva contra a violência”, fazendo tudo o que estava ao seu alcance para garantir o exercício das liberdades constitucionais.³¹⁴

No entanto, conforme a narrativa, essa tolerância excessiva foi um dos fatores que resultaram em sua perda do trono e, mais tarde, em seu exílio. Por outro lado, foi justamente essa virtude que favoreceu sua permanência no poder por mais de 40 anos, período em que enfrentou e superou as revoltas e motins que vinham desde tempos anteriores. A construção da imagem do monarca, assim, o coloca como um exemplo raro e significativo de tolerância.

Tão grande e raro exemplo de tolerancia dever ser apresentado como modelo, se não para atingir, ao mesmo para imitar. [...]. Dir-se-ia dever tamanha tolerancia levar a frouxidão e produzir sem demora a queda desse monarcha. Entretanto, foi ella, certamente, o seu sustentáculo por mais de quarenta annos, após vinte e seis de revoluções, sedições e motins, desencadeados desde o primeiro reinado e a regencia até o momento em que, com o espírito já formado, elle começou a ser a inspiração permanente da política.³¹⁵

Essa análise sobre a tolerância do Imperador ressoa com a visão de Monteiro sobre a História, que ele entende a como mestra da política, dotada de “poder reitor” e de “reserva de sentido”, capaz de iluminar a posteridade.³¹⁶ A partir da exemplaridade proporcionada pela escrita do erudito, como mostrado na citação anterior, seria possível extrair ideias e valores que orientariam a condução da nação. Na busca pelo progresso, Monteiro destaca a importância de se voltar ao passado para compreender o percurso já traçado e se inspirar nas experiências acumuladas, criando um sentimento de coragem para avançar.

Interessando-se pela vida desse homem virtuoso, a nação só tem de honrar-se de haver tido tal chefe á sua frente. Essa vida é uma lição de devotamento á causa publica e sobretudo á liberdade. A historia deve esclarecel-a cada vez mais em proveito dos vindouros. A historia é a mestre da politica. As noções não se petrificam em determinada época da existência, para della constituir culto exclusivo. O que hoje parece definitivo amanhã será recordação, simples trecho de um caminho, talvez interminável e de novos aspectos por descobrir. A marcha é para a frente, o rumo é o futuro; mas de tempos em tempos é grato volver o olhar sobre o percurso feito; [...] para inspirar-nos na experiencia nelle adquirida e retemperar a coragem de ir além [...].³¹⁷

³¹⁴ MONTEIRO, 1927, p. 151

³¹⁵ MONTEIRO, 1927, p. 160.

³¹⁶ HARTOG, 2017, p. 25.

³¹⁷ MONTEIRO, 1927, p. 161.

Em 1925, a figura do monarca é relembrada na República como um “brasileiro ilustre” no texto *Glória ao Magnânimo*³¹⁸, publicado previamente no *Jornal do Brasil* pelo professor, poeta e político brasileiro Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938).

[...], brasileiro ilustre, declarou-o credor do respeito da Republica, ao menos pelo seu character e virtudes pessoaes, reconheceu, assim, essas virtudes, afirmou que elle nunca deshonrou o Brasil, e desempenhou com boa intenção e animo recto as suas funções de chefe de Estado.³¹⁹

Formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1880, Afonso Celso ingressou, doze anos depois, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como sócio efetivo e foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1897. Ao longo de sua trajetória, esteve imerso nos debates e reflexões desses importantes espaços culturais, com especial destaque para a área política.³²⁰ Em sua visão, Pedro II era um servidor público exemplar, cujas virtudes – “zelo, atividade e escrúpulo no desempenho de suas pesadas obrigações” – se destacavam como extraordinárias, durante mais de cinquenta anos de reinado.

Ao retratar o Imperador como um modelo de soberania, Celso não só enaltece a dedicação de D. Pedro II, mas também o coloca como um governante sem grandes falhas, buscando apresentá-lo como um herói. Nesse contexto, a figura de Pedro II não é apenas celebrada por suas virtudes pessoais, mas também por sua exemplaridade enquanto monarca. Para Celso, sua biografia representa a singularidade de um percurso único no século XIX, e o retrato de D. Pedro II, para a República, deveria funcionar como um espelho de valores políticos e morais, que atravessam épocas e continuam a inspirar gerações futuras.

Essa construção de D. Pedro II como herói é ainda mais evidenciada ao compará-lo com outras figuras históricas de destaque, como o político ateniense Péricles, os romanos Júlio César, Augusto e Marco Aurélio, os reis franceses Henrique IV e Luís XIV, e o rei Frederico II da Prússia. Ao associar o Imperador a tais nomes, Celso tenta não apenas consagrá-lo como um modelo de monarquia, mas também destacar sua posição na galeria dos grandes líderes da história ocidental. A vida de D. Pedro II, ao ser colocada ao lado dessas figuras proeminentes, é apresentada como uma trajetória única e inigualável, digna de ser lembrada e celebrada como exemplo de grandeza.

³¹⁸ CELSO, Afonso. *Glória ao magnânimo*. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.786-789, 1927.

³¹⁹ CELSO, 1927, p.787.

³²⁰ CONTI, 2023, p. 2.

Não se encontra entre todos os vultos dessa galeria de sumidades Moraes do passado quem sobreleve, na constante manifestação de elevados sentimentos e nobres ideias, ao Magnanimo, defensor perpetuo do Brasil.

Guerreiros, estadistas, philosophos, conductores de homens, heroes, cidadãos, tiveram todos delises, irreflexões, fraquezas que, se lhes não desabonam a memoria, determinam, comtudo, serias restricções no favorável julgamento.

E' o que se dá com Pericles, Cesar, Augusto, Marco Aurelio e, na phase moderna, com Henrique IV, de França, Luiz XIV, Frederico da Prussia, e tantos outros.

Grandes homens, sem duvida, mas com falhas numerosas e graves feitos nocivos á sua patria.

D. Pedro II, não; esse é devéras uma figura plutarchiana, merecedora de universal veneração, quer ao ponto de vista domestico, quer ao cívico e social.³²¹

Em diálogo com o excerto anterior, ao se referir a D. Pedro II como uma “figura plutarchiana”, Celso faz uma clara alusão ao projeto biográfico de Plutarco (46-120 d.C.) na antiguidade, que teve ampla repercussão na posteridade, especialmente na época moderna. O projeto plutarqueano tinha como objetivo revelar os traços de caráter de grandes figuras históricas, destacando suas ambivalências e complexidades psicológicas. Esse tipo de biografia formava um gênero baseado no modo exemplar de vida, com “tons moralizantes”³²², que serviam como modelo a ser seguido. O livro de Plutarco, considerado uma “excelente escola do homem”, apresentava exemplos de nobreza e magnanimidade, instruídos por seus métodos biográficos e princípios morais.³²³

Ao comparar D. Pedro II a uma “figura plutarchiana”, Celso reforça a construção da imagem de um monarca virtuoso, dotado de valores morais e heroicos, em consonância com a tradição moralizante de Plutarco. Nesse contexto, a vida de D. Pedro II é metaforicamente apresentada como uma verdadeira escola, cuja trajetória virtuosa se configura como uma pedagogia civil, destinada a ser aprendida e imitada pelas gerações futuras. Por meio dessa comparação, Celso não apenas exalta o caráter do Imperador, mas também propõe sua vida como um exemplo a ser seguido, inspirado pelos mais altos ideais de moralidade e grandeza.

³²¹ CELSO, 1927, p. 788.

ARAUJO, Valdei L.. Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, Valdei L.; MOLLO, Helena M.; NICOLAZZI, Fernando.. (Org.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 138.

³²² KOSELLECK, 2006, p. 41-60; DOSSE, 2015, p. 128.

³²³ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso do premier secrétaire perpétuel. Revista do IHGB, p. 15, 1839; CEZAR, Temístocles. Livro de Plutarco: biografias e escrita da história no Brasil do século XX. **MÉTIS: história & cultura**. v. 2, n. 3, p. 73-94.

Nesta capital e em varios pontos do interior, funcionam presentemente estabelecimentos de instrucção primaria e secundaria com o titulo: Escola de Pedro II.

Escola de Pedro II! que magnifico programma:

Permitta Deus que todos nós possamos sempre dizer alunos dessa escola, sendo ella fonte permanente de ensinamentos para o paiz inteiro: Escola de Pedro II, isto é, escola do trabalho, do patriotismo, do austero cumprimento do dever!³²⁴

A metáfora da "escola de D. Pedro II" simboliza uma fonte de ensinamentos que exalta valores como trabalho, patriotismo e o cumprimento dos deveres. Com uma perspectiva historiográfica imbuída do catolicismo, Afonso Celso expressa sua fé ao evocar Deus, esperando que o divino permita que a trajetória do Imperador se torne um modelo de vida extensível a todos. Esse apelo à Providência, que orienta a vida de D. Pedro II, reflete a busca por um exemplo de virtude capaz de ordenar a sociedade e alcançar seus fins superiores.³²⁵ A exemplaridade do monarca é, assim, apresentada como um "tipo específico de aprendizado", cuja moralidade serve como guia para a construção de uma sociedade mais justa.³²⁶ A vida do Imperador se torna um processo de aprendizado dentro da história real, em que se acredita encontrar lições essenciais.

Nos escritos de Fleiuss, Monteiro e Afonso Celso, a visão providencialista é uma constante. Para eles, a Providência Divina é responsável por moldar os acontecimentos históricos, incluindo a ascensão de D. Pedro II ao trono. Fleiuss narra as dificuldades e desafios que o monarca enfrentou desde a infância, enquanto Monteiro o vê como representante divino na Terra, legitimando sua autoridade através da intervenção de Deus. Afonso Celso também recorre a essa perspectiva ao evocar Deus como responsável por permitir que a vida de D. Pedro II seja um exemplo para todos, colocando-o como um "motor da história". A partir dessa visão, a História se torna não apenas um relato de eventos, mas um processo guiado pela ação divina, que consolida a vida do Imperador como uma verdadeira "escola de virtudes".³²⁷

A retórica da grandeza e heroísmo que permeia essas narrativas biográficas da RIHGB, especialmente nos textos de 1927, contribui para a construção de um retrato de D. Pedro II como um líder magnânimo e irrepreensível. Esse retrato foi cuidadosamente

³²⁴ CELSO, 1927, p. 789.

³²⁵ CONTI, 2023, p. 99.

³²⁶ ARAUJO, Valdei L.. Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, Valdei L.; MOLLO, Helena M.; NICOLAZZI, Fernando.. (Org.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 138.

³²⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Por uma história ultramontana: Afonso Celso. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2003. p. 52).

elaborado, moldado conforme os interesses daqueles que o recordavam, e sempre "re-elaborado" dentro das condições sociais e políticas da época. A seleção dos aspectos a serem lembrados é uma construção ideológica que reforça a imagem de um Imperador idealizado, especialmente em 1925, quando o regime republicano ainda buscava se consolidar.

Contudo, embora D. Pedro II tenha sido retratado como um modelo de virtude, herói e governante imaculado, não se pode ignorar que esses textos também incluíram críticas à sua conduta. Alguns textos no periódico revelam as falhas e imperfeições do monarca, buscando prescrever comportamentos que não deveriam ser seguidos pelos cidadãos. Essa construção biográfica não se limita a exaltar o passado imperial, mas também serve como uma crítica aos eventos políticos do presente, apontando para a complexidade das relações entre memória histórica e realidade política.

2.4 Entre vícios e virtudes: outras exemplaridades nas condutas do Imperador

A dualidade entre virtudes e falhas do Imperador é explorada de forma mais profunda nos textos analisados neste subtítulo, que buscam mitigar a idealização de D. Pedro II, explorando tanto os vícios quanto os erros de suas condutas, mas sem deixar de reforçar, paradoxalmente, a personificação de sua grandeza. Essa abordagem revela a complexidade humana do Imperador, cujas ações, ora virtuosas, ora viciosas, são apresentadas de forma multifacetada. A partir dessas narrativas biográficas, é possível identificar o que poderia ser chamado de uma "pedagogia existencial", que permite aos leitores aprender com as falhas de uma figura histórica de tamanha importância.³²⁸ Esse tipo de biografia, portanto, não serve apenas como uma descrição da vida do Imperador, mas como uma ferramenta para compreender e julgar as condutas individuais na história, oferecendo subsídios para os "homens perplexos" do início do século XX, que buscavam refletir sobre o passado à luz de um novo tempo.³²⁹

Dentro dessa perspectiva crítica, destacam-se os textos "O Imperador e o Federalismo", de Levi Carneiro; "O Imperador e a República", de Antonio Azeredo; e "A Margem do Segundo Reinado", de Vicente Licínio Cardoso. Publicados na edição comemorativa da RIHGB de 1927, esses escritos se afastam da exaltação usual de D. Pedro II e propõem uma análise mais crítica de sua memória e de seu tempo. Nesses textos, a subjetividade dos autores se faz presente no julgamento das falhas do Imperador, contribuindo

³²⁸ MAUROIS, Andre. **Aspects of Biography**. Translate by Sydney Castle Roberts. New York: D Appleton & Company, 1929, p. 34-35 Apud GONÇALVES, 2004, p. 137.

³²⁹ GONÇALVES, 2004, p. 137.

para um retrato mais humanizado e, por vezes, controverso de sua figura. Além disso, é interessante observar que, enquanto alguns textos se valem de uma abordagem mais científica, com o uso de citações, referências documentais e notas de rodapé, outros se aproximam mais da crítica jornalística, compondo as diferentes formas de escrita historiográfica da época. Todos esses escritos, por fim, foram publicados em jornais, o que também adiciona uma camada de contexto à forma como a figura de D. Pedro II era discutida publicamente.

Nesse conjunto de produções críticas, destaca-se a contribuição de Levi Carneiro (1882-1971)³³⁰, fundador e primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e consultor-geral da República, no texto intitulado “*O Imperador e o Federalismo*”³³¹, originalmente publicado em *O Jornal*, reconhece a crescente admiração e comoção de muitos observadores em relação ao monarca. Contudo, o autor retoma e questiona a teoria providencialista, que atribui ao príncipe, ainda aos seis anos de idade, a responsabilidade de salvar o regime monárquico para atender às exigências nacionais.³³²



Figura 4 - D. Pedro II aos oito anos de idade

Fonte: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Contribuições para a biografia de D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, Tomo Especial, Parte I, 1925, p. 69.

Como apontado anteriormente por Max Fleiuss³³³ e Augusto Lyra³³⁴, a crença na prosperidade da nação associada ao nascimento de D. Pedro II era amplamente difundida, sendo vista como predestinada a cumprir uma missão histórica. Nesse contexto, Levi Carneiro questiona a ideia de que, por determinação histórica, cabia ao regime imperial consolidar a unidade nacional, atribuindo ao jovem monarca um papel central nesse processo.³³⁵

Esse questionamento relacionado a visão providencialista, é reforçado por algumas críticas historiográficas do período. Capistrano de Abreu (1853-1927), professor, jornalista e

³³⁰ Disponível em: < <https://www.academia.org.br/academicos/levi-carneiro/biografia> >. Acesso em: 12 jul. 2023.

³³¹ CARNEIRO, Levi. O imperador e o Federalismo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 371-384, 1927.

³³² CARNEIRO, 1927, p. 371.

³³³ FLEIUSS, 1925, p. 32.

³³⁴ LYRA, 1925, p. 228.

³³⁵ CARNEIRO, 1927, p. 372.

historiador, argumenta em sua obra *Fases do Segundo Império*³³⁶ que a imagem de D. Pedro II como um “líder precoce” e “predestinado ao poder” é uma construção idealizada.³³⁷ Para ele, Pedro II foi, na verdade, um “comparsa da articulação política”, que utilizou estratégias convenientes para se posicionar no poder, desmistificando a aura de predestinação que lhe era atribuída.³³⁸

Ainda assim, Levi Carneiro apresenta um retrato mais equilibrado do monarca. Em sua escrita, apresenta D. Pedro II como chefe político, destacando-se por sua postura democrática, porém rejeita a crença no poder divino em favor de um nacionalismo baseado no povo.

D. Pedro II [...]. Soube ser um chefe de governo profundamente democrático, porque não acreditaria em uma investidura por direito divino, antes sentiria que a sua resultava do sentimento nacionalista e do enternecimento pessoal do seu povo. Este seria o único elemento monarchico, e delle só viveu a monarchia entre nós; era, em si mesmo, fundamentalmente democrático. Tanto dominava o imperador essa certeza, que manteve sempre e sempre affirmou, dedicação exclusivista ao seu povo.³³⁹

Levi Carneiro reforça a ideia de centralidade associada à imagem de D. Pedro II ao recorrer à argumentação de Joaquim Nabuco (1849-1910), que descreve o Imperador como o autor da unidade nacional, responsável por salvar o território do esfacelamento. No entanto, Carneiro problematiza esse movimento centralizador, que, embora essencial para consolidar a unidade, acabou retardando a propagação do federalismo e da descentralização administrativa e política. Esses fatores, segundo ele, contribuíram para o declínio do monarca e do próprio Império. Essa mesma centralidade é o motivo pelo qual D. Pedro II é descrito como símbolo da unidade nacional. Em suas palavras: “O imperador domina, dirige, acompanha [...] toda a vida da nação.”³⁴⁰

Apesar de exaltar o papel unificador de D. Pedro II, Carneiro não ignora suas falhas. Ele aponta que a excessiva preocupação do monarca com a justiça o tornava desconfiado, levando-o a adotar ações extremas. Essa característica é evidenciada no seguinte trecho: “A sua nobre preocupação de justiça, de moralidade, leva-o a extremos de actuação, torna-o cioso das suas prerrogativas, exagera-as; desconfia dos homens dos seus governos.”³⁴¹

³³⁶ ABREU, Capistrano de. “Fases do Segundo Império”. In: **Ensaio e estudos**: crítica e história, 3ª série. Nota liminar de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

³³⁷ ABREU, 1976, p. 76-77.

³³⁸ ABREU, 1976, p. 76-77.

³³⁹ CARNEIRO, 1927, p. 371- 372.

³⁴⁰ CARNEIRO, 1927, p. 374-375.

³⁴¹ CARNEIRO, 1927, p. 374.

Essa postura de desconfiança também é analisada por Capistrano de Abreu em *Fases do Segundo Império*. O historiador destaca que D. Pedro II não demonstrava favoritismo e acreditava ser o único imprescindível ao Império, recusando-se a dividir esse papel com outros. Para Capistrano, essa atitude refletia um vício que marcava a conduta do monarca, que via a si mesmo como indispensável, enquanto negava a necessidade de outras figuras políticas.³⁴²

Além disso, Carneiro critica o impacto da centralização imperial na autonomia das províncias. Em vez de fortalecê-las, o governo central restringia suas liberdades, como evidenciado na nomeação dos presidentes provinciais pela Coroa. Essa prática limitava a ação dos representantes locais, frequentemente anulados por decisões centralizadoras, o que gerava conflitos entre forças locais e gerais. Desse modo, a centralização, inicialmente pensada como um meio de consolidar a unidade, acabava sufocando a descentralização necessária para o equilíbrio político.

Os representantes provinciaes não podiam ter liberdade de acção. O sr. Affonso Celos escreveu, em 1896, que “a subordinação das Províncias ao poder central, nos negocios a ellas peculiares, derivava mais da subserviencia e fraqueza dos seus delegados do que das prescripções de arroxio das leis conservadoras”. (Contradictos Monarchicas, pag. 23). [...]

Não bastava tudo isso á preponderância imperial. A interpretação dos poderes provinciaes fazia-se acanhadamente. Os factos demonstravam que a discriminação dos poderes locaes, annullava-os, impunha aos poderes geraes encargos que não suportavam, nem desempenhavam. Tolhia-se o desenvolvimento da nação. Multiplicavam-se conflitos de poderes.³⁴³

Os representantes provinciais, ou seja, os representantes do Imperador, ocupavam o cargo em um curto espaço de tempo e eram deslocados com constância de uma província para outra.³⁴⁴ Eram “rigorosamente controlados” nas ocupações de “intermediários” entre o “poder central e os grupos de poder privado locais”.³⁴⁵ De acordo com o autor, as províncias sempre tiveram a necessidade de satisfazer seus interesses, os quais nem sempre podiam ser atendidos pelo poder central, e por isso conservavam um espírito federalista.

O crescimento natural da autoridade imperial, desde 1840, acarreta a concentração, cada vez maior, de poderes em suas mãos. O imperador domina, dirige, acompanha em minucias, [...]. Cada vez mais se atrofiaram as municipalidades com a atrofia das províncias, deslocando-se para o poder imperial, sem diminuir, a pressão, que sofriam. Resolução imperial de 1871,

³⁴² ABREU, 1976, p. 82-83.

³⁴³ CARNEIRO, 1927, p. 376.

³⁴⁴ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 87.

³⁴⁵ RESENDE, 2003, p. 95.

contra o parecer de Estado, admitiu recurso para o governo central da decisão do presidente da província sobre demissão de funcionario municipal. Nesse caso, da economia íntima do município, além do recurso para o presidente da província – bastante para anular a autonomia municipal – havia, ainda, por força daquela resolução recurso para o próprio monarca.³⁴⁶

Além da política centralizadora do Imperador, é importante destacar a vigência do Poder Moderador, que fortaleceu ainda mais esse movimento centralizador. De acordo com Carneiro, esse poder era visto como a “chave de toda a organização política”, conferindo a D. Pedro II o cargo de “chefe supremo da nação”. Com esse privilégio, o Imperador possuía um poder quase absoluto, acima dos demais, conferindo-lhe um caráter “inviolável e sagrado”.³⁴⁷ Nesse contexto, as discussões indicam que o Imperador utilizava “inteligentes artifícios” para preservar seu poder, o que desorganizou os partidos em formação e alimentou a descrença nas previsões. Assim, o “poder moderador dava mais uma volta à sua chave”.³⁴⁸ Carneiro observa que, embora o Imperador parecesse um tanto alienado — distante de questões fundamentais da política —, ele jamais deixou de exercer seu poder, ou seja, de se envolver ativamente na política.³⁴⁹

Essa crítica à conduta centralizadora de D. Pedro II abre um espaço para refletirmos sobre a contemporaneidade de Levi Carneiro. Durante a presidência de Arthur Bernardes, foi possível observar um exercício de poder semelhante, marcado por uma “técnica de gestão populacional” fundamentada em métodos de controle social. No contexto conturbado da Primeira República, com revoltas como a de 1924, Bernardes utilizou dispositivos de guerra para “restabelecer a supremacia política”, empregando a força do Estado nacional para controlar a população.³⁵⁰ Embora essa relação não seja explicitada, é possível supor que Carneiro estivesse, de alguma forma, criticando o poder como ferramenta de controle sobre os indivíduos, sugerindo que esse tipo de governança não deveria ser seguido por um bom governante. Em defesa da democracia e do bem comum, ele enfatiza que é essencial que o governante não recorra a mecanismos de repressão e centralização, como os utilizados tanto no Império quanto no presente de sua época.

A reflexão sobre D. Pedro II serve a Carneiro como espelho para pensar o presente, permitindo-lhe traçar um paralelo entre passado e atualidade. Ao comentar a biografia do Imperador, o autor reconhece seus méritos e sua habilidade em governar, mas não deixa de

³⁴⁶ CARNEIRO, 1927, p. 374-375.

³⁴⁷ SCHWARCZ, 1998, p. 47.

³⁴⁸ DE NICOLA, 2014, p. 79.

³⁴⁹ DE NICOLA, 2014, p. 196.

³⁵⁰ ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **TOPOI** (ONLINE): REVISTA DE HISTORIA, v. 12, 2011, p. 164.

destacar os limites do poder imperial, especialmente no que diz respeito à restrição da autonomia das províncias. A imagem construída por Carneiro revela um governante marcado por virtudes e vícios, cujas contradições oferecem um rico material de análise sobre a liderança e o exercício do poder.

De forma semelhante, no relato do senador Antônio Azeredo (1861-1936)³⁵¹, vice-presidente do Senado e fundador do *Diário de Notícias* no Rio de Janeiro, são descritos episódios do passado monárquico. Em seu texto intitulado “O Imperador e a República”³⁵², publicado no *Jornal do Brasil*, Azeredo esboça um retrato biográfico de D. Pedro II, especialmente durante as comemorações do centenário de seu nascimento. Embora sendo um republicano histórico, o senador considera D. Pedro II uma personalidade “excepcional”, reconhecendo suas falhas, que considera naturais, mas não deixando de ressaltar o patriotismo e o amor que o monarca demonstrou por sua pátria.

O conceituado periódico *Jornal do Brasil* pediu-me gentilmente para que eu escrevesse alguma coisa sobre o imperador, na comemoração do centenario do seu nascimento, a 2 de dezembro. Não sei como encarar o assumpto, em se tratando de uma personalidade de excepcional destaque e que governou o nosso paiz durante meio seculo, quando considero que fiz parte da propaganda republicana e combati os actos do governo imperial. Todavia, a esse rei constitucional, que praticou, como era natural, erros em seu demorado governo, eu não poderei deixar de reconhecer-lhe o patriotismo e o amor á causa da patria.³⁵³

Conforme dito por Azeredo: “O meu republicanismo não me impede de proclamar a verdade”³⁵⁴ acerca de D. Pedro II e seu tempo. O autor entende que o reinado de D. Pedro II foi tão longo porque o povo se convenceu das qualidades e virtudes do Imperador, além da tolerância e paciência do mesmo. Relata que, desde criança, quando assumiu a responsabilidade de governo, mesmo não estando preparado para administrar e conduzir a política do país, o Imperador soube se equilibrar entre os grandes homens da sua época, demonstrando certa habilidade na direção da política imperial.

Conforme Azeredo, não se podia questionar os caprichos de D. Pedro II, que por vezes eram exacerbados. Apesar disso, a majestade não colecionava ódios nem rancores, estando sempre disposta a perdoar, principalmente os “homens políticos de reconhecido valor moral e autoridade”.³⁵⁵ O letrado aponta a tendência do Imperador em promover pessoas que faziam

³⁵¹ Disponível em: < <https://antigo.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exterores?id=409> >. Acesso em: 12 jul. 2023.

³⁵² AZEREDO, Antonio. O imperador e a Republica. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

³⁵³ AZEREDO, 1927, p. 850.

³⁵⁴ AZEREDO, 1927, p. 850.

³⁵⁵ AZEREDO, 1927, p. 851-852.

parte de seu círculo pessoal em concursos, como no caso do desejo de nomear o Dr. Domingos Freire, também aprovado pela congregação da Escola Politécnica, para assumir a cadeira de docente da instituição.³⁵⁶

Havendo tres logares vagos de professores da Escola Polytechnica, sendo dous de cathedradicos e um de substituto, foi aberto o concurso para as respectivas cadeiras, concorrendo a ellas dous engenheiros, Getulio das Neves e Firmo Elysio Martins e dous medicos, Domingos Freire e José Murtinho. A congregação da Escola, depois das provas exhibidas e das arquições reciprocas entre os concorrentes, reconheceu por unanimidade de votos a competência dos quatro candidatos, propondo, entretanto, os dous engenheiros, filhos da Escola, para as duas cadeiras de lentes, e o Dr. José Murtinho para a de substituto, não sendo contemplado na indicação o nome do eminente professor Domingos Freire, que era reconhecidamente uma notabilidade científica.

O ministro do imperio, como de costume, levou a despacho a proposta da congregação e o imperador, depois de examinal-a, lembrou ao Ministerio que tinha assistido as provas do concurso, como fazia sempre, e uma vez reconhecida a notoriedade do Dr. Domingos Freire, de quem era amigo, disse ao ministro do imperio que mandasse lavrar a nomeação dos dous medicos para as cadeiras de lentes e a do engenheiro Getulio das Neves para a de substituto, não sendo contemplado o engenheiro Firmo Elysio Martins, que tinha sido proposto pela Congregação para uma das duas cadeiras de cathedratico (grifo nosso).³⁵⁷

[...]

Parecia haver na insistencia do imperador um capricho, que aliás poderia ser até certo ponto justificável, porque o desejo de s. m. era nomear o dr. Domingos Freire, tambem approved pela congregação da Escola Polytechnica.³⁵⁸

O ato de beneficiar e promover pessoas era uma prática direcionada a conhecidos ou membros do seu círculo familiar. Ao fazer conexões interpretativas com o contexto em que o texto foi escrito, é importante destacar que, nos regimes oligárquicos da Primeira República, situações semelhantes ocorreram, com o parentesco e a lealdade pessoal sendo fatores determinantes para o recrutamento político. Cumpre destacar ainda que, as "relações políticas tradicionais" funcionavam como um mecanismo de ascensão política.³⁵⁹ Assim como no passado, essa realidade persistia no presente do autor, sugerindo que a conduta imperial foi destacada na tentativa de evitar o uso de práticas corruptas.

³⁵⁶ AZEREDO, 1927, p. 853.

³⁵⁷ AZEREDO, 1927, p. 852.

³⁵⁸ AZEREDO, 1927, p. 853.

³⁵⁹ VISCARDI, Cláudia. Primeira República (1889-1930): República Oligárquica. In: SCHWARCZ, Lilia. M.; STARLING, Heloisa M. M. . **Dicionário da República**: 51 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v. 1. p. 347-348.

Algumas ações de D. Pedro II eram tendenciosas e equivocadas, como seu hábito de identificar funcionários públicos que, por não estarem em boa situação, não conseguiam ascender em suas carreiras. O veto imperial, por vezes, prejudicava magistrados, resultando em grandes danos. O autor também menciona outros episódios que, embora revelassem interesses e caprichos do Imperador, não se repetiram ao longo de todo o seu reinado.

Contou-me o conselheiro Gomes de Castro que o imperador marcava os funcionários que aos seus olhos parecia que não andavam bem e então não podiam subir na sua carreira.

Outros factos desta natureza podem demonstrar certos caprichos da parte do imperante em meio século do seu reinado, mas o que não se encontra, em todo esse longo período, é um só acto de acentuada violência ou perversidade praticada directa ou indirectamente pelo imperador.³⁶⁰

No relato de Azeredo, há aspectos que evidenciam condutas questionáveis do monarca, as quais enfraquecem a ideia de grandeza frequentemente associada à sua imagem. Seu lado humano, marcado pela intenção gananciosa de atender a seus caprichos e interesses, contribui para a construção de uma figura complexa, não definida apenas pelos seus méritos, mas também pelos seus erros.

Embora Azeredo não considere essas ações como gravíssimas, elas abriram espaço para a propagação da República, o que levou o povo a aceitar o regime republicano "entre flores e aclamações gerais".³⁶¹ O senador compara os dois regimes, destacando que, em 36 anos, a República fez muito mais do que o Império em 67 anos, promovendo o desenvolvimento e o progresso em todas as áreas da atividade humana. Para o autor, o Império deveria ter feito mais pelo povo, o que se reflete nas manifestações de descontentamento populares, que contribuíram para a aceitação da República.

Ao longo do relato, observa-se que alguns "republicanos mais ardorosos"³⁶² tentaram combater as manifestações em homenagem ao Imperador, temendo que essas homenagens prejudicassem a República. Em contraste com o ambiente de efervescência comemorativa, o senador descarta qualquer possibilidade de restauração da monarquia, considerando-a impensável e, em suas palavras, "um verdadeiro absurdo".³⁶³ Apesar de ser um republicano convicto, Antônio Azeredo reconhece que não tem o direito de combater as homenagens ao Imperador, que, ao longo de meio século, demonstrou integridade moral, patriotismo e bondade, sempre com o objetivo de enaltecer sua pátria.

³⁶⁰ AZEREDO, 1927, p. 854.

³⁶¹ AZEREDO, 1927, p. 855.

³⁶² AZEREDO, 1927, p. 856.

³⁶³ AZEREDO, 1927, p. 856.

Como republicanos, não temos o direito de combater as homenagens que são prestadas ao imperador que reinou durante meio século com integridade moral, patriotismo e bondade, tendo procurado sempre elevar o nome de sua Pátria.³⁶⁴

Em sua escrita, observa-se a reiteração de elementos já destacados na imagem de D. Pedro II, como o vínculo deste monarca com valores como patriotismo, bondade e moralidade. O texto, por um lado, expõe os vícios do Imperador, mostrando-o como alguém movido por interesses e caprichos; por outro, destaca suas virtudes, ressaltando qualidades como tolerância e paciência. Dessa forma, o texto permite uma avaliação que apela para as percepções subjetivas e o julgamento das ações de Pedro II.

Como se vê nos diversos textos que compõem o volume comemorativo da RIHGB, é importante notar que este escrito foi escolhido para publicação. Isso sugere que o autor quis exaltar a memória de D. Pedro II, reconhecendo seus méritos pessoais, enquanto deixa claro que não se tratava de um apelo à restauração monárquica. O texto também evidencia qualidades do Imperador, como o patriotismo e a virtude política, que deveriam servir como modelo para os Estados Nacionais. Independentemente dos motivos que levaram à sua escolha, é fundamental destacar os vícios presentes nas condutas do Imperador. Ao identificar os erros do passado, acredita-se que se possa aprender com eles e evitar repetir os mesmos equívocos.

Portanto, este escrito combina a crítica com a celebração, oferecendo uma visão equilibrada de um líder cujas ações deixaram marcas tanto positivas quanto negativas. Ao mesmo tempo em que reconhece os méritos de D. Pedro II, o autor destaca as falhas que marcaram seu reinado. Essa combinação de virtudes e defeitos permite que o texto funcione como um retrato complexo, promovendo reflexões sobre a história e os desafios da liderança política.

À margem de grande parte das aclamações elogiosas e glorificadoras, Vicente Licínio Cardoso (1889-1931)³⁶⁵ constrói uma análise crítica de D. Pedro II e do Segundo Reinado, focando nos erros do homem e de seu tempo. No texto *À margem do Segundo Reinado*,³⁶⁶ extraído do jornal *O Estado de São Paulo*, o autor propõe um ensaio historiográfico que tem como tema central o governo de D. Pedro II. Essa análise é estruturada a partir de questões

³⁶⁴ AZEREDO, 1927, p. 857.

³⁶⁵ Disponível em: <<http://brasilianadigital.com.br/brasiliانا/colecao/autores/24/cardoso-vicente-licinio>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

³⁶⁶ CARDOSO, Vicente. A margem do Segundo Reinado. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.1039-1087, 1927.

econômicas e políticas do período³⁶⁷, utilizando recursos como citações, referências documentais e notas de rodapé. Tais elementos reforçam a solidez do estudo e conferem credibilidade à narrativa, qualificando o texto como uma produção historiográfica de peso.

Essa abordagem cuidadosa e fundamentada permite que Licínio Cardoso critique a visão amplamente aceita sobre o Segundo Reinado. Ele apresenta esse período como uma época marcada pela “efervescência das referências de progresso” no Brasil. Contudo, enquanto o quadro geral era frequentemente descrito como um “ritmo de progresso” contínuo e vigoroso, com o Imperador sendo exaltado como sábio e devotado aos interesses nacionais, o autor desafia essa visão idealizada. Para ele, tanto o homem quanto o tempo foram superestimados, revelando, em suas palavras, uma construção que refletia “mais fantasia do que realidade”.³⁶⁸

O ceticismo de Licínio em relação às narrativas tradicionais não é fortuito. Marcado por um pensamento cientificista e pela noção de progresso, ele se destaca como um “típico intelectual” da transição do século XIX para o XX. Suas ideias são marcadas pelo positivismo e pelo americanismo³⁶⁹, aspectos que permeiam suas obras e textos publicados na imprensa.³⁷⁰ Além disso, sua escrita reflete um esforço analítico que remete a autores como Euclides da Cunha, destacando-se como um “intérprete à margem” do pensamento dominante.³⁷¹ Essa postura crítica o leva a propor reflexões que abordam os problemas de seu tempo, conectando-os ao passado, e consolidam sua relevância como autor de sua época.

Essa conexão entre o presente e o passado é evidente quando Licínio analisa os desafios enfrentados no período do Segundo Reinado. Ele destaca a turbulência política e o impacto da abolição da escravatura sobre as forças agrícolas do país, apontando que Pedro II não foi capaz de enfrentar adequadamente essa questão.³⁷² Ao discutir a desorganização econômica causada pela emancipação da mão de obra escravizada, o autor reforça sua visão de que o monarca não tinha as competências necessárias para lidar com os problemas estruturais do Brasil.

Essa crítica ganha ainda mais força quando Licínio aborda a questão econômica da época. Para ele, a falta de investimentos e de diversificação econômica na segunda metade do século XIX foi um dos fatores mais preocupantes. Essa limitação manteve o país preso a uma

³⁶⁷ DE NICOLA, Lucas Santiago Rodrigues. As bases precárias: economia e política no ensaio. À margem do Segundo Reinado, de Vicente Licínio Cardoso. *Intellèctus*, v. 14, n. 2, 2015, p. 249.

³⁶⁸ CARDOSO, 1927, p. 1049.

³⁶⁹ Sobre o americanismo, ver: MAIA, João Marcelo. Vicente Licínio Cardoso e a "América" da engenharia brasileira. *Intellèctus*, v. 4, n. 1, 2005.

³⁷⁰ DE NICOLA, 2015, p.251.

³⁷¹ DE NICOLA, 2015, p. 249.

³⁷² CARDOSO, 1927; p. 1049-1051.

estrutura econômica “herdada dos tempos coloniais”³⁷³, baseada na produção agrícola, na mão de obra escravizada e nos interesses de exportação. Como parte de sua argumentação, Licínio recorre ao escritor e crítico literário Oliveira Lima, que também critica a incapacidade do Imperador de tornar “eficiente e útil”³⁷⁴ a grande corrente imigratória para o Brasil, o que poderia ter mitigado os problemas relacionados à questão agrícola e à mão de obra.

Oliveira Lima evitou a auscultação detalhada do ambiente do tempo, para dizer de suas condições de saúde. Honestamente, porém, depois de focalizar a atenção do leitor sobre a gravidade do problema da emancipação em consequência da desorganização trazida às forças agrícolas do país, mostrou, todavia, não ter sido Pedro II o homem indicado para a solução exigida pelo momento, e logo explicou o prejuízo com que o seu “brasileirismo” evitou que se tivesse tornado eficientemente útil uma grande corrente imigratória para o Brasil durante o seu reinado.³⁷⁵

Licínio Cardoso apresenta uma visão crítica e ousada do Segundo Reinado, desafiando as idealizações que tradicionalmente cercam a figura de D. Pedro II e o período de seu governo. Sua análise, embasada e provocativa, transcende o simples registro histórico e se configura como uma reflexão profunda sobre as limitações do passado e as consequências para o presente.

Mesmo com suas qualidades e valores, Licínio Cardoso aponta que o monarca falhou como realizador político. “Cético por não poder ser pessimista, visceralmente bom, honesto, sem nenhum esforço ou alarde, liberal por ser tolerante, tolerante por ser culto”.³⁷⁶ Por esses valores tão exaltados e apreciados, o autor argumenta que Pedro II teria sido um governante admirável na Inglaterra, onde seria “o melhor e o maior monarca de todos os tempos, de todas as raças”.³⁷⁷

Entretanto, Licínio observa que o contexto brasileiro era muito diferente do inglês. Enquanto na Inglaterra havia instituições consolidadas e uma cultura política madura, no Brasil havia a urgência de construir um Estado nacional e organizar um governo eficiente. Conforme a argumentação de Licínio, D. Pedro II, embora admirado por sua conduta e sabedoria, não conseguiu atender a essas necessidades fundamentais. Ele transformou sua corte em um “cenáculo admirável de sábios do mundo inteiro”³⁷⁸, mas essa nobreza de espírito revelou-se insuficiente diante dos desafios práticos do país.

³⁷³ CARDOSO, 1927, p. 1053-1054.

³⁷⁴ CARDOSO, 1927, p. 1049.

³⁷⁵ CARDOSO, 1927, p. 1049.

³⁷⁶ CARDOSO, 1927, p. 1059.

³⁷⁷ CARDOSO, 1927, p. 1059.

³⁷⁸ CARDOSO, 1927, p. 1059.

Nesse sentido, Licínio argumenta que o Brasil importou o modelo do “melhor rei do mundo”, mas esse modelo era incompatível com a realidade nacional. O monarca foi criticado por sua incapacidade de identificar e promover os melhores talentos de sua época. Isso contrasta com figuras como Napoleão Bonaparte (1769-1821) e Simón Bolívar (1783-1830), que, em suas respectivas lideranças, formaram “esquadrões de generais notáveis” capazes de executar mudanças transformadoras.³⁷⁹

A análise de Licínio ganha profundidade ao mencionar o papel de pensadores como Denis Diderot (1713-1784), que é apontado como aquele que influenciou o surgimento de outros grandes nomes nas artes, como Miguel Ângelo, Rafael e Rubens, além de Leonardo da Vinci. Em contrapartida, Pedro II, segundo o autor, “não procriou ninguém”, ou seja, não fomentou nem revelou talentos de destaque que pudessem contribuir para a transformação do Brasil.³⁸⁰

Para Licínio, essa ausência de talentos era especialmente grave em um país que carecia de figuras com a estatura de José Bonifácio (1763-1838), Diogo Feijó (1784-1843) e do próprio Pedro II, em sua crença no Brasil. Ele defende que esses atributos combinados – a cultura sólida de Bonifácio, a energia vigorosa de Feijó e a crença serena do Imperador – poderiam compor o perfil ideal de um estadista capaz de moldar a nacionalidade brasileira.³⁸¹

Nesse ponto, o autor reforça sua tese ao detalhar as qualidades desses grandes homens. A cultura de Bonifácio era essencial por ser “grande, sólida, sadia e embebida” nas ciências naturais. Já a energia de Feijó se destacava por ser “eloquentemente vigorosa” em um momento crítico da história nacional.³⁸² Por sua vez, a crença de Pedro II no Brasil, descrita como “serena e confortadora”, constituía a sua própria religião, sendo um pilar para a construção da nação.

Apesar dessas reflexões, Licínio conclui que, na prática, tais talentos estavam ausentes no Segundo Reinado. Sem esses atributos combinados em um único governante, o Brasil perdeu a oportunidade de avançar de maneira sólida e grandiosa.

Mesmo com seu amor pelas artes, ciências e estudos, D. Pedro II não conseguiu se firmar como o educador ideal para o povo brasileiro. Essa lacuna era evidente nas iniciativas educacionais da época, que se mostravam “limitadíssimas”, tanto no ensino escolar quanto no profissional.³⁸³ Para sustentar essa crítica, Licínio recorre aos estudos de Tristão de Athayde (1893-1983), citados em sua obra *À Margem da História da República* (1924), argumentando

³⁷⁹ CARDOSO, 1927, p. 1061.

³⁸⁰ CARDOSO, 1927, p. 1061.

³⁸¹ CARDOSO, 1927, p. 1060.

³⁸² CARDOSO, 1927, p. 1059.

³⁸³ DE NICOLA, 2014, p. 182.

que muitos historiadores superestimaram a vida política imperial. Na realidade, o progresso das letras naquele tempo era superficial, caracterizado por um “mero mimetismo de letras, instituições e livros”.

[...] vendo a pompa da encenação parlamentar acreditaram ingenuamente nella esses historiographos, sem perceberem, no entanto, que a politica imperial parlamentar fora uma miragem enganadora, sem solução, como ficaram os *problemas essenciaes e decisivos da nacionalidade*. Mimetismo de letras e de instituições políticas, de discursos, de livros, de interpretações sociaes de toda especie. “Politica e literariamente o Brasil impusera uma physionomia propria e imperial que se destacava em toda a America. Só mais tarde se veio a sentir como eram precários os fundamentos dessa figura e superficial a sua serenidade de traços.” (Tristão de Athayde.).³⁸⁴

Licínio é incisivo ao apontar as falhas de D. Pedro II, afirmando que ele “não fez o que poderia, o que devia, o que seria de esperar”³⁸⁵. Essa crítica inicial é reforçada ao destacar que, se o monarca tivesse o discernimento para perceber as “misérias orgânicas” que inquietavam o espírito do político Tavares Bastos (1839-1875) ou se possuísse as “capacidades de ação” que moldaram o Barão de Mauá (1813-1889) como um “empreendedor infatigável”², seu reinado poderia ter alcançado realizações governativas profícuas e duradouras. No entanto, Licínio argumenta que essas virtudes políticas essenciais estavam ausentes na conduta do Imperador, o que explica seu fracasso como líder.³⁸⁶

Essa ausência de qualidades, segundo Licínio, refletiu-se diretamente na condução política de Pedro II, que foi “ineficaz” em promover mudanças estruturais e marcada por um caráter conservador. Ele aponta que, embora tenha preservado a coesão territorial, a política do monarca privilegiou as elites e prolongou o sistema de trabalho escravizado, perpetuando as desigualdades do país.

A crítica de Licínio se aprofunda ao analisar a economia durante a segunda metade do Segundo Reinado. Ele observa que o período foi caracterizado por um “processo de modernização conservadora”, baseado em “surto de crescimento” que não resultaram em um “efetivo desenvolvimento”.³⁸⁷ A incapacidade de Pedro II em empreender a “iniciativa e sistematização” necessárias e em aplicar as “inovações tecnológicas que tanto conhecia” demonstra, para o autor, uma liderança desconectada das demandas econômicas do Brasil.³⁸⁸

Essa desconexão, Licínio argumenta, fica evidente na postura do monarca frente à tecnologia e à industrialização. Enquanto o Brasil precisava compreender a importância do

³⁸⁴ CARDOSO, 1927, p. 1047.

³⁸⁵ CARDOSO, 1927, p. 1060.

³⁸⁶ CARDOSO, 1927, p. 1060.

³⁸⁷ DE NICOLA, 2014, p. 185.

³⁸⁸ DE NICOLA, 2014, p. 183.

“valor da máquina na economia dos povos modernos”³⁸⁹, Pedro II se dedicava a estudos que, embora eruditos, não atendiam às necessidades práticas do país. Em vez de ouvir a “opinião dos técnicos” que poderiam oferecer soluções para questões básicas, como o problema dos combustíveis, preferiu mergulhar no estudo de línguas e culturas exóticas, como o sânscrito e o egípcio.³⁹⁰

A crítica se intensifica quando Licínio menciona que o monarca priorizou professores de tupi e árabe, em detrimento de mestres que pudessem ensinar sobre a história e a cultura de povos europeus, como os ibéricos, anglo-saxões e germânicos, ou sobre o exemplo organizacional dos norte-americanos. Para Licínio, essas escolhas refletem um afastamento das prioridades nacionais, comprometendo a utilidade do reinado e a capacidade do Brasil de se modernizar de forma concreta e duradoura.³⁹¹

Ao refletir sobre os desafios enfrentados pelo Brasil durante o Segundo Reinado, Licínio conclui que a nação careceu de líderes à altura dos problemas enfrentados. Em sua visão, não houve estadistas comparáveis a figuras históricas como Pedro, o Grande, ou Catarina, a Grande, na Rússia, cujas lideranças transformaram suas respectivas nações. Da mesma forma, faltaram ações políticas tão bem orientadas quanto as realizadas no Japão, onde uma estratégia clara e decidida gerou, em poucas décadas, um verdadeiro milagre de modernização.³⁹²

Licínio amplia sua análise ao comparar a realidade brasileira com a dos Estados Unidos, destacando como o país norte-americano, mesmo sem um monarca, conseguiu transmitir valores fundamentais, como a força da opinião pública, o mérito da vontade social e o vigor de seu povo. Para ele, essas qualidades, essenciais para o progresso, estavam ausentes no Brasil.³⁹³

Essa comparação se torna ainda mais significativa quando Licínio inclui também os exemplos da Rússia e do Japão, ressaltando que, nesses países, o progresso foi alcançado graças a uma liderança eficiente e a uma organização social coesa. Segundo o autor, essas nações conseguiram superar desafios históricos e se fortalecer por meio de uma estrutura política sólida e de um povo engajado. Já no caso brasileiro, Licínio é categórico ao afirmar que faltaram “cabeça e corpo”, “o gênio político” e uma “organização social” à altura das necessidades do país, impedindo, assim, a consolidação de um projeto nacional verdadeiramente transformador.

³⁸⁹ CARDOSO, 1927. p. 1060.

³⁹⁰ CARDOSO, 1927. p. 1060.

³⁹¹ CARDOSO, 1927, p. 1058.

³⁹² CARDOSO, 1927, p. 1058.

³⁹³ CARDOSO, 1927, p. 1058.

O Japão mostra o valor de um ambiente social na continuidade de uma acção política bem dirigida; em meio seculo realixou um milagre formidável. A Russia ilustra a dificuldade com que mesmo um politico de genio vê amortecida a sua acção social quando em contacto em um ambiente ingrato, sáfaro, rude pela imensidade. Os Estados Unidos, por não terem rei, corrigem as ilusões de um e de outro caso, por isso que melhor reflectem o valor da *opinião nacional*, o mérito da vontade social anonyma, energia das massas devidamente orientadas.

Ora, no Brasil tivemos todas as dificuldades proprias a cada um daquelles tres exemplos invocados, sem que tivessemos logrado possuir as vantagens vigorosas que acceleraram os respectivos progressos daquelles povos. Não tivemos de facto politicos geniaes como Pedro o Grande e Catharina da Russia, as facilidades do ambiente coheso, do Japão, as energias esplendidas dos colonizadores ingleses desde cedo bem orientados, sem o prazer do luxo e da riqueza, no conquistar pelo trabalho as energias de terra boa e larga. Faltaram-nos, por assim fizer, “cabeça e corpo”. Faltou a continuidade do genio político que brilhou em José Bonifacio e relampejou em Feijó, que estava em Washington, em Lincoln, em San Martin, em Bolivar, em Sarmiento. [...]; faltou o que Bryce no limiar do seculo XX dizia ser necessário ao Brasil: o genio politico. Ou mais doloros ainda, faltou-nos “corpo”: organização social sufficientemente evoluida que permittisse a eclosão dos dois maiores pensadores politicos da raça – Tavares Bastos no Império e Alberto Torres na Republica [...].³⁹⁴

Nesse mesmo movimento crítico, Cardoso questiona a validade do qualificativo de “democrata” atribuído ao Imperador, como propagado nas narrativas anteriores de Max Fleiuss³⁹⁵ e Levi Carneiro³⁹⁶. Para ele, ainda que D. Pedro II tenha sido dignificado por “altas instituições de cultura e de ensino”, tanto no âmbito nacional quanto no estrangeiro, não há registros de gestos que justificassem a denominação de “democrata coroado”, como o saudou o político e militar argentino Bartolomé Mitre (1821-1906).³⁹⁷

Embora Cardoso reconheça como um gesto “nobilíssimo” a recusa do Imperador em aceitar a produção de uma estátua equestre em sua homenagem — solicitando, em vez disso, a construção de uma escola em benefício da pátria — ele argumenta que tal atitude não se sustenta enquanto exemplo significativo, pois se trata de uma ação isolada. Essa avaliação se estende a outras iniciativas do governo na esfera da instrução pública, que, segundo Cardoso, careciam de consistência e continuidade. Tal crítica é observada na atuação de Rio Branco, que exemplifica as limitações e lacunas da política educacional do período.

A recusa de uma estatua equestre em beneficio de uma escola foi de facto gesto nobilíssimo, mas isolado. Isoladas tambem foram as atitudes do

³⁹⁴ CARDOSO, 1927, p. 1058.

³⁹⁵ FLEIUSS, 1925, p. 24 e 25.

³⁹⁶ CARNEIRO, 1927, p.371- 372.

³⁹⁷ CARDOSO, 1927, p. 1075.

governo nessa esfera, como demonstra pelo relevo inconfundível a actuação de Rio-Branco. Bom reitor, o amigo unido, devotado, foi dos áulicos o que mais falou em instrução e colonização.³⁹⁸

O letrado argumenta que seria fácil apresentar Pedro II como um “devotado ao ensino público”, mas tal afirmação seria “facílima e falsa”.³⁹⁹ Da mesma forma, Cardoso pontua que não seria difícil caracterizá-lo como um “monarca sonolento”, que negligenciou a leitura do programa de Tavares Bastos (1839-1875)⁴⁰⁰ sobre a instrução pública brasileira em 1870 — uma proposta que buscava incorporar elementos dos modelos norte-americanos.⁴⁰¹ Além disso, o Imperador também demonstrou falta de discernimento para compreender o projeto de transformação da educação pública brasileira proposto por Ruy Barbosa (1849-1923) em 1882.

Após criticar o modo de governar de D. Pedro II, Licínio Cardoso avança para uma reflexão historiográfica sobre o período. Segundo ele, cabe à História explicar a “inércia do meio”, que foi “grande de fato” e “bem refletida” na “passividade acanhadíssima da opinião pública do tempo”. Para Cardoso, a História não deve ser meramente uma “fabricante de elogios” ou um “depósito sebento de críticas póstumas”. Seu papel é ir além, “compor o passado com a experiência do presente”, orientada por estímulos e crenças que projetem um futuro mais consciente e construtivo.⁴⁰²

Apesar das críticas ao Imperador, Cardoso reconhece que a História deve também considerar as benesses oferecidas por D. Pedro II ao Brasil. Contudo, esse reconhecimento é carregado de ironia: o autor acusa o monarca de ter sustentado a “nobreza fina” às custas da força de trabalho de uma população predominantemente analfabeta.

A historia [...] deve também fazer compreender o beneficio immenso que durante meio seculo teria o imperador prestado ao Brasil, saneando os seus súbditos mentalmente, se tivesse — junto áquella renda de viscondes, conselheiros, marqueses e barões — lavado todos os títulos, nomes e comendas da aristocracia de seu reinado com o estímulo enérgico de ser aviltante a uma nobreza fina ser alimentada por massas tão dilatadas de analfabetos de letras e de officios.⁴⁰³

³⁹⁸ CARDOSO, 1927, p. 1075.

³⁹⁹ CARDOSO, 1927, p. 1075.

⁴⁰⁰ Sobre o “Programa de Instrução Pública” de Tavares Bastos, ver: SOUZA, Josefa Eliana. **Uma compreensão a partir de referente norte-americano do "Programa de Instrução Pública" de Aureliano Candido Tavares Bastos (1861-1873)**. 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁴⁰¹ Sobre o projeto de Instrução Pública, ver: BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Secundário e Superior**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. IX, t. I, 1942.

⁴⁰² CARDOSO, 1907, p. 1075.

⁴⁰³ CARDOSO, 1907, p. 1075.

Mesmo com toda a crítica, Cardoso associa o seu “mérito pessoal” à longevidade de seu governo. O engenheiro explicita que a vida duradoura do Império se deu em razão do Imperador adotar condutas distintas em relação ao pai, Pedro II, e ao avô, João VI.

Si, afoito, como pae, teria sido prematuramente expulso, Si, consciente demais, como o avô, na escolha de seus ministros, declarando-se liberal ou conservador, o que sempre soube evitar com mestria, teria de facto precipitado a Republica.⁴⁰⁴

Apesar de destacar os erros e defeitos de D. Pedro II, que correspondem aos vícios do Imperador, Cardoso reconhece que ele possuía a virtude da tolerância em seu grau mais elevado. Autores como Augusto Lyra⁴⁰⁵ e Tobias Monteiro haviam enfatizado essa qualidade, retratando-o como o detentor da “mais rara virtude política”.⁴⁰⁶ Nesse contexto, Vicente Licínio Cardoso argumenta que D. Pedro II não praticou, como muitos sugerem, uma política democrática, mas sim uma “ditadura única” – a da moralidade, permitindo que a imprensa operasse livremente e sem interferir nas conspirações de monarquistas e republicanos.

Baseando-se nos argumentos do magistrado e político Antônio Ferreira Viana, Cardoso acusa o monarca de, ao longo de cinquenta anos, simular o governo de um povo livre, escondendo a indiferença dos cidadãos pela causa pública e pelos direitos e liberdades fundamentais. Cardoso conclui que, apesar de sua habilidade em criar a ilusão de um governo eficaz, D. Pedro II falhou em agir de fato de acordo com as necessidades da nação.

Ao longo de sua análise, Cardoso pontua os vícios na conduta do Imperador, destacando falhas em sua capacidade de organização e administração política. A falta de discernimento de D. Pedro II diante dos problemas sociais da época, como as “misérias orgânicas”, apontam também para uma postura política conservadora, que sustentou interesses das elites e manteve a escravização da população. A indiferença do monarca aos direitos e à causa pública é um ponto central na crítica de Cardoso, que observa que ele falhou em cumprir com as promessas da Constituição e promover o progresso necessário para a nação.

Neste contexto, o autor se posiciona como um “intérprete à margem do pensamento estabelecido”, adotando uma visão crítica e assertiva sobre o período.⁴⁰⁷ Para Cardoso, os problemas do Segundo Reinado representaram um atraso significativo para a nação, cujas estruturas sociais e econômicas foram herdadas pela República. Ao fazer essas críticas,

⁴⁰⁴ CARDOSO, 1927, p. 1087.

⁴⁰⁵ LYRA, 1925, p. 271.

⁴⁰⁶ MONTEIRO, 1927, p. 151

⁴⁰⁷ DE NICOLA, 2015, p. 263

Cardoso não apenas desafia a memória de D. Pedro II, mas também busca chamar a atenção para os erros do passado, com o intuito de evitar sua repetição no futuro.

A biografia construída por Cardoso, ao destacar as falhas de D. Pedro II, visa também alertar para os perigos de repetir tais condutas no presente. O autor utiliza essas falhas como exemplos do que deve ser evitado para garantir o progresso do país, demonstrando o papel pedagógico da escrita histórica. Esse tipo de abordagem não é apenas uma crítica ao passado, mas uma tentativa de orientar as práticas do presente e do futuro, evitando os mesmos erros.

Por fim, é importante notar que a biografia de D. Pedro II construída no capítulo não segue um modelo linear, mas é informada por uma nova prática historiográfica. Ao apresentar uma imagem adversa do monarca, com um arquivo controverso, Cardoso introduz uma perspectiva moderna de história, que busca não apenas criticar, mas também projetar um modelo de comportamento exemplar para a sociedade. Essa tentativa de reconfigurar a memória histórica se desvia do antigo propósito de construir uma vida moralizante, passando a contemplar a complexidade e as contradições da época.

Além disso, a construção da biografia de D. Pedro II não se limita ao personagem em si, mas também se insere em uma reflexão sobre o contexto do Segundo Reinado. O capítulo seguinte, ao destacar episódios políticos e sociais da época, foca mais nos acontecimentos e nas estratégias que procuraram construir uma narrativa de progresso e desenvolvimento para a nação. Essas estratégias textuais buscam convencer o leitor de que o século XIX foi um período de prosperidade, apesar dos desafios enfrentados, e que o desempenho político e social notável do período contribuiu significativamente para a construção da nação.

CAPÍTULO 3

A HISTÓRIA DO IMPÉRIO: a construção de um tempo monumental

No terceiro capítulo, será problematizada a seleção dos textos comemorativos sobre o passado imperial, com foco na análise dos acontecimentos escolhidos na década de 1920 para serem lembrados e celebrados. A questão central é entender quais eventos do período de D. Pedro II foram considerados notáveis. Nos textos analisados, destaca-se o progresso do período monárquico, como a constituição de sociedades comerciais e industriais, a fundação de bancos, a criação de telégrafos e ferrovias, além do desenvolvimento da navegação, impulsionado pela maior circulação de barcos a vapor. Além disso, as páginas comemorativas tratam das tramas políticas do Segundo Reinado, abordando questões como as discussões parlamentares, a política externa do Império, os projetos em prol da abolição, a guerra do Paraguai e a liberdade de imprensa. Dessa forma, constrói-se uma história monumental que busca destacar o que houve de grandioso no passado.⁴⁰⁸ A grandeza do período é constantemente reforçada por escritos contemplativos que, ao mesmo tempo, funcionam como uma forma de protesto contra a mudança de regime político no presente. Este movimento de valorização do passado se caracteriza por uma admiração pelas realizações e poderes do Império, buscando perpetuar essa imagem de grandeza.⁴⁰⁹

Com isso, o terceiro capítulo se dedica a analisar como o Segundo Reinado foi rememorado pela Primeira República, com base nas edições da Revista do IHGB. O objetivo será comparar os eventos destacados em 1925 com aqueles selecionados em 1927 e avaliar como a escolha desses acontecimentos se relacionam com o presente em que foram produzidos. Esse processo de rememoração está inserido em um movimento maior de reconstrução do passado, no qual se remontam não apenas os eventos do Segundo Reinado, mas também os períodos anteriores, como o colonial, o regencial e o Primeiro Império. Essa reconstrução histórica visa criar uma linha do tempo que leva o leitor até o Segundo Reinado, com ênfase no contexto histórico em detrimento do próprio personagem biografado.

Na análise dos textos da edição de 1925 da Revista do IHGB, podemos observar a construção historiográfica do período de D. Pedro II, caracterizada por uma crença no fazer científico da História. Os autores demonstram isso por meio de seus estudos, pesquisas e vastíssima documentação, em sua maioria do século XIX. Entre os textos destacados estão o capítulo II de Alfredo Valladão, o capítulo V de Antonio de Barros Ramalho Ortigão, o

⁴⁰⁸ NIETZSCHE, Friedrich Willhelm. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução Marco Antônio Casanova. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 24.

⁴⁰⁹ NIETZSCHE, 2003, p. 20.

capítulo VII de Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho e o capítulo VIII de Augusto Olímpio Viveiros de Castro, que apresentam uma visão crítica do período, com base na historiografia e no conhecimento detalhado da época.

Além desses textos, a edição comemorativa de 1927 da Revista do IHGB traz uma série de publicações que reforçam a ideia de grandeza do passado imperial. Na primeira seção, destacam-se *O Imperador e a Instrução Pública*, de Ramiz Galvão; *O Imperador e a Imprensa*, de Carlos de Laet; e *O Brasil em 1889*, de Agenor de Roure. Já na segunda seção, encontra-se o texto *Pedro II e a Imprensa*, de Barbosa Lima Sobrinho. Nessas páginas, os principais temas abordados são o desenvolvimento da instrução pública, a liberdade de imprensa e o espírito democrático no Império. Esses textos são marcados por uma crítica ao presente, pautada na crença de que a revisão do passado pode oferecer ensinamentos para a atualidade. À medida que se critica o regime republicano, ressalta-se a ausência de valores do passado, estabelecendo uma constante comparação entre os dois períodos.

Além de seu caráter memorialístico e contemplativo, a História, no conjunto de textos da edição de 1927, é mobilizada como ferramenta de comparação e crítica.

3.1 Narrar o progresso, as tramas políticas e a exemplaridade de um tempo

Nesse contexto, contribuindo para os estudos sobre o período imperial, o capítulo II⁴¹⁰ do tomo especial, Alfredo Valladão rememora eventos do passado nacional, estendendo sua narrativa para além do Segundo Reinado e recuando ao período colonial. Advogado, jurista, professor, magistrado e historiador⁴¹¹, Valladão dedica sua reflexão à história e aos estudos que abrangem o período entre 1831 e 1841. Sua atuação acadêmica e jurídica foi igualmente marcante: professor na Faculdade de Direito de Minas Gerais e na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, também desempenhou o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União entre 1916 e 1935 e foi vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que lhe concedeu o título de Grande Benemérito.⁴¹²

Esse amplo envolvimento intelectual está expresso em sua obra histórica, com destaque para *Campanha da Princesa*, dividida em quatro volumes.⁴¹³ Nessa produção, Valladão explora os horizontes de sua terra natal, Minas Gerais, abordando os “grandes

⁴¹⁰ VALLADÃO, Alfredo. CAPÍTULO II (1831-1840). **Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). RIHGB. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, p. 131-220, 1925.

⁴¹¹ CAMPOS, Wagner Estelita. Alfredo Valladão. **Revista do Serviço Público**, v. 108, n. 3, p. 245, 1973.

⁴¹² Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/advvalladao.html>>. Acesso em: 26 de mar. 2024.

⁴¹³ CAMPOS, 1973, p. 262.

problemas da história brasileira”.⁴¹⁴ Ao articular uma narrativa coesa sobre os principais acontecimentos nacionais, o autor reconhece suas limitações: seu objetivo não é exaurir todos os temas, mas propor uma visão que conecta os fenômenos históricos à verdade, valorizando tanto a objetividade quanto a subjetividade inerentes ao trabalho historiográfico. Para Valladão, a subjetividade é essencial, pois orienta a seleção e a interpretação dos fatos.⁴¹⁵

Nesse exercício de reconstrução do passado, Valladão lança luz sobre os eventos anteriores ao Segundo Reinado, com especial atenção à Independência do Brasil. Ele a compreende como um marco na conformação da nação, destacando seu caráter de ruptura política e social. Para a historiografia, a Independência é vista como um “movimento revolucionário” que moldou a separação de Portugal e a formação do Império no século XIX.⁴¹⁶ Valladão reforça essa perspectiva, tratando a Independência como uma construção política que buscava não apenas libertar o país das opressões coloniais e do Antigo Regime, mas também romper com o monopólio do poder real.⁴¹⁷

Conectando essa análise à experiência brasileira, Valladão destaca uma peculiaridade: o Brasil não teria desfrutado plenamente de sua Independência, especialmente se comparado a outras nações americanas, como os Estados Unidos.⁴¹⁸ Ele argumenta que, enquanto esses países romperam de forma mais radical seus vínculos com as metrópoles, o Brasil permaneceu sob o governo de um monarca estrangeiro, D. Pedro I, o que comprometia a soberania nacional. Nas palavras do autor, “[...] não podia ser nunca um brasileiro, fora até aquele momento, não apenas um dedicado amigo do Brasil, [...], mas ainda, o liberal, que convivera, mesmo, com as correntes mais adiantadas do país”.⁴¹⁹

Essa situação, contudo, começou a se transformar com a abdicação de D. Pedro I, que Valladão interpreta como a nacionalização da Independência. O trono passou para seu filho, nascido no Brasil, o que marcou o início de uma nova etapa na construção política do país. Segundo o autor, esse movimento intensificou o “espírito democrático” que já orientava a

⁴¹⁴ CAMPOS, 1973, p. 261-262.

⁴¹⁵ VALLADÃO, 1925, p. 264.

⁴¹⁶ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Independência e Revolução: Temas da política da História e da cultura visual. **ALMANACK**, Guarulhos, n. 25, 2020, p. 1.

⁴¹⁷ Ver: ARAUJO, Valdeí Lopes de. **A independência narrada**: introdução à história da historiografia no Brasil. Niterói, RJ: Editora Proprietas, 2022; PIMENTA, João Paulo. **A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2015; LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 173- 206, 1995; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Independência e Revolução: Temas da política da História e da cultura visual. **ALMANACK**, Guarulhos, n. 25, 2020; MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1992; NEVES, Lucia M. Bastos Pereira das. Com os ossos e o Coração: Comemorando as independências. **ALMANACK**, v. 31, p. 1-17, 2022.

⁴¹⁸ VALLADÃO, 1925, p. 132.

⁴¹⁹ VALLADÃO, 1925, p. 133.

formação do Império e que, de maneira exemplar, definiu o “longo e brilhante” reinado de D. Pedro II.⁴²⁰

Essa transição histórica leva Valladão a questionar os limites entre o Império e a República. Ele sugere que o Segundo Reinado, com seu caráter democrático, pode ser compreendido como uma antecipação republicana, dado o espírito de transparência e representatividade que marcou o governo de D. Pedro II. Ao problematizar o surgimento da República, Valladão indaga se ela de fato nasceu ou desapareceu em 15 de novembro, convidando o leitor a refletir sobre as continuidades e rupturas na história política brasileira.

Nacionalizando a Independência, a Abdicação restabeleceu, outrossim, o espírito democrático, que havia presidido á fundação do Imperio, espirito que vivificou todo o longo e brilhante reinado de d. Pedro II, e, por tal fórma, na sua actuação practica, que se chega, afinal, a duvidar si a Republica surgiu ou desapareceu a 15 de Novembro!⁴²¹

Na representação dos eventos⁴²², o autor aponta que o Império foi uma “democracia coroada, que, no momento, apenas transigia com a coroa, num impulso de gratidão para com o príncipe que se rebelara por nós; e, ao mesmo tempo, resguardando a unidade do Brasil”. Complementa ainda: “E não seria o Império, tão somente, uma democracia coroada, senão, de fato, a maior democracia da América”.⁴²³

Ao argumentar sobre o espírito de paz e prosperidade que habitou o Brasil nos tempos do Império, Valladão utiliza uma citação extraída da obra *O Movimento da Independência*, escrita pelo historiador, diplomata e jornalista Oliveira Lima. Essa obra foi publicada por ocasião do Centenário da Independência, festividade gestada em um contexto intelectual de “revigoramento da questão nacional no Brasil”.⁴²⁴ A partir dessa obra, Valladão afirma que houve a presença de um “espírito igualitário” que predominou no Brasil, mesmo nos tempos do Império.⁴²⁵

Esse espírito manifestava-se entre os “senhores feudais”, ou seja, aqueles que exerciam poder sobre a terra — os fazendeiros e senhores. Esses indivíduos não se aproveitavam de sua condição para formar a “base de uma preponderância política”. Em

⁴²⁰ VALLADÃO, 1925, p. 133.

⁴²¹ VALLADÃO, 1925, p. 133.

⁴²² Sobre a ideia de representação, ver: KOSELLECK, Reinhart. Representação, evento e estrutura. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.133-145.

⁴²³ VALLADÃO, 1925, p. 158.

⁴²⁴ LIMA, Manuel de Oliveira. **O movimento da Independência**, 1821-1822. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

⁴²⁵ VALLADÃO, 1925, p. 158.

outras palavras, não utilizavam sua posição e riqueza para atender a interesses próprios, pois sentiam, sobre suas cabeças, a autoridade da majestade imperial.⁴²⁶

[...], é facto que o “espírito equalitario predominou no Brasil mesmo através do Imperio e que, senhores feudaes como eram, pelo poderio que exerciam sôbre os seus dependentes, os fazendeiros e senhores de engenho nunca davam mostras de querer aproveitar-se de sua posição e riqueza para com ella formarem a base de uma preponderância politica, a que só aspiravam moderadamente, muito provavelmente porque sentiam pairar sôbre elles a autoridade da magestade imperial. Em vez de constituírem uma vasta oligarchia, delegaram desde o começo sua participação na vida publica aos profissicionaes da administração – bacharéis, juristas, legisladores”.⁴²⁷

É justamente nesse ambiente de respeito à figura do monarca que Valladão argumenta que o prestígio imperial, aliado ao fator democrático, desempenhou um papel crucial no processo de libertação dos escravizados no Brasil. Para ele, a Lei de 13 de Maio representou uma “brilhante conquista”, marcada como uma verdadeira “conquista da opinião nacional”⁴²⁸, que se manifestava amplamente em todos os setores da sociedade. Nesse contexto, a princesa imperial Isabel é exaltada como figura central, vista como responsável pela promulgação da lei e pela contribuição à “obra social emancipadora”.⁴²⁹

No entanto, essa visão não é unânime. Críticos apontam que a abolição teria ocorrido independentemente da atuação da princesa Isabel, considerando que a movimentação popular e a vontade coletiva já pressionavam pela mudança. Ainda assim, a imagem da princesa foi consolidada como símbolo do processo de libertação, perpetuando a ideia de que ela foi a protagonista dessa transformação histórica.⁴³⁰

Ampliando sua análise, Valladão introduz os conceitos de “Justiça e Altruísmo” como elementos fundamentais que moldaram a história brasileira. Esses princípios, em sua visão, não apenas definem a alma da nação, mas também sustentaram o reinado de D. Pedro II. Para ele, a justiça do período imperial se refletiu nas leis, nos tribunais, na administração pública, na política interna e externa, nas forças armadas e nos costumes nacionais. Com orgulho, enfatiza que “jamais as nossas armas, que contam tantas bravuras, transpuseram a fronteira para humilhar ou conquistar, senão para socorrer, libertando povos, desafrontando a Justiça!”.⁴³¹

⁴²⁶ VALLADÃO, 1925, p. 158.

⁴²⁷ VALLADÃO, 1925, p. 158.

⁴²⁸ FIGUEIREDO JÚNIOR, Afonso Celso de Assis. Isabel a Redentora. **Revista do IHGB**, T. 98, vol. 152, p. 216, 1925.

⁴²⁹ VALLADÃO, 1925, p.159.

⁴³⁰ FIGUEIREDO JÚNIOR, 1925, p. 216.

⁴³¹ VALLADÃO, 1925, p. 174.

Ao abordar a proclamação da República, Valladão argumenta que ela não trouxe novidades substanciais, pois valores como justiça, liberdade e democracia já estavam presentes no Império. Para ele, a justiça, entendida como virtude inerente às boas práticas humanas, estava enraizada na ideia de igualdade, que, por sua vez, era a base da liberdade. Esses dois pilares, igualdade e liberdade, agiam como polos de atração da democracia brasileira.⁴³²

No que diz respeito ao altruísmo, Valladão o enxerga como um traço marcante dos homens públicos do período imperial, caracterizados como “servidores abnegados da Nação”. Esse altruísmo era acompanhado pela hospitalidade brasileira, que, segundo ele, se expressava no acolhimento de todos, “os de qualquer raça, os protegidos e os desprotegidos da fortuna”.⁴³³

Ao comparar o Brasil com os Estados Unidos, Valladão busca evidenciar as vantagens da formação nacional brasileira. Para isso, minimiza os problemas históricos enfrentados pelo país, preferindo destacar os altos valores e sentimentos que moldaram a identidade brasileira. Contudo, ele não ignora os desafios, especialmente no que tange à questão racial.⁴³⁴

Em sua narrativa, Valladão apresenta a “raça” como um problema relacionado ao “elemento africano”, que, segundo ele, dificultaria o desenvolvimento da nação. Contudo, acredita que tal obstáculo seria superado com o tempo, graças à “força do cruzamento”, que promoveria uma “evolução étnica”. Baseando-se em estudos de Oliveira Vianna e nas previsões de Georges Lapouge, Valladão sugere que o futuro da nação seria marcado pela formação de uma população predominantemente branca, impulsionada pelas migrações. Em apoio a essa tese, ele cita ainda uma obra de autoria não identificada em nota de rodapé.

[...] não só tem a combater a massa de 100.000 imigrantes da melhor prosápia ariana, que aqui entram anualmente, não só tem para corrigi-la e impedi-la a alta fecundidade da população branca nativa, como tem contra si a acção insuperável das selecções ethnicas, trabalhando na intimidade da massa mixtiça no sentido de aumentar-lhe cada vez mais o coeficiente de sangue ariano.⁴³⁵

Ao mobilizar esses estudos em sua escrita acerca do tempo de D. Pedro II, o letrado pretende demonstrar a formação de uma nação brasileira em que se tenha a ausência do negro. O negro é apresentado como um problema, o qual precisa ser combatido, para que ocorra o desenvolvimento de uma nação ariana. Para o futuro próspero da nação, há na concepção do

⁴³² VALLADÃO, 1925, p. 174.

⁴³³ VALLADÃO, 1925, p. 174.

⁴³⁴ VALLADÃO, 1925, p. 174.

⁴³⁵ VALLADÃO, 1925, p. 174.

autor a crença de que a população branca se desenvolva na intenção de proporcionar ao país um povo de sangue ariano.⁴³⁶ Nesse sentido, há uma busca pela aceleração do futuro, na intenção de construir condições para que esse futuro fosse mais branco.⁴³⁷ Tal prognóstico, o qual orienta para um projeto de República, demarca uma “inferioridade cultural” e “civilizacional africana”, endossando a ideia de que o branqueamento propiciou o “progresso brasileiro”.⁴³⁸ Acreditava-se que o branco seria o motor do processo civilizacional, em contrapartida, o negro é tido como “símbolo de atraso”, devido sua associação ao sistema escravocrata e origem africana.⁴³⁹ Portanto, tal projeto serviria para se construir um futuro em que o negro estivesse fora de cena.⁴⁴⁰

De modo a enaltecer o governo de D. Pedro II, Valladão usa o qualitativo de “brasileiro” para se referir ao imperador menino. Conforme o autor, o seu trono significou para a nação um “centro de convergência” e garantiu a unidade do país em contraposição aos elementos dissolventes, os quais poderiam retalhá-la. Para reforçar sua visão acerca da forte unidade, a qual representou o Segundo Reinado, Valladão cita o manifesto do dia 7 de abril dos deputados e senadores.

Já temos Patria; temos um Monarcha; symbolo da vossa união, e da Integridade do Imperio, que educado entre nós receba quase no berço as primeiras licções da Liberdade Americana, aprenda a amar o Brasil que o viu nascer; o fúnebre projecto da anarchia e da dissolução das Provincias, que se apresentou aos nossos olhos, desapareceu de um golpe e foi substituído por scena mais risonha.⁴⁴¹

Conforme a citação mobilizada por Valladão, “as primeiras lições da liberdade americana” refletiram-se na forma de governo, permitindo vislumbrar uma “democracia coroada” que, posteriormente, culminou na República, simbolizando a expressão máxima da liberdade americana.⁴⁴²

Essa discussão sobre diferentes sistemas políticos também pode ser encontrada na produção historiográfica brasileira. Caracterizado por uma perspectiva jurídica em sua produção historiográfica sobre o Segundo Reinado, Clóvis Bevilacqua (1859-1944) enxergava a monarquia como um instrumento capaz de produzir um governo forte e centralizado. Ele via na centralização um mecanismo essencial para manter a ordem e a estabilidade, ponto que

⁴³⁶ VALLADÃO, 1925, p. 174.

⁴³⁷ MANHANI, 2021, p. 52.

⁴³⁸ MANHANI, 2021, p. 52.

⁴³⁹ MANHANI, 2021, p. 69.

⁴⁴⁰ MANHANI, 2021, p. 64.

⁴⁴¹ VALLADÃO, 1925, p. 220.

⁴⁴² VALLADÃO, 1925, p. 220.

reforçava sua visão como pensador jurídico. No capítulo VI⁴⁴³ de sua obra, o autor destaca que esse sistema político exercia controle tanto na esfera política quanto na administrativa.

Bevilaqua, ao tratar dos eventos póstumos em sua narrativa, atribuía às leis o papel de ferramentas que justificavam e estruturavam um governo centralizado, com uma autoridade geral.⁴⁴⁴ Sua formação jurídica orientava sua análise do Segundo Reinado, levando-o a destacar a centralização como um elemento essencial. Em seu trabalho historiográfico, recorria a conceitos jurídicos para conferir clareza e precisão às suas ideias⁴⁴⁵, incorporando uma abordagem que articulava o estudo do passado à interpretação de questões filosóficas e jurídicas de sua época.⁴⁴⁶

Com base em sua análise jurídica, Bevilaqua sustentava que as leis conferiam ao governante o direito de “estender o braço sobre as diversas funções do país”, permitindo ao Imperador irradiar seu poder a partir de um centro para as regiões mais remotas. Essa visão estava alinhada à preocupação do autor com a organização do poder, destacada como um elemento essencial em sua perspectiva jurídica. Dessa forma, o autor esclarecia a importância da centralização e associava essa característica ao Segundo Reinado. Ele também observava que, contra essa centralização, alguns setores liberais atuavam como forças desestabilizadoras, dificultando o “desenvolvimento das energias vitais do país”. No entanto, Bevilaqua questionava a legitimidade dessas críticas, argumentando que muitas vezes refletiam interesses pessoais ou partidários, originados de políticos militantes.⁴⁴⁷

Ao refletir sobre a organização do poder e o processo de centralização na monarquia, o jurista recorria a exemplos históricos. Ele mencionava a estrutura de autoridade do Império Romano e o Feudalismo na Idade Média como modelos de poder. Também analisava as formações políticas e nacionais de países como França, Inglaterra, Espanha, Alemanha e Itália. Essa análise histórica complementava sua visão jurídica ao oferecer um panorama que destacava as particularidades e relações das configurações políticas com o processo de centralização.⁴⁴⁸

O Imperio Romano foi uma formidável organização do principio de autoridade em que a força social dominava, sem aliás absorver o individuo. Essa organização ruiu e dissolveu-se.

⁴⁴³ BEVILAQUA, Clóvis. CAPITULO VI (1850-1864). **Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). RIHGB. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, p. 312-324, 1925.

⁴⁴⁴ ROCHA, Cesar Asfor. Prefácio. In: BEVILÁQUA, Clóvis; DE AGUIAR DIAS, José. **Direito das coisas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 13.

⁴⁴⁵ ROCHA, 2003, p. 20.

⁴⁴⁶ ROCHA, 2003, p. 17.

⁴⁴⁷ BEVILAQUA, 1925, p. 313.

⁴⁴⁸ BEVILAQUA, 1925, p. 313-314.

A Idade Média, com o Feudalismo, é uma dispersão de forças, que aos poucos se vão recompondo. Essa recomposição assumiu modalidades diferentes. Como justamente observa Littré: “na França, a Monarquia absorveu as independências locais; na Inglaterra, operou-se uma divisão entre as localidades, que se conservavam poderosas, e o governo central do país. Na Espanha, a realza tornou-se não menos absoluta do que na França, porém não se formou nem como na Inglaterra uma transacção entre a auctoridade local e a colectiva, nem como na França uma administração progressiva e obrigada a contar com a opinião. Na Itália e na Alemanha, o fraccionamento preponderou, com a diferença de que, na Itália, o Catholicismo se tornou compressor, manteve a sujeição sob as antigas formas de censuras e de Inquisição, enquanto que o Protestantismo, com seu livre exame da Bíblia, deu ensanchas á expansão”.⁴⁴⁹

No caso brasileiro, o autor destaca que o país superou o absolutismo e adotou um regime constitucional, baseado na Constituição de 25 de março de 1824. Essa mudança representou uma transição entre os elementos monárquico e democrático. Contudo, mesmo com uma Constituição que atribuía às autoridades um poder meramente representativo e proclamava direitos fundamentais para os brasileiros, como a garantia contra possíveis abusos de poder, o elemento monárquico prevaleceu. Essa prevalência foi sustentada pelo uso do chamado "Poder Moderador". O autor, ao citar o artigo 98 da Constituição, reforça essa perspectiva:

declara ‘a chave de toda a organização politica’ e que, realmente, delegado ao imperador, como o ‘chefe supremo da Nação e seu primeiro representante’, serviu para dar tão forte desenvolvimento ao poder pessoal do imperante, que sómente do Character deste dependia ser absoluta a Monarchia temperada, que ao povo outorga o seu primeiro monarca.⁴⁵⁰

Conforme o jurista, os políticos do império tentaram implantar um “Direito constitucional” com o intuito de contrabalancear a “feição absolutista da Constituição Imperial”, tiveram como aspiração as “prácticas inglesas”. No entanto, o parlamentarismo não estava na constituição e “não pôde flôrecer entre nós”.⁴⁵¹

No exercício do Poder Moderador, Bevilacqua destaca que cabia ao imperante:

Nomear os senadores, escolhendo-os de uma listra tríplice; convocar a Assembléa Geral extraordinariamente; sancionar os decretos e resoluções da Assembléa Geral; aprovar e suspender as resoluções dos Conselhos de Provincia; prorrogar ou adiar a Assembléa Geral e dissolver a Camara dos Deputados; nomear e demittir os ministros de Estado; perdoar e minorar as penas impostas aos réus condenados por sentença; conceder amnistia.⁴⁵²

⁴⁴⁹ BEVILAQUA, 1925, p. 313-314.

⁴⁵⁰ BEVILAQUA, 1925, p. 314.

⁴⁵¹ BEVILAQUA, 1925, p. 314.

⁴⁵² BEVILAQUA, 1925, p. 315.

Em relação ao trecho anterior, o autor ressalta que esses poderes não apresentavam nada de anormal, pois eram típicos do Poder Executivo e, conforme a Constituição, poderiam ser exercidos pelo Imperador por meio de seus ministros, como previsto no artigo 102. O detentor do Poder Executivo, armado com as "faculdades excepcionais do Poder Moderador", possuía a capacidade de concentrar em suas mãos toda a "engrenagem política", podendo administrá-la conforme julgasse necessário.⁴⁵³

O autor destaca ainda que a função política da centralização no Brasil foi "criar laços vigorosos entre os elementos componentes da Nação". Dessa maneira, Bevilacqua argumenta que essa centralização foi responsável por manter a unidade do país. Considerando-a como resultado do regime estabelecido pela Constituição de 1824, afirma que a monarquia brasileira se constituiu em um sistema político que facilitou a consolidação da unidade nacional.⁴⁵⁴

A função política da centralização no Brasil, como em toda parte, foi criar laços vigorosos entre os elementos componentes da Nação. Por isso, podemos dizer que ella manteve a unidade do Brasil. E, como a centralização era fructo legitimo do regime adoptado pela Constituição de 1824, é licito afirmar que a Monarchia, no Brasil facilitou a consolidação da unidade nacional. Infelizmente, com sacrificio do progresso do paiz, que não pôde convenientemente desenvolver as suas energias e capacidades, e sob a tutela centralizadora viu atrophiadas a suas faculdades de iniciativa, porque excessiva e demorada.⁴⁵⁵

À primeira vista, o autor parece defender a centralização como um artifício poderoso para conduzir a nação de forma eficiente. No entanto, conforme sua interpretação sobre os eventos analisados, a presença desse poder revelou-se uma atrofia para o progresso do país, configurando-se como um poder excessivo. Essa crítica ao governo centralizado torna-se cada vez mais enfática ao longo do texto. Bevilacqua argumenta que um governo excessivamente centralizado não seria uma alternativa viável para o avanço da nação, especialmente no contexto de sua época.

Ao refletir sobre o passado, Bevilacqua afirma que o país não precisava de um retrocesso, referindo-se à intensidade do poder monárquico. Para ele, a sociedade brasileira demandava uma direção segura, capaz de equilibrar os princípios da democracia, do federalismo e da unidade nacional, além de promover o desenvolvimento político e econômico. Em sua análise crítica do período imperial, o autor sustenta que era necessário o surgimento de um líder capaz de "imprimir" esse equilíbrio na sociedade. Esse líder ideal

⁴⁵³ BEVILACQUA, 1925, p. 315.

⁴⁵⁴ BEVILACQUA, 1925, p. 322-323.

⁴⁵⁵ BEVILACQUA, 1925, p. 322-323.

deveria se posicionar acima das disputas partidárias e controlar a “elite social”. Na visão de Bevilacqua, se tal figura tivesse existido no passado, o país não teria enfrentado o “longo período de centralização compressora” que retardou o progresso nacional e desanimou a população.

Não era de regresso que necessitava a sociedade brasileira; não era ainda de maior intensidade ao elemento do poder real do principio monarquico. Do que necessitava a sociedade brasileira era de uma direção segura que equilibrasse a democracia e a autoridade, o Federalismo e a unidade nacional, o desenvolvimento politico e o econômico. Surgisse um homem capaz de imprimir essa orientação á sociedade, colocando-se acima de competições partidárias, dominando a elite social, como as camadas populares, e não teríamos atravessado esse longo periodo de centralização compressora, que retardou o progresso do paiz e deixou o povo combalido, por muito tempo habituado a tudo esperar do Governo, ou da Providencia.⁴⁵⁶

A crítica feita por Bevilacqua ao Segundo Reinado e à figura de D. Pedro II aponta uma avaliação que busca apontar a falta de liderança e a ineficácia de um governo centralizador, que não conseguiu alcançar um equilíbrio nas demandas sociais e políticas da época. A ausência de um "governante capaz" é um ponto importante na análise, sugerindo que o imperador não soube ou não conseguiu lidar com as complexas questões internas e externas do Brasil, o que gerou frustrações no período. Além disso, a projeção de um "grande homem" sobre o passado é uma tentativa de idealizar uma figura de liderança mais forte e eficaz, um modelo de governante capaz de conduzir o país de maneira mais satisfatória, resgatando o ideal de uma liderança providencial.

Essa crítica pode ser interpretada dentro do contexto de uma insatisfação com a monarquia e com a falta de uma autoridade política que fosse capaz de resolver os problemas nacionais, como a escravidão, a modernização e a instabilidade social, que acabariam por culminar na Proclamação da República em 1889.

Clóvis Bevilacqua critica a monarquia e o governo centralizador do Segundo Reinado, ao mesmo tempo em que reconhece virtudes no imperador. Bevilacqua, ao projetar a figura de um líder ideal para o Brasil, destaca características como inteligência, convicção e uma grande capacidade administrativa. Contudo, é a figura de Bernardo de Vasconcellos que surge como um exemplo de um líder com tais atributos, alguém capaz de exercer um controle político eficiente e promover a harmonia na nação. Vasconcellos é visto como uma referência

⁴⁵⁶ BEVILACQUA, 1925, p. 323.

para a liderança política que o país necessitava, pois, sua habilidade administrativa poderia ajudar a resolver as tensões internas e externas do Brasil.

No entanto, a figura de D. Pedro II também é reconhecida por Bevilaqua, apesar de sua falta de certos atributos essenciais para ser considerado um “grande homem” no sentido pleno. A principal virtude atribuída ao imperador foi sua ação administrativa, que, de acordo com o jurista, desempenhou um papel fundamental na condução dos negócios do Estado, especialmente em tempos difíceis. Contudo, Bevilaqua não deixa de apontar suas limitações, destacando que sua “superioridade moral” não se traduzia em uma capacidade organizadora e que sua abordagem crítica e inflexível dificultava a aplicação de políticas inspiradas no passado.⁴⁵⁷ Essa crítica reflete a visão de que a habilidade de governar e liderar uma nação não se resume a qualidades morais ou intelectuais, mas exige também a capacidade de agir de forma prática e decisiva em prol do bem-estar coletivo, colocando os interesses da nação acima dos pessoais.

Esse homem poderia ter sido Bernardo de Vasconcellos, si á sua alta intelligencia correspondesse equal força de convicções. Poderia ter sido Pedro II, si dotado de poderosa capacidade administradora, que lhe permitisse assumir a direção dos negocios do Estado, de acordo com as verdadeiras necessidades do paiz, e estimular o surto das energias latentes do povo. E´claro que não consolidaria o Imperio, pois aceleraria o movimento emancipacionista; e seria necessário grande desprendimento pessoal, seria necessário collocar os interesses do paiz acima dos da sua família; mas, si a Pedro II não faltasse, como creio que não faltaria, essa superiidade moral, o que é certo é que a feição do seu espirito era mais critica do que convinha a quem quisesse haurir dos acontecimentos a inspiração da sua politica. Por isso, manteve e desenvolveu a centralização, que encontrou na Carta Constitucional.⁴⁵⁸

Por mais que a centralização política fosse uma alternativa viável, Bevilaqua apresentou seus males e apontou que ela se entranhou, petrificou-se como um vício na administração do país. Mesmo com a passagem da monarquia para a República federativa, conforme o jurista, essa vegetação daninha — referindo-se à forma centralizadora de poder — se agarrou às fendas da nova orquestração política de poder.

Considerando os desdobramentos dos eventos, Bevilaqua relatou que, em razão da mudança política do Brasil, do que considera como ‘evolução da política interna’, foi possível mudar os rumos do país, o que permitiu a ‘atuação eficaz do liberalismo construtivo’. O autor se refere à consolidação da República, a partir de 1889. No entanto, não haveria os ‘surtos de

⁴⁵⁷ BEVILAQUA, 1925, p. 323-324.

⁴⁵⁸ BEVILAQUA, 1925, p. 323-324.

progresso’. Sem os referidos surtos, conseqüentemente, faltaria uma contribuição em prol da ‘liberdade governamental’ e da ‘expansão econômica’ do país.

[...] a evolução da política interna mudou de rumo [...] e a centralização, que se devia, a esse tempo, ir atenuando, e permitindo a actuação efficaz do liberalismo constructivo, [...]. A vida política tranquillamente se foi desdobrando, mas sem os surtos do progresso, que, sem esse incidente, naturalmente se realizariam, em prol da liberdade governamental e da expansão economica do paiz.⁴⁵⁹

Embora o Segundo Reinado tenha apresentado diversas problemáticas, o autor enxerga aquele período da história do Brasil como um momento decisivo, marcado por surtos de progresso que impulsionaram o desenvolvimento da civilização brasileira.

Esse avanço é abordado no Capítulo V⁴⁶⁰ de Antonio de Barros Ramalho Ortigão, o autor destaca os eventos significativos que ocorreram entre 1850 e 1854. Nesse período, o autor destaca a criação das primeiras estradas de ferro, o estabelecimento das linhas telegráficas, a expansão das rotas de navegação, a implementação da iluminação a gás e o crescimento de instituições voltadas para a educação.⁴⁶¹ Esse conjunto de transformações foi acompanhado de investimentos substanciais nos setores financeiro e industrial, que deram origem ao que ficou conhecido como “a era Mauá”, um período de grandes empreendimentos voltados para o avanço do país.⁴⁶²

Esses acontecimentos se organizam em um contexto maior, formando o que o autor descreve como uma “cronologia natural”, onde cada marco é destacado na escrita como parte de uma narrativa contínua.⁴⁶³ Logo, os eventos mencionados por Ramalho Ortigão não são apenas marcos isolados, mas fazem parte de uma visão mais ampla e estruturada, fundamentada na metodologia da narrativa histórica.⁴⁶⁴

Com isso, o autor propaga a ideia de que o Segundo Reinado estava orientado para um futuro próspero. Para embasar sua argumentação, ele recorre a dados estatísticos e citações, que reforçam a visão de um Império próspero e grandioso sob a liderança de D. Pedro II. O texto, repleto de sequências temporais estáticas, baseia-se em eventos concretos que adquirem significação dentro de uma perspectiva de longo prazo. Dessa forma, a narração e a descrição se intercalam, de modo que cada evento contribui para a construção das proposições estruturais que caracterizam a era de D. Pedro II.

⁴⁵⁹ BEVILAQUA, 1925, p. 324.

⁴⁶⁰ ORTIGÃO, Antonio de Barros Ramalho. CAPITULO V (1850-1854). **Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). RIHGB. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, p. 289-312, 1925.

⁴⁶¹ SCHWARCZ, 1999, p. 102.

⁴⁶² SCHWARCZ, 1999, p. 102.

⁴⁶³ KOSELLECK, 2006, p. 134.

⁴⁶⁴ KOSELLECK, 2006, p. 137-138.

A seguir, o autor elenca quatro acontecimentos que marcaram o “extenso e fecundo” reinado de D. Pedro II, sublinhando a importância desses marcos na formação do Brasil moderno.

1º. O movimento regular da constituição de sociedades anonymmas, commerciaes e industriaes, que só teve início, no Brasil, propriamente, a partir de 1851;

2º. A fundação do Banco do Brasil, nesse mesmo anno, e em seguida, para execução da lei bancaria de 1853, sua transformação em banco de emissão, fundindo-se com o Banco Commercial e começando a operar em 1854;

3º. A inauguração, em 1852, da primeira linha de telegrapho electrico, na cidade do Rio de Janeiro, rapidamente seguida de outras, na Capital do Imperio e varios pontos do paiz;

4.º Finalmente, a inauguração da primeira estrada de ferro construída e aberta ao tráfego no Brasil, imediatamente seguida de outras, entre as quaes a mais importante, que teve o nome do excelso monarcha e actualmente se denomina Estrada de Ferro Central do Brasil.⁴⁶⁵

A partir desses marcos, considerados de grande relevância e com forte impacto econômico e social, Ortigão argumenta que o desenvolvimento material do país se dava de maneira efetiva. Em sua escrita, para organizar a série de acontecimentos que caracterizam esse passado promissor, o autor traça um fio condutor, identificado pelos principais marcos que contribuíram para o avanço da nação. Esse desenvolvimento é fundamentado em quatro concepções:

[...] aparelhamento das forças de trabalho e produção; organização do credito, circulação e emprego dos capitães expressos em moeda; transmissão rapida e fácil de idéas e noticias, no sentido de abreviar e multiplicar as transacções; estabelecimento de meios de transporte rapido entre as praças commerciaes do littorial e as fontes de produção no interior, promovendo assim a circulação dos productos, o abastecimento regular do consumo interno e o incitamento ao commercio exterior, com a exportação dos excedentes desse consumo.⁴⁶⁶

Segundo o autor, o Brasil estava pronto para seguir seu caminho rumo ao progresso, "que rapidamente alcançou, mas, trinta anos depois, a nova nação alterou suas instituições". Em sua narrativa, alimenta-se a crença de que houve um surto de desenvolvimento durante o Segundo Reinado, o qual abriria as portas para o progresso, culminando na República. O conceito de progresso, nesse contexto, é um "singular coletivo", pois reúne uma série de

⁴⁶⁵ ORTIGÃO, 1925, p. 219.

⁴⁶⁶ ORTIGÃO, 1925, p. 289.

experiências em um único conceito, abrangendo uma realidade mais complexa.⁴⁶⁷ A partir desse entendimento, pressupõe-se que, nos tempos posteriores, ocorreu um processo de tecnificação e elevado desenvolvimento. Contudo, as experiências passadas, embora valiosas, não seriam suficientes frente às inovações que viriam.

Na representação dos eventos pelo autor, as experiências anteriores são consideradas tradicionais, superadas por novas vivências que poderiam ser projetadas pela República. O período republicano, portanto, representou um novo momento de glória para a história do Brasil, reforçando a obra iniciada no Segundo Reinado.

Ao longo de sua escrita, é possível identificar a abordagem da história como um processo. Isso fica claro quando o autor descreve a transição da monarquia para a república, tratando o Império como responsável por gestar o novo regime político. Na representação desse evento, a passagem de um período a outro é desencadeada por forças imanes, provenientes de uma cadeia de causalidades, até a implantação do regime republicano.

Apesar da emergência da República, o autor enaltece os feitos do passado e, mesmo diante da turbulência dos acontecimentos, enfatiza a importância de não esquecer os grandes feitos e os beneméritos serviços prestados pelo "magnânimo monarca". Entre os homens de Estado, ele não deixa de exaltar D. Pedro II.⁴⁶⁸

Desta forma, estava o Brasil habilitado a fazer seu caminho para o progresso, que rapidamente tinha atingido quando, trinta annos depois, a nação nova mudou de instituições, sem todavia esquecer os grandes e beneméritos serviços do magnanimo monarcha que, nascido e creado entre as pompas da realleza, dentro da etiqueta dos paços imperiaes, rodeado das attenções e homenagens de quantos, desde a adolescência, o rodeavam, chamados a compartilhar com elle as honras e os encargos do governo, foi, mais do que todos elles, liberal, progressista, humintário, democrata, reunindo á notavel cultura do seu espirito, incontestavelmente superior, e ás suas grandes qualidades de estadista e diplomata, a mais completa e absoluta modéstia em todas as manifestações da sua vida publica, como que a pedir a todos, a todo momento, desculpas de ser ele imperador.⁴⁶⁹

De modo a representar os eventos definidores para o sucesso do Segundo Reinado, Antonio Ortigão versa sobre a tópica das “Sociedades Commerciaes e Industriaes” e demonstra que a partir dela, houve a formação das companhias e sociedades anônimas no país.

⁴⁶⁷ KOSELLECK, Reinhart. “Progresso” e “declínio”: um adendo à história de dois conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 183.

⁴⁶⁸ ORTIGÃO, 1925, p. 290.

⁴⁶⁹ ORTIGÃO, 1925, p. 290.

A estatística concernente á constituição das companhias e sociedades anonymas, no nosso paiz, desde 1838, acusa, nesse anno, a formação de uma única – a Companhia Monte do Socorro, com 400:000\$ de fundo social e sede na Capital do Imperio. Nenhuma outra se incorporou, no decurso dos tres annos seguintes. Creou-se, em 1842, o Banco Commercial do Rio de Janeiro, com o capital de 5.000:000\$, e nova passa de dous annos sobreveio até organizar-se, em 1845, o Banco Commercial da Bahia com o capital de 2.000:000\$000. Decorreram, então, mais quatro annos sem nova incorporação, registrando-se em 1850 a criação da Caixa Commercial da Bahia, com capital indeterminado.⁴⁷⁰

Nesta mesma esteira argumentativa, Ortigão relata que no ano de 1851, houve um movimento regular da constituição de sociedades comerciais e industriais, sob a iniciativa particular. Foi neste período, em que se incorporaram onze sociedades anônimas, destas, sete formaram capital, em torno de 13.140:000\$. As demais sociedades declararam “constituir-se com capital indeterminado”.⁴⁷¹ Principalmente entre os anos de 1852 e 1860, inscreveram-se um número significativo de sociedades novas.

Em 1852 inscreveram-se oito sociedades novas, das quaes cinco com o capital, em conjunto, de 2.200:000\$000. Outras oito, no anno seguinte, com o total de 41.700:000\$ para seis dellas; mas só o Banco do Brasil, então reformado, entrava para este conjunto com 30.000:000\$000.

Em 1854 mencionaram-se 16 sociedades novas, das quaes 13 com a somma global de 11.850:000\$000. O anno seguinte acusa 22 sociedades, com o fundo social de 65.618:000\$, compreendendo a Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II com 38.000:000\$000.

O anno de 1856 registra treze sociedades novas, com o capital, em conjucto, de 23.890:000\$; ao passo que no anno seguinte se verifica a incorporação de 23 sociedades, com o total de 39.742:000\$000. Igual numero se encontra em 1858; mas, com o capital de 43.425:000\$000.

Em 1859 fôram inscriptas 30 sociedades novas, com o capital de 189.350:000\$ mas em 1860 apenas se constituíram nove estabelecimentos, com o total de 20.940:000\$, reduzindo-se ainda o numero de sociedades novas a quatro, no anno seguinte, com o capital de 1.900:000\$000.⁴⁷²

Conforme o autor, o segundo acontecimento notável do Segundo Reinado foi a criação de bancos em todo o país.⁴⁷³ No final do Primeiro Reinado, durante os anos iniciais do período regencial, o Brasil contava com apenas um banco, fundado em 1838. No entanto, a partir de 1845, houve um movimento crescente de expansão bancária, com a instalação do

⁴⁷⁰ ORTIGÃO, 1925, p. 290.

⁴⁷¹ ORTIGÃO, 1925, p. 290.

⁴⁷² ORTIGÃO, 1925, p. 290-291.

⁴⁷³ Sobre o sistema bancário, ver: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, economia e poder no Segundo Reinado**: o caso da sociedade bancaria Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1997.

Banco Comercial da Bahia e a criação de outra instituição no Maranhão. Esse processo continuou de forma acelerada a partir de 1851, quando diversos bancos foram estabelecidos, como o Banco de Pernambuco, o Banco Comercial do Pará, e o Banco Rural e Hipotecário no Rio de Janeiro. Em 1857, novos marcos foram dados com a fundação do Banco Comercial e Agrícola, do Banco da Província do Rio Grande do Sul, do Novo Banco de Pernambuco e do Banco do Maranhão. Já em 1859, um forte incentivo ao setor bancário levou à criação de nada menos que 16 novos estabelecimentos.⁴⁷⁴

Além da criação dos bancos, o autor ressalta a organização de inúmeras casas bancárias sob a forma de “sociedades comerciais”. Também, em 1860, o Estado assumiu a responsabilidade pela criação de “caixas econômicas de particulares”, uma medida que refletia a crescente complexidade do sistema financeiro nacional.⁴⁷⁵

Com a chegada de 1889, o autor observa que o Brasil vivia um clima de grande prosperidade, evidenciado por um “crédito público bem consolidado” e um câmbio “acima do par”, enquanto o ouro circulava “largamente”. No entanto, essa prosperidade começaria a declinar, pois, com a chegada de 15 de novembro, o “ciclo glorioso dos grandes e bons serviços” chegaria ao fim, encerrando um período de mais de cinquenta anos de estabilidade e crescimento.⁴⁷⁶

O terceiro ponto notável destacado pelo autor diz respeito à navegação, que também desempenhou um papel crucial no desenvolvimento econômico e social do Brasil durante o Segundo Reinado:

A navegação de longo curso, para os portos brasileiros, no período compreendido de 1822 a 1837, tinha-se desenvolvido na proporção de 31%. Nos 36 anos decorridos de 1839 a 1874, esse desenvolvimento se operou, com referencia ao numero de viagens, na proporção de 50% quanto aos navios nacionaes e de 101% quanto aos estrangeiros; com referencia á tonelagem, na de 130% para os navios nacionaes e 141% para os estrangeiros.⁴⁷⁷

Em sua escrita, o autor destaca que o desenvolvimento da navegação, especialmente com a circulação de barcos a vapor, que em 1875 representavam 29% da frota, e cuja proporção aumentava significativamente, possibilitou a intensificação do comércio brasileiro, tanto com o exterior quanto entre as cidades, municípios e províncias do Império. Embora não se tenha informações detalhadas sobre o comércio interior, entre 1833 e 1889, o autor observa

⁴⁷⁴ ORTIGÃO, 1925, p. 292

⁴⁷⁵ ORTIGÃO, 1925, p. 293.

⁴⁷⁶ ORTIGÃO, 1925, p. 294.

⁴⁷⁷ ORTIGÃO, 1925, p. 294

que o comércio exterior experimentou um crescimento expressivo, com valores que passaram a ser seis a sete vezes maiores do que os registrados anteriormente.

Em 1859 ainda eram raros os vapores que entravam nos portos do Brasil, porque o tráfego se fazia quase inteiramente com navios á vela. Ainda se calculava ser de 29%, em 1875, o numero de vapores no total das embarcações que entravam nos nossos portos. Mas essa proporção foi aumentando até chegar-se á situação diametralmente oposta, em que os navios á vela é que são representados nessa proporção, quanto ao numero de viagens, não excedendo a de 36%, quando á tonelagem.⁴⁷⁸

Para dar unidade discursiva a esse período, construído como de progresso, Ortigão aborda outro tópico marcante: a Viação Férrea. Ele argumenta que foi no reinado de D. Pedro II que teve início a construção das estradas de ferro. Embora tenha ocorrido uma primeira tentativa em 1835, no período regencial, de construir estradas de ferro ligando as cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, foi a partir de 1852 que começaram as concessões para a implantação efetiva dessa infraestrutura.

Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco, por decreto n. 1030, de 7 de Agosto desse mesmo anno, - Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, por decreto n. 1.299, de 19 de Dezembro de 1853, - Estrada de Ferro de Santos a Jundiahi, por decreto n. 1.759, de 26 de Abril de 1856 [...] por lei de 26 de Junho de 1852, foi determinada a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, depois denominada Central do Brasil, indicando o seu traçado, a que também se refere o decreto n. 1.088, de 13 de Dezembro do mesmo anno.⁴⁷⁹

Intensificando a execução do projeto de construção de várias estradas de ferro, o autor aponta que essas vias foram espalhadas por todo o país, como a Estrada de Ferro D. Pedro II, ligando Recife ao São Francisco, a Bahia ao São Francisco, Cantagallo, Santos a Jundiaí, Recife a Caxandá, a União Valenciana, entre outras.⁴⁸⁰ Ortigão se dedicou a mapear todas as estradas de ferro criadas nesse período. Ele destaca que todas essas vias foram construídas no “reinado progressista e produtivo do benemérito imperador D. Pedro II”. Ao concluir essa fase, que o autor considera fundamental para a História Nacional, o Governo Imperial legou à República um “imenso acervo moral e material”, com 8.966 quilômetros de estradas de ferro construídas e abertas ao tráfego.⁴⁸¹

Outro grande progresso destacado por Ortigão foi o desenvolvimento do telégrafo elétrico. Em 1852, foi inaugurada no Rio de Janeiro a primeira linha telegráfica subterrânea, que ligava a “Quinta Imperial de São Cristóvão ao Quartel-General do Exército, no Campo de

⁴⁷⁸ ORTIGÃO, 1925, p. 295.

⁴⁷⁹ ORTIGÃO, 1925, p. 297.

⁴⁸⁰ ORTIGÃO, 1925, p. 298-308.

⁴⁸¹ ORTIGÃO, 1925, p. 308.

Santa Anna”. Logo depois, outras linhas foram construídas, estabelecendo conexões entre diversas repartições públicas.⁴⁸²

A Estação Central dos Telegraphos foi inaugurada em 1864. Já então se tinha começado a construir em 1855 e inaugurado em 1857 uma linha telegráfica para Petropolis. Depois, estavam sendo desenvolvidas outras instalações para o Norte do país, quando, ocorrendo a guerra com o Paraguai, estes trabalhos passaram a ser activados para o Sul. Em seis meses estava a Capital do Imperio ligada telegraficamente com o Rio Grande do Sul, passando a linha por Santos, Paranaguá, São Francisco, Itajahi, Desterro, Laguna, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, além de outras localidades menos importantes do litoral.⁴⁸³

A instalação do telégrafo elétrico se desenvolveu por todo o país, tornando-se cada vez mais extensa, a cada ano.

Em 1861 possuía o Brasil apenas 65 kilometros de linhas telegráficas e 10 estações; em 1870 a extensão das linhas era de 2.080 kilometros, com 51 estações; e assim progressivamente: em 1874, 4. 458 kilometros e 81 estações; em 1881, 7.174 kilometros, com 135 estações; em 1885, 10.496 kilometros e 171 estações; e em 1889, 10.969 kilometros, com 182 estações.⁴⁸⁴

O autor conclui afirmando que, aos poucos, o serviço foi melhorando e, em 1887, seus boletins mensais passaram a ser enviados regularmente para todos os “observatórios do mundo”.⁴⁸⁵ Ao apresentar os dados e o desenvolvimento do país, evidenciados pela criação de associações financeiras, comerciais, bancos, estradas de ferro e a instalação de telégrafos, Ortigão enfatiza o progresso que aquele período representou e, principalmente, o legado deixado pelo Império à República — ou, melhor dizendo, uma experiência de sucesso. Sua escrita se inscreve numa prática teleológica ao conceber os eventos, em que percebemos a busca por um sentido explicativo para organizar e sistematizar os dados estatísticos e factuais, com o objetivo de alcançar uma finalidade. Esse fim vai do presente, em que o autor escreve, para o passado em função de um futuro. De tal modo, o que é narrado sobre o passado imperial fundamenta a realização necessária dos projetos do futuro.

Nesse mesmo esforço de valorizar o período imperial, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho (1849-1944), no capítulo VII⁴⁸⁶, dedica-se a narrar o quão “glorioso” foi o Segundo Reinado. O período que ele analisa está compreendido entre 1864 e 1870, que considera o

⁴⁸² ORTIGÃO, 1925, p. 309.

⁴⁸³ ORTIGÃO, 1925, p. 309.

⁴⁸⁴ ORTIGÃO, 1925, p. 310.

⁴⁸⁵ ORTIGÃO, 1925, p. 311.

⁴⁸⁶ CARVALHO, Miguel Joaquim Ribeiro. CAPITULO VII (1864-1870). Contribuições para a biographia de D. Pedro II (Parte 1ª). **RIHGB**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, p. 325-403, 1925.

mais interessante e de maior importância para a vida nacional. Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, Carvalho se tornou juiz municipal em Cantagalo, dedicou-se à advocacia e teve sua trajetória marcada pela participação no Partido Conservador. Em 1895, liderou a reunião do partido e foi responsável pela formação da mesa diretora dos trabalhos e pela condução das discussões sobre a direção partidária. Também dirigiu o *Correio de Cantagalo*, jornal ligado aos conservadores. Mais tarde, devido à sua destacada produção, foi eleito membro do IHGB em 1899.⁴⁸⁷

O autor afirma que foi nessa época que se manifestaram de forma admirável um conjunto de notabilidades “políticas, parlamentares, administrativas, diplomáticas e militares”, motivadas pelo “acendrado patriotismo”. Segundo ele, essas notabilidades estavam unidas pela direção prudente, “dedicada, infatigável, sábia e inexcedível” de D. Pedro II. Para o autor, nesse período reinava um sentimento de amor, abnegação, lealdade e civismo em prol da pátria.⁴⁸⁸ Assim como Alfredo Valladão no capítulo II, Miguel de Carvalho, ao exaltar os grandes feitos históricos da nação brasileira, recorre ao período colonial, identificando nesse tempo:

O entusiasmo pelas ideás liberaes, a tenacidade na lucta para o predomínio dos principios democráticos, a resistência oposta ás tentativas de invasão estrangeira nos tempos coloniaes, dão testemunho da coragem cívica dos Brasileiros e de seu valor pessoal, tão duradoras e animadas foram aquellas luctas, tão comum, os rasgos de heroísmo individual em um e outro sexo.⁴⁸⁹

Carvalho localizou, nesse período, a preponderância de aspectos associados às ideias liberais, ao espírito de bravura em prol de elementos democráticos e à resistência do povo frente à tentativa de invasão estrangeira nas terras da nação. Com isso, buscou destacar que, desde o tempo colonial, havia uma coragem cívica nos brasileiros, caracterizada por atos de heroísmo e ousadia. Em outras palavras, a narrativa identifica a ação de um povo guerreiro. O autor ressalta que, sem o predicado de avançar em prol da nação e de defender os seus, é impossível “imaginar uma nacionalidade perfeita”. Segundo ele, o passado não se constitui como uma verdadeira unidade, pois “[...] predominava nos quadros o estrangeiro, de naturalidades diversas [...]. Por vezes, um ou outro nome brasileiro surgia, mas a parcela nacional era absorvida pela coletividade estranha.”⁴⁹⁰ Carvalho reconhece, em sua narrativa, a diversidade na composição nacional do Brasil.

⁴⁸⁷ Disponível: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Miguel%20de>> Acesso: 03 de abril de 2024.

⁴⁸⁸ CARVALHO, 1925, p. 325.

⁴⁸⁹ CARVALHO, 1925, p. 326.

⁴⁹⁰ CARVALHO, 1925, p. 326.

Para demonstrar a notoriedade do Brasil no continente americano e o reconhecimento entre as nações europeias, Carvalho dedica-se a destacar as honras e bravuras relacionadas ao desempenho do Brasil na Guerra do Paraguai, evento ocorrido entre 1864 e 1870. Ele aponta que foi nesse período que se pôde compreender a afirmação “categórica do sentimento de nacionalidade” e a “noção clara do amor à Pátria”,⁴⁹¹ que se espalhou por todas as províncias:

[...] sem vacilações, com entusiasmo, sem seleção de classes, identica em todos os indivíduos, quaesquer que fossem suas posições e edades, o brasileirismo puro, permita-se-nos o vacabulo, desde d. Pedro II até Marcilio Dias.⁴⁹²

Conforme o autor, coube a Pedro II arquitetar a glória, “chamando às armas seus patrícios e vendo-os acudir de Norte a Sul”, na tentativa de mostrar ao mundo que o Brasil era, de fato, uma nação. Em sua narrativa, é assumido que contar a história de D. Pedro II nesse período de terrível provação, relatar sobre o povo brasileiro e descrever a grande epopeia que se desenrolou com o Paraguai é um grande desafio. O autor admite a dificuldade de descrever esses eventos, justamente pela necessidade de apresentá-los no “reduzido espaço de um capítulo”, em contribuição à vida de D. Pedro II.

Narrar o que foi o monarca nesse momento de terrível provação, dizer como se houveram os Brasileiros, descrever, ainda resumidamente, a grande epopéia desenrolada na lucta com o Paraguai, é bem de ver que não se póde fazer no reduzido espaço de um capítulo para tal fim reservado na historia da vida do inexquecível chefe de Estado.⁴⁹³

Seguindo em frente, Carvalho admite que tentará abordar, nas páginas seguintes, a “difícil e perigosa síntese” acerca da história do Império e do Imperador, com foco na Guerra do Paraguai.⁴⁹⁴ Ao longo dos acontecimentos, ele destaca a bravura da nação brasileira e seu considerável desempenho no combate contra a nação rival. Como um historiador moderno, além de informar sobre o desempenho militar em campo de batalha, busca celebrar as proezas bélicas, contando uma história rica em detalhes, tendo como objeto de sua narrativa as batalhas enfrentadas pela nação, conduzida pelo povo.⁴⁹⁵ Dando ênfase às batalhas que ocorreram durante a Guerra, Carvalho as descreve, destacando na narrativa a “bravura dos brasileiros”.

⁴⁹¹ CARVALHO, 1925, p. 327.

⁴⁹² CARVALHO, 1925, p. 327.

⁴⁹³ CARVALHO, 1925, p. 327.

⁴⁹⁴ CARVALHO, 1925, p. 327.

⁴⁹⁵ Sobre o historiador moderno, ver: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista. **História da Historiografia**, v. 14, n. 37, p. 135-170, 23 dez. 2021, p. 158.

O terrível ataque de 3 de Novembro do mesmo anno ao acampamento do segundo corpo do exercito alliado, em Tuiuti, maiz uma vez deixou evidente a bravura dos Brasileiros, destacando-se entre elles em proporções homéricas o vulto já admirado do conde de Porto Alegre.⁴⁹⁶

Nessa narrativa de guerra, Carvalho elenca uma galeria de heróis que foram proeminentes na batalha:

A passagem das baterias de Humaitá em 19 de Fevereiro de 1868, consideradas intransponíveis por officiaes estrangeiros, conferiu o merecido qualificativo de heróis a Delfim de Carvalho, por isso barão da Passagem, a Silveira da Motta, depois barão de Jaceguai, e a Maurity, o bravo comandante do pequeno monitor Alagôas, que, sozinho, em consequencia de acidente que o separou dos outros navios, já dia claro, afrontou impávido, desobedecendo á ordem superior de não prosseguir, os 109 canhões das baterias que o alvejavam incessantemente, deixando-as, victorioso, atrás si.⁴⁹⁷

Carvalho cita como exemplo de combate, força, honra e glória, a luta de Caxias na batalha sangrenta em Itororó em 6 de Novembro de 1868.

[...] ficou em evidencia o valor pessoal de Caxias que, de espada em punho, dando a todos o exemplo de denodo e de entusiasmo, á frente das forças, no ponto mais batido pela metralha, concitando officiaes e praças, muitos dos quaes já feridos voltavam a pelejar, levou de vencida o tenaz e até então inquebrantavel exforço das hostes inimigas, cobrindo-se de gloria e fazendo triumphar o pavilhão nacional.⁴⁹⁸

Consagrados como "grandes brasileiros", Caxias e Inhúma são destacados como os principais nomes dessa grande empreitada, seja "por mar ou por terra", com mérito nos serviços prestados à pátria. Segundo o autor, o tempo não diminuiu sua importância até os dias atuais, e a memória desses heróis "perdurará em nosso exército e em nossa armada", como símbolos da bravura individual, capacidade militar e dedicação patriótica.⁴⁹⁹ Ao enaltecer esses feitos, o autor também coloca em evidência a participação ativa de D. Pedro II no conflito com o Paraguai, que não apenas conferiu centralidade ao monarca, mas também o projetou como uma figura central na política e na cultura do período. Nesse sentido, a Guerra do Paraguai é apresentada como um marco não apenas para a imagem do imperador, mas também para a posição do Brasil no cenário continental.

⁴⁹⁶ CARVALHO, 1925, p. 354.

⁴⁹⁷ CARVALHO, 1925, p. 354.

⁴⁹⁸ CARVALHO, 1925, p. 354.

⁴⁹⁹ CARVALHO, 1925, p. 354.

O autor ressalta que, ao enfrentar uma das repúblicas do sul da América, o Brasil destacou-se como o único Império das Américas a se engajar em um conflito dessa magnitude. O fim da guerra, com a derrota de Francisco Solano López, consolidou a vitória imperial e, segundo o autor, fortaleceu a identidade nacional, associando o país a valores de força e patriotismo.⁵⁰⁰ Esse contexto de grande glória se relaciona diretamente com as mudanças políticas e sociais que viriam em seguida.

Dando continuidade a essa análise e mantendo a narrativa cronológica, Augusto Olympio Viveiros de Castro, no capítulo VIII⁵⁰¹, aprofunda o estudo sobre o Segundo Reinado, destacando não apenas os êxitos econômicos alcançados no período pós-guerra, mas também os desafios que marcaram a trajetória do país. Castro descreve o processo de expansão econômica, as tentativas de progresso e os obstáculos que impediam o pleno desenvolvimento da nação, como o analfabetismo e a escassez de mão de obra qualificada. Apesar disso, o governo imperial buscou "remover os obstáculos", tentando criar um caminho para o avanço.⁵⁰²

Nesse contexto, Castro destaca que a "Fala do Trono" de 1870 assinalou a importância de difundir a instrução para todos os grupos sociais, estabelecendo a educação como chave para o desenvolvimento moral e material do Império. Isso, combinado com a necessidade de melhorar as comunicações e a oferta de trabalho, visava transformar o Brasil em uma nação mais forte e mais preparada para o futuro. O aumento do número de escolas, como as normais e primárias, e a criação de um sistema de ensino mais acessível, refletem essa tentativa de superar as dificuldades estruturais e garantir o desenvolvimento do país.⁵⁰³

Houve um aumento significativo do número de escolas no município da corte, sendo criadas as escolas normais e primárias. Esse argumento de Castro converge com as ideias apresentadas por Agenor de Roure e Ramiz Galvão na edição comemorativa publicada em 1927.

Por decreto n. 7.031, de 6 de Setembro de 1878, foram creados cursos nocturnos para adultos nas escholâs publicas de instrucção primaria do sexo masculino no Municipio da Côrte.

Devido á influencia pessoal do imperador fundou-se, em 1877, a Eschola Agricola de S. Bento das Lages, sob os auspícios do Instituto Bahiano de Agricultura, eschola que parece ter sido o primeiro estabelecimento desse governo creado no paiz, sob bases regulares.

⁵⁰⁰ CARVALHO, 1925, p. 358.

⁵⁰¹ CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. **CAPITULO VIII. Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). RIHGB. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, p. 405- 590, 1925.

⁵⁰² CASTRO, 1925, p. 534.

⁵⁰³ CASTRO, 1925, p. 534.

Sugiram depois estabelecimentos e associações agrícolas no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Minas Geraes, em S. Paulo, no Ceará, no Piauí, no Maranhão e no Pará.⁵⁰⁴

Concluimos que essa visão de transformação social, aliada ao crescimento econômico, mostra a busca pelo progresso que marcava o reinado de D. Pedro II. Para Castro, esse modelo de sociedade, inspirado por valores patrióticos e civismo, ofereceu um parâmetro para os povos de sua época como um componente essencial da narrativa histórica do Brasil. Por conseguinte, ele propõe uma reflexão sobre as causas e os efeitos das ações do Império, ao mesmo tempo em que reconhece a diversidade do Brasil e os desafios enfrentados em sua busca por modernização.

O autor não se limita a discutir os investimentos na educação, mas também destaca a preocupação com o desenvolvimento da rede ferroviária. Castro menciona, por exemplo, o decreto legislativo de 24 de setembro de 1873, que concedeu a "subvenção kilométrica" e a garantia de juros às companhias que construíssem ferrovias de acordo com a legislação vigente.⁵⁰⁵ Esse movimento, que visava modernizar a infraestrutura do país, reflete uma ação mais ampla do governo imperial no sentido de promover o desenvolvimento econômico, já iniciado em 1835, durante o período regencial. Naquele momento, a construção de estradas de ferro foi proposta para conectar cidades-chave como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia.⁵⁰⁶

Esse esforço de modernização não se limitou ao setor ferroviário, mas se estendeu à indústria açucareira. Em 1875, com a intenção de impulsionar a produção, o governo ofereceu garantias de juros às companhias que investissem em engenhos centrais para a fabricação de açúcar com o auxílio de novos equipamentos. A busca por alternativas para a escassez de mão de obra nas lavouras também gerou políticas para atrair imigrantes europeus, que seriam fundamentais para a implementação de uma economia mais moderna e livre do trabalho escravo. Dessa forma, o governo imperial se empenhou em criar as condições necessárias para a transformação agrícola e industrial do país.

Esse processo de modernização e transformação social é o foco principal de Castro, que se concentra no período de 1870 a 1878, observando as profundas mudanças na estrutura social brasileira. Essas transformações estavam relacionadas tanto à decadência da antiga nobreza quanto ao processo gradual de democratização social, refletindo o surgimento de novas classes e valores.⁵⁰⁷

⁵⁰⁴ CASTRO, 1925, p. 535.

⁵⁰⁵ CASTRO, 1925, p. 535.

⁵⁰⁶ CASTRO, 1925, p. 536

⁵⁰⁷ CASTRO, 1925, p. 540.

A corte, nesse contexto, representava os valores da sociedade brasileira, com sua "moralidade impecável" e hábitos refinados, inspirados pela cultura francesa.⁵⁰⁸ Dentro dessa sociedade, a cidade do Rio de Janeiro se consolidou como o centro das transformações culturais e sociais, um espaço onde os novos costumes se difundiram.⁵⁰⁹ A rua do Ouvidor, em particular, tornou-se um símbolo desse novo estilo de vida, que buscava imitar os padrões da Europa, com elegância e sofisticação.⁵¹⁰ A modernização da cidade, inspirada no modelo de Paris, também refletiu esse desejo de aproximação com os padrões europeus de urbanismo, através da construção de palácios e avenidas grandiosas.⁵¹¹

Em contraste, as províncias brasileiras ainda mantinham costumes mais simples e uma estrutura social pautada pela "simplicidade patriarcal". Embora essas sociedades provincianas não se comparassem às grandes cidades cosmopolitas em termos de sofisticação, elas eram marcadas pela honestidade, pela fé cristã e pela preservação dos valores tradicionais, como a importância da maternidade e da dignidade feminina. Esse contraste entre as metrópoles e o interior do país evidencia a diversidade de experiências e modos de vida no Brasil do século XIX.⁵¹²

A análise de Viveiros de Castro, ao examinar essas sociedades de maneiras distintas, destaca como os valores patriarcais e as influências francesas coexistiam e moldavam a vida cotidiana. A sociedade brasileira daquele tempo, profundamente marcada por essas referências, é descrita pelo autor como uma mistura de tradições e modernidade, criando um panorama único de transformações sociais e culturais.

Essa historiografia construída sobre o Segundo Reinado nos textos da edição de 1925 da Revista visava organizar racionalmente os acontecimentos passados, apresentando-os como eventos singulares inseridos em um contexto de significados que interessavam ao presente. A escrita histórica, nesse sentido, segue uma metodologia rigorosa, com base na pesquisa documental, na interpretação e na construção de uma narrativa que defendia como princípio ser fiel aos fatos. Nesse contexto, a escrita histórica segue uma prática metódica e científica, utilizando procedimentos analíticos, como a heurística, que se expressa pela pesquisa detalhada em documentos, e operações interpretativas, como a sinceridade e a exatidão.⁵¹³ A escrita da história nos textos da edição está em conformidade com a historiografia oitocentista, caracterizada por três elementos recorrentes: sinceridade,

⁵⁰⁸ CASTRO, 1925, p. 541

⁵⁰⁹ SCHWARCZ, 1999, p. 110.

⁵¹⁰ CASTRO, 1925, p. 541.

⁵¹¹ SCHWARCZ, 1999, p. 106.

⁵¹² CASTRO, 1925, p. 542.

⁵¹³ LANGLOIS, Ch. V.; SEIGNOBOS, Ch. **Introdução aos estudos históricos**. Tradução de Laerte de Almeida Moraes. São Paulo: Renascença, 1946

cientificidade e utilidade.⁵¹⁴ Esses elementos integraram a formalização da prática historiográfica no século XIX⁵¹⁵ e apresentam algumas continuidades no modelo de enunciação dos textos analisados. Além disso, há uma construção da narrativa histórica que envolve a ordenação dos fatos e a elaboração de uma narrativa coerente. Esses elementos constituem a base de uma abordagem metódica para a produção e a representação do passado histórico, consolidando um método específico da ciência histórica.⁵¹⁶

Agora, passaremos à análise dos eventos selecionados para a edição comemorativa da Revista de 1927.

3.2 A crítica ao presente e a idealização do passado imperial

Ao comparar os eventos destacados em 1925 com os selecionados em 1927, os textos analisados neste tópico permitem avaliar como a escolha desses acontecimentos se relaciona com o contexto em que foram produzidos. O que os caracteriza é a crítica ao presente. De acordo com os textos, há a crença de que a revisão do passado pode oferecer ensinamentos para o presente, uma vez que, ao mesmo tempo em que se critica o novo regime, destaca-se a ausência de valores do passado em comparação com o momento atual. Nessas páginas, os principais temas abordados são o desenvolvimento da instrução pública, a liberdade de imprensa e o espírito democrático no Império.

A distinção entre o subtítulo anterior e o atual recai sobre o propósito da narrativa histórica construída nos textos comemorativos. No subtítulo anterior, a ênfase recai sobre a exaltação do passado imperial, com foco nos feitos de D. Pedro II enquanto exemplo de grandeza. Já no subtítulo atual, embora ainda se valorize o período do Segundo Reinado, o foco desloca-se para uma crítica ao presente republicano, construída a partir da valorização seletiva do passado. As narrativas analisadas sugerem uma percepção de decadência das instituições republicanas contemporâneas, especialmente no que diz respeito à educação, à liberdade de imprensa e à democracia. Desse modo, a história é mobilizada não apenas como instrumento de enaltecimento do Império, mas também como ferramenta de comparação e crítica política dirigida ao tempo presente.

⁵¹⁴ Sobre o *ethos* do historiador oitocentista, ver: TURIN, R. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 12–28, 2009. DOI: 10.15848/hh.v0i2.4. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>. Acesso em: 16 fev. 2025.

⁵¹⁵ TURIN, 2009, p. 12.

⁵¹⁶ MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdei Lopes de; MOLLO, Helena Miranda, VARELLA, Flávia Florentino; MATA, Sérgio Ricardo da (orgs.). **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 17.

Entre os temas mais destacados nesse debate, a instrução pública ocupa um papel central, sendo abordada, por exemplo, por Agenor de Roure (1870-1935). Ele caracteriza o período entre 1878 e 1887 como uma era marcada pelo “ensino livre”, aspecto de grande interesse para o Imperador. Roure, que se destacou no jornalismo e na política como Chefe da Casa Civil da Presidência da República (1919-1922), também foi sócio honorário e secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).⁵¹⁷ Sua análise sobre a educação do período reforça a visão de D. Pedro II como um governante profundamente comprometido com o progresso intelectual do país.

O compromisso do Imperador com a educação é corroborado por Mesquita Pimentel, que cita a “Declaração de Fé de Ofício” escrita em Cannes. Nela, D. Pedro II manifesta seu interesse em estabelecer universidades, faculdades e institutos adaptados às necessidades regionais do Brasil.⁵¹⁸ Esse esforço, parte de um movimento mais amplo de construção historiográfica sobre o Segundo Reinado, é analisado por Pimentel em *O Brasil em 1889*⁵¹⁹, onde o autor revisita os fatos históricos para reforçar sua argumentação sobre o impacto do monarca na evolução do país.⁵²⁰

Ao aprofundar a questão educacional, Roure também lança luz sobre o papel dos jesuítas no período colonial, destacando a contribuição significativa dos padres para a promoção do ensino. Segundo ele, as primeiras escolas criadas na época tinham como objetivo a “instrução militar”⁵²¹, evidenciando uma preocupação inicial com a formação prática e disciplinar.

O autor faz um levantamento de dados acerca das primeiras escolas criadas no período colonial que, segundo ele, visavam a “instrução militar”,

[...] a Eschola de artilheiros da Bahia, em 1699, e a de fortificações, no Maranhão, em 1775, foi considerado nobre officio de professor; em 1778, teve seus estatutos aprovados a eschola dos Franciscanos no Rio; em 1797 foi dada aos professores permissão para a escolha da grammatica de latim; em 1880 foi permitido que o Maranhão mandasse quatro estudantes a Coimbra...⁵²²

Mesmo com esses pequenos avanços, o autor argumenta que foi no reinado de D. João VI que a instrução pública ganhou consistência, sendo o monarca considerado o verdadeiro

⁵¹⁷ SAMPAIO DE MORAES GODOY, Arnaldo Sampaio. AGENOR DE ROURE E A CRÔNICA DOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, [S. l.], v. 33, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/156>. Acesso em: 1 abr. 2024, p. 150.

⁵¹⁸ Jornal do Commercio de 28 de Maio de 1891 Apud Roure, 1925, p. 627.

⁵¹⁹ ROURE, Agenor. O Brasil em 1889. **Revista do IHGB**, T. 98, vol. 152, p. 529-534, 1925.

⁵²⁰ ROURE, 1925, p. 627.

⁵²¹ ROURE, 1925, p. 627.

⁵²² ROURE, 1925, p. 627.

“benemérito”. Até o Primeiro Reinado, o autor identifica quatro fases distintas pelas quais o ensino passou:

1ª – anterior á acção de Pombal, em que a instrucção era ministrada exclusivamente pelos Jesuitas; 2ª – a da intervenção directa da metrópole na escolha de professores ou na aprovação da escolha sem o direito de iniciativa dos particulares, creado o subsidio literário para a manutenção das aulas; 3ª – a da época de d. João VI, com a criação de escolas superiores, cursos especiaes, cadeiras novas, aulas de Latim, Musica, Desenho e primeiras letras, Museu e Biblioteca; 4ª - posterior á Regeneração Portuguesa e á Independencia, com a liberdade de abertura de escolas primarias particulares e descentralização em materia de ensino do primeiro gráo, passando a competência para as províncias.⁵²³

Dado este rápido resumo, era essa situação do ensino quando foi declarada a maioria de Pedro II, ou seja, quando começou o Segundo Reinado. No começo de seu governo, Pedro II se deparou com as:

[...] duas Faculdades de Medicina, duas de Direito, á Eschola de Minas, á Eschola Militar, á Eschola Naval, e á Eschola de Bellas Artes; o ensino secundario com o Collegio Pedro II na Côrte, os cursos anexos das Escolas de S. Paulo e Olinda e as cadeiras de preparatórios em muitas províncias.

Do ano de 1840 a 1878, do ponto de vista do ensino, o autor lança os seguintes atos:

[...] criação do Conservatorio de Musica, em 1847, reorganização das Escolas de Medicina e de Direito por lei de 1851; a reforma do ensino primário e secundario da Côrte, por lei de 1851; o regulamento para os cursos médicos, em 1853; o regulamento para o ensino primário e secundario em 1854; o novo regulamento para os cursos jurídicos e para a Faculdade de Medicina, tambem em 1854; as alterações do marquez de Olinda no regulamento das Escolas de Medicina em 1857; o regulamento orgânico das escolas militares, em 1860; a uniformidade nos estudos dos gymanasios ou seminários episcopais, subsidiados pelo Estado, em 1863; novos regulamentos para as escolas militares, em 1863; os decretos com instrucções de Paulino de Sousa, em 1868 e 1869; o regulamento de Paulino de Sousa para o Collegio Pedro II, em 1870; o decreto de João Alfredo sôbre o processo a seguir nos exames das Faculdades de Direito e de Medicina, em 1871; alterações no regulamento da Eschola de Marinha, em 1871; criação de comissões de exames de preparatórios nas províncias onde não havia Faculdades, em 1873; regulamento de Junqueira para as escolas do exercito, em 1874; estatutos de João Alfredo para a Eschola Polytechnica, em 1874; criação definitiva da Eschola de Minas, em 1875; alteração dos estatutos de Collegio Pedro II, em 1876; criação de mais 17 escolas publicas e duas normaes primarias na Côrte, em 1876; regulamento para as escolas primarias da Côrte, em 1877.⁵²⁴

⁵²³ ROURE, 1925, p. 630.

⁵²⁴ ROURE, 1925, p. 636.

Agenor de Roure, em sua análise, evidencia o progresso da instrução pública no período, destacando o aumento de sessenta mil alunos entre 1875 e 1884. Ele atribui parte desse avanço à adoção de métodos estatísticos mais precisos. Em 1872, a proporção de escolas passou de 5 para 10 mil habitantes, e esse índice continuou crescendo, alcançando 6 escolas para 10 mil habitantes em 1888. Roure, no entanto, enfatiza que o período não foi marcado apenas pela expansão do ensino, mas pela implementação de princípios como o ensino livre, a diversidade pedagógica, a descentralização e a liberdade metodológica. Tais inovações estimularam iniciativas privadas e promoveram autonomia na escolha de métodos científicos, sendo interpretadas como conquistas do liberalismo. A reforma educacional de 1879, segundo Roure, foi um marco que “honrou” o “último decênio da Monarquia”.⁵²⁵

Complementando essa perspectiva, Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846–1938), em *O Imperador e a Instrução Pública*⁵²⁶, discute o papel de D. Pedro II na transformação do sistema educacional. Galvão destaca que a instrução pública foi uma das principais preocupações do monarca durante seu reinado de meio século. Antes de 1840, a educação no Brasil apresentava inúmeras deficiências; contudo, a partir de sua posse, D. Pedro II, com o apoio de seus ministros, promoveu avanços substanciais. Esse esforço resultou em melhorias significativas na formação da população e consolidou a educação como uma prioridade nacional.

Entre as graves preocupações de Pedro II, durante quasi meio seculo de reinado, um dos assumptos que sempre mereceram sua particular atenção foi o desenvolvimento da instrucção publica, que elle encontrou imperfeita e mal esboçada, quando em 1840 assumiu as rédeas do governo, e que conseguiu melhorar notavelmente com o auxilio de alguns de seus ministros mais devotados a esta nobre causa”.

No periodo do governo de d. Pedro II todos os antigos institutos de ensino superior foram remodelados ou desenvolvidos de accordo com os progressos scientificos e mais ou menos segundos os bons modelos de paizes cultos da Europa”.⁵²⁷

Ramiz Galvão, foi considerado um “intelectual-chave” e um modelo referencial em sua época, justamente por sua trajetória destacada em várias instituições de saber tanto no regime imperial quanto no regime republicano, a saber o próprio IHGB, a Biblioteca Nacional (BN), o Colégio Pedro II e a Academia de Letras (ABL). Como já mencionado, atuante no IHGB e ocupante de cargos estratégicos na Instituição, Ramiz foi diretor da Revista do IHGB

⁵²⁵ ROURE, 1925, p. 661.

⁵²⁶ GALVÃO, Ramiz. O imperador e a Instrucção Publica. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.363-370, 1927.

⁵²⁷ GALVÃO, 1927, p. 363-364.

e orador perpétuo do Instituto. Em sua trajetória, orquestrou projetos, coordenou pessoas e atuou como historiador. Historiador e bibliotecário, apresentou uma “diversidade das práticas e dos lugares de produção historiográfica no Brasil”.⁵²⁸

No referido texto, Galvão lança luz para as instituições já criadas em governos passados, anterior ao Segundo Reinado, como o ensino superior, secundário e ensino artístico (Academia Imperial de Bellas Artes). Tais institutos passam por um processo de remodelagem no governo de D. Pedro II, melhor dizendo, são desenvolvidos e aperfeiçoados tendo como reflexo os modelos de países europeus. Em decorrência disso, o autor apresenta um conjunto de reformas das instituições na época, como nas faculdades de medicina. No que se refere aos cursos jurídicos já criados em 1827, houve reformas significativas em específico na cidade de São Paulo e Olinda. Outro progresso significativo apontado é a transformação da Escola Central em Escola Polytechica. Este estabelecimento é considerado o principal produto do progresso intelectual. Além das reformas, apresentam-se as principais instituições criadas por D. Pedro II, como a criação de Universidade no Brasil, Biblioteca Imperial e Pública, a Academia de Bellas Artes, Instituto dos Surdos-Mudos, Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Escola de Minas, Instituto Profissional dos Meninos Desvalidos, a Sociedade Propagadora de Belas Artes, Colégio Pedro II e entre outros. Como testemunho vivo, admite o interesse e o empreendimento de D. Pedro II pelo ensino do país,

[...] vi o imperador assistindo a aulas no Collegio Pedro II; vi-lo em 1861 assistindo a todos os meus exames do 7º anno; vi-o ali mesmo depois, em 1870, sentado a meu lado, quando regi interinamente a cadeira de rhetorica, poética e literatura nacional [...].⁵²⁹

Como vimos, a instrução pública, objeto de análise acerca do tempo do Segundo Reinado, inquietou os estudos de Agenor de Roure e Ramiz Galvão na edição da RIHGB de 1927. A intenção de destacar tal aspecto que teve maior valor no tempo do Império, consiste em fazer uma crítica ao novo regime que não se preocupou em financiar escolas, além das diversas problemáticas associadas a falta de docentes, corpo de funcionários, prédios, projetos e formas de ensino adequadas.⁵³⁰ Portanto, os textos analisados constituem-se como protestos a ausência de tais valores, principalmente, nas autoridades políticas que não tinham interesse

⁵²⁸ SAMPAIO CALDEIRA, A. P.; MATTOS CLEN MACEDO, A. Ramiz Galvão, historiador e bibliotecário: práticas e lugares da produção historiográfica no Brasil de fins do século XIX e início do século XX. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 9, n. 22, p. 44, 2017. DOI: 10.15848/hh.v0i22.1123. Disponível em: <https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1123>. Acesso em: 9 abr. 2024.

⁵²⁹ GALVÃO, 1927, p. 370.

⁵³⁰ BRASIL, Congresso. **Documentos parlamentares**. Instrução pública. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1918, p. 35.

no investimento da instrução. Em contraposição, o tempo de D. Pedro II foi exaltado na medida em que se dava a ausência de valores no presente vivido.

Nessa mesma linha de exaltação ao período imperial Carlos Laet (1847–1927), em seu texto *O Imperador e a Imprensa*⁵³¹, publicado na mesma edição de 1927, abordou a questão da liberdade de imprensa durante o Segundo Reinado. Educador e jornalista, Laet comparou o governo de D. Pedro II ao reinado do imperador romano Trajano (98–117), citando as palavras do historiador romano Tácito (56–117): “Rara felicidade a desses tempos em que ao romano era lícito pensar como quisesse e dizer alto o que pensasse!”⁵³²

Ao longo de sua carreira, Laet colaborou com diversos periódicos, como *O Paiz*, *Diário do Comércio* e *Jornal do Brasil*. Como militante católico e monarquista, defendeu seus ideais em jornais como *Tribuna Liberal*, *O Brazil* e *A Liberdade*.⁵³³ Suas posições refletiam valores ligados às orientações ultramontanas, voltadas à preservação da moral, das tradições religiosas e à rejeição de políticas liberalizantes.⁵³⁴ Conservador e religioso, Laet criticava abertamente o regime republicano, manifestando seu descontentamento com as mudanças trazidas por esse sistema.⁵³⁵

Sobre a liberdade de imprensa no Segundo Reinado, Laet argumenta que esse direito foi amplamente respeitado durante o governo de D. Pedro II. Para sustentar sua posição, ele cita as reflexões de José Veríssimo (1857–1916), escritor e educador, que abordou o tema em um artigo publicado no *Jornal do Brasil* em 8 de dezembro de 1891.⁵³⁶

Quantos neste paiz têm a honra de empunhar uma penna convencida e honesta, por modesta que seja, reconhecerão que jamais durante o seu longo reinado tiveram de deixa-la cair por falta de liberdade, ou sequer de iludir ou velar o seu pensamento. Todos pensávamos como queríamos e dizíamos o que pensávamos.⁵³⁷

Além de abordar os eventos daquele período, Laet argumenta sobre a importância de D. Pedro II para o desenvolvimento intelectual do país. Para sustentar sua posição, ele recorre às premissas de Souza Ferreira, redator-chefe do *Jornal do Comércio*. Segundo Ferreira, D. Pedro II é retratado como um grande defensor da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. Outra autoridade da imprensa citada por Laet é Ferreira de Araujo, redator-chefe da

⁵³¹ LAET, Carlos. O imperador e a imprensa. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.409-411, 1927.

⁵³² LAET, 1927, p. 403

⁵³³ CRISPINIANO, Helena Ramalho. **Carlos de Laet**: intelectualidade, ativismo católico e imprensa monarquista (1847-1927). 2020. Tese de Doutorado. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: São Gonçalo, p. 15;

⁵³⁴ CRISPINIANO, 2020, p. 16;

⁵³⁵ CRISPINIANO, 2020, p. 124.

⁵³⁶ LAET, 1927, p. 403.

⁵³⁷ LAET, 1927, p. 403.

Gazeta de Notícias, que testemunha que, durante o Segundo Reinado, o Brasil oferecia uma liberdade de expressão incomparável. Araujo afirma que não havia lugar onde a liberdade fosse mais respeitada, destacando que, naquele contexto, era lícito criticar a política, a magistratura, o governo e até o próprio imperador.

Em nenhum paiz se poderia achar mais liberdades que as que de facto existem no Brasil. Tudo é lícito dizer na imprensa, na tribuna, contra a política, contra a magistratura, contra o governo, contra o imperador. Há leis contra o abuso destas liberdades, mas essas leis nunca regularmente se aplicam, e, para muitos casos, não há leis especiaes.⁵³⁸

Embora houvesse leis que restringissem certos excessos, na prática, elas eram pouco aplicadas. No desenvolvimento de sua narrativa, Laet destaca o testemunho do Dr. Assis Brasil, considerado um argumento notável. Segundo ele, o Brasil nunca negou a ampla liberdade de expressão que sempre desfrutou, remontando aos tempos do Império. Como foi dito:

De que nos serve podermos gritar, gritar muito, até rebentar os pulmões, se o poder é surdo a esses gritos, se vae fazendo o que ser, sem dar ouvidos aos reclamos da opinião?...Seria, por ventura, o simples facto de nós podermos insultar o governo motivo para continuarmos a ser monarchistas?⁵³⁹

Em comparação com o regime republicano, Laet destaca a existência de leis com “penas severas”, as quais eram particularmente impagáveis para a classe jornalística. Mais adiante, o autor esclarece que não está escrevendo um artigo de oposição, mas buscando expor a problemática relacionada à liberdade que se perdeu no tempo em que vivia.

Ao longo de sua escrita, Laet se compara a um “transeunte” roubado, ferido e enfermo, e faz um pedido de socorro, alegando que seus braços foram amputados. Essa metáfora refere-se às circunstâncias em que se encontrava sob a República, enfatizando a falta de liberdade de expressão. Diante das dificuldades que enfrentava, o autor não via como um crime sentir saudade dos tempos em que podia agir livremente em defesa de seus direitos. Laet clama, assim, pela memória dos tempos em que a imprensa gozava de plena liberdade.⁵⁴⁰

Eu não estou fazendo um artigo de oposição: estou fornecendo elementos relativos a uma liberdade que perdemos.

Em consequencia não me é dado apreciar as razões em que se tenham estribado os poderes publicos para coarctar a livre enunciação de pensamento.

⁵³⁸ LAET, 1927, p. 410.

⁵³⁹ LAET, 1927, p. 410.

⁵⁴⁰ LAET, 1927, p. 411.

Estamos nas condições do transeunte que, assaltado por um veículo em disparada, se haja erguido com graves lesões corporais. Levam-no ao hospital do prompt soccorro, onde os cirurgiões lhe amputam os braços.

Que resta ao misero enfermo? Deplorar a sua desdita, e pedir que lhe não considerem um crime a saúde dos tempos em que possuía ambos os braços para elevá-los na prece e movê-los na defesa dos seus direitos.⁵⁴¹

Essa valorização da liberdade de imprensa também se manifesta nos escritos de Barbosa Lima Sobrinho, que, assim como Laet, adota uma postura crítica em relação ao presente e nostálgica quanto ao passado. Enquanto Laet utiliza a metáfora do “transeunte” mutilado para expressar a perda de sua voz sob o regime republicano, clamando pela memória de tempos mais livres, Sobrinho recorre a uma análise histórica para evidenciar a superioridade do Segundo Reinado nesse aspecto. Em “Pedro II e a Imprensa”⁵⁴², destaca que, embora o período não tenha sido isento de perseguições, a conquista da liberdade de imprensa representava um marco civilizatório para o Brasil, associando o progresso à elevação cultural proporcionada pela livre circulação das ideias.⁵⁴³

Formado em Direito na Faculdade de Recife em 1917, Sobrinho foi influenciado pela teoria positivista e se destacou como intelectual em diversas áreas, como Literatura, Economia, Política, Direito e História. Colaborou com importantes periódicos, incluindo o *Diário de Pernambuco*, *Jornal Pequeno*, *A Gazeta*, *Correio do Povo*, *Revista Americana*, *Revista de Direito* e *Jornal do Comércio*. Seu trabalho intelectual visava entender os mecanismos capazes de transformar o Brasil em uma nação forte e independente, praticante da liberdade política e da justiça social.⁵⁴⁴ Sobrinho também refletiu sobre o papel do jornalismo nos processos sociais e políticos, propondo um “ideal normativo” para a atuação da imprensa.⁵⁴⁵

De acordo com Sobrinho, durante o governo de D. Pedro II, a imprensa desempenhou um papel crucial nas campanhas políticas e na propagação das ideias republicanas, especialmente por meio dos chamados “jornais de combate”.⁵⁴⁶ No entanto, o autor argumenta que não se pode acusar D. Pedro II de exercer violência contra a imprensa durante seu reinado. Embora Sobrinho não aplauda todas as ações do monarca, reconhece que sua índole filosófica contribuiu para as demandas do país e para o avanço do progresso. Sobrinho destaca

⁵⁴¹ LAET, 1927, p. 411.

⁵⁴² SOBRINHO, Barbosa Lima. Pedro II e a imprensa. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.835-842, 1927.

⁵⁴³ SOBRINHO, 1927, p. 834.

⁵⁴⁴ KICHILESKI, Alexandro; LOCATELLI, Carlos Augusto. O jornalismo de Barbosa Lima Sobrinho. **Pauta Geral**, v. 5, n. 2, 2018, p. 21-22.

⁵⁴⁵ KICHILESKI; LOCATELLI, 2018, p. 22.

⁵⁴⁶ SOBRINHO, 1927, p. 837.

a defesa das liberdades públicas por parte de D. Pedro II em um país marcado pela ignorância e pela falta de educação política, que frequentemente levava à intolerância e perseguição.⁵⁴⁷

Sobrinho enfatiza que, sob o governo de D. Pedro II, não se criaram órgãos de repressão à imprensa, e a atitude do monarca em defesa das liberdades públicas foi um dos maiores legados de seu reinado. O autor observa que, para apontar os melhores feitos de D. Pedro II, deve-se reconhecer seu compromisso com as liberdades, um fator fundamental para o prestígio da imprensa da época. Os jornais circulavam com conteúdos políticos e abordavam questões cruciais como debates financeiros, a questão servil, a conciliação entre partidos e as questões religiosas, entre outros assuntos de interesse público.

Essa defesa da liberdade de imprensa sob o governo de D. Pedro II, destacada por Sobrinho como um dos maiores legados do monarca, contrasta fortemente com o cenário instaurado após a Proclamação da República. O descontentamento dos autores Laet e Sobrinho em relação ao novo regime se intensifica justamente diante das crescentes restrições impostas à imprensa, em especial aos jornais monarquistas. A repressão se agravou com a promulgação de leis restritivas durante o governo de Deodoro da Fonseca, inaugurando um ciclo de censura que se aprofundaria nas décadas seguintes, especialmente sob a presidência de Arthur Bernardes.⁵⁴⁸

Dando continuidade à reflexão sobre o período de D. Pedro II, no já mencionado texto *O Brasil em 1889*⁵⁴⁹ de Agenor de Roure, o autor destaca a época como um período de democracia, um ponto também abordado por Alfredo Valladão em seus estudos historiográficos, publicados na edição de 1925. Para sustentar essa argumentação, Roure mapeia as tendências democráticas presentes desde o período colonial, passando pelo reinado de D. João VI, o Primeiro e o Segundo Reinado. Como exemplo dessa “aspiração tradicional”, ele destaca a Inconfidência Mineira, a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, além das manifestações contra Pedro I e, em 1870, a fundação do Partido Republicano. Em todos esses eventos, Roure identifica um espírito democrático que guiou as revoluções e agitações políticas. Esse espírito foi um fio condutor dos acontecimentos do passado, e a república, embora latente, só não se estabeleceu antes devido às forças contrárias que impediram o avanço dessa campanha.⁵⁵⁰

Era de franca prosperidade a situação do Brasil em 1889, ao ser proclamada a Republica como resultado das tendencias democraticas do povo através o

⁵⁴⁷ SOBRINHO, 1927, p. 839.

⁵⁴⁸ SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. *Revista Estudos Históricos*, 1994, p. 166.

⁵⁴⁹ ROURE, Agenor. *O Brasil em 1889*. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.529-534, 1927.

⁵⁵⁰ ROURE, 1927, p. 535.

regimen colonial, o reinado de d. João VI, o primeiro e segundo impérios. As provas dessa tradicional aspiração estão na Inconfidência Mineira, na revolução de 1817, na existencia do agrupamento exaltado da Independência (contido e combatio por José Bonifacio), na Confederação do Equador, nas manifestações inequívocas que levaram Pedro I á abdicação, na fundação do partido republicano em 1870 e na sua representação parlamentar dentro dos últimos dez annos da Monarchia...

O espirito democrático que orientou sempre as grandes revoluções e todas as agitações politcas da Colonia, do Reino e do Imperio, não nos trouxe mais cedo a Republica por motivos que a historia explica, se não justifica.⁵⁵¹

No governo de D. Pedro I, a Revolução de 1824 foi respondida com violência. No entanto, a continuidade de tais atos não se sustentou devido à destruição do absolutismo e ao enfraquecimento dos laços com Portugal. Durante a Regência, um conjunto de leis liberais, somado ao Ato Adicional, fez com que a ideia republicana perdesse força. Segundo Roure, a majestade de D. Pedro II, com seu “temperamento democrático e caráter nobre”, foi capaz de conciliar as “aspirações republicanas” com a monarquia, formando uma harmonia política que se refletiu no Brasil da época.

Pedro II, [...], reunindo um temperamento democrático a um caracter nobre, conseguiu o Brasil, durante quase cincoenta annos, conciliar as aspirações republicanas com a realleza e conquistar pouco a pouco a posição que já tinha no mundo civilizado quando rebentou a revolução de 1889...”

Pedro II ainda fez mais do que conservar o throno num paiz de aspirações republicanas, porque permitiu que a tendencia democrática do povo se desenvolvesse e criasse raízes profundas. Se a sua individualidade caracterizou-se pela perfeita união entre os sentimentos nobres e os democraticos, entre a magestade da funcção e a simplicidade das atitudes, claro é que a Noção podia conservar, como conservou, sem humilhação, a fidelidade ás suas aspirações tradicionais ao pé, de um throno sustentado pelas solidas columnas da Justiça, da Clemencia, da Lei e da Democracia...⁵⁵²

O autor lança um panorama sobre o Brasil em 1889. Neste momento, argumenta que a liberdade era ampla e os direitos dos cidadãos estavam perfeitamente garantidos.

O elogio da obra de Pedro II está justamente na verificação desses factos determinantes da queda da monarchia. A situação do Brasil em 1889 era a de um paiz onde as liberdades e os direitos dos cidadãos estavam perfeitamente garantidos: a liberdade de pensamento era ampla, não escapando á critica e mesmo ao ridículo, a propria figura respeitável do imperador; havia religião official, mas havia liberdade de crença garantida pelo n. V do art. 179 da Carta de 1824 [...].⁵⁵³

⁵⁵¹ ROURE, 1927, p. 535.

⁵⁵² ROURE, 1927, p 535-536.

⁵⁵³ ROURE, 1927, p. 532.

Neste mesmo ano, o autor faz crer que o Brasil era governado por um imperador democrata, acompanhado por uma constituição democrática e leis liberais. O autor destaca uma efervescência moral, social, política e econômica, estruturada nos moldes liberais e refletindo as tendências democráticas do povo brasileiro.

Eis em rápido resumo, a situação moral, social, política, econômica e financeira do Brasil em 1889. Organizado dentro de moldes liberais, de acordo com a secular tendência democrática do povo brasileiro, o Brasil lutou pela sua integridade e venceu; lutou pelos seus ideais e os viu realizados; lutou pela ordem interna e conseguiu tê-la inalterada durante os últimos quarenta anos do segundo reinado; lutou pela manutenção do princípio da autoridade e autoridade foi respeitada sem necessidade de violências que repugnavam ao coração bondoso do imperador; lutou por idéias liberais e democráticas que foram consubstanciadas na Carta de 25 de março, no Acto Adicional e nas grandes leis de 1850, 1871, 1881, 1885 e 1888 – verdadeiros marcos da sua crescente civilização....⁵⁵⁴

No contexto de sua análise, Roure conclui que, "O Império do Brasil, com Pedro II, foi o império da democracia"⁵⁵⁵, uma visão que contrasta com a realidade política da República. No presente sobre o qual Roure escreve, havia uma ausência de tais valores democráticos. O que predominava na República era um regime militarista, que concentrava o poder nas mãos do Estado, estabelecendo um governo interventor e autoritário, que relegava as liberdades civis a um segundo plano. A partir de 1894, a política republicana se voltava para os interesses das elites estaduais, em especial os latifundiários do café, que passaram a controlar a economia e os rumos do país, em um modelo que favorecia a formação de uma República Oligárquica, com pouca abertura para as liberdades civis e direitos individuais.

A análise de Roure insere-se em um contexto mais amplo de crítica ao presente e valorização do passado imperial. Os textos selecionados para a edição de 1927 da RIHGB não se limitam a relatos de memória: constituem uma produção historiográfica que utiliza a história como instrumento de comparação e crítica política à realidade contemporânea. Os autores reinterpretem o passado, buscando nele elementos que ressaltam as fragilidades do tempo presente.

Na edição de 1925, conforme abordado, temas centrais como a "democracia coroada" do Segundo Reinado, a abolição da escravidão, a construção de uma nação pautada em valores de "justiça e altruísmo" e o desenvolvimento da instrução pública foram amplamente destacados. Também foram enaltecidos avanços como a Guerra do Paraguai, a adoção de um

⁵⁵⁴ ROURE, 1927, p. 533-534.

⁵⁵⁵ ROURE, 1927, p. 534.

estilo de vida "à moda francesa" e a criação de instituições financeiras, que contribuíram para a modernização econômica e social do país. Já na edição de 1927, os temas abordados foram desenvolvimento da instrução pública, a liberdade de imprensa e a democracia do Segundo Reinado. Esses aspectos reforçam a ideia de que o império representou um período de estabilidade e progresso, em contraste com as dificuldades enfrentadas no Brasil republicano.

Essa recorrência temática nas edições da RIHGB revela uma estratégia narrativa que não apenas exalta as realizações do passado, mas também constrói uma imagem monumental do período imperial como contraponto ao presente. A Revista, ao ressaltar esses episódios, crítica indiretamente o regime republicano, apontando para a ausência dos valores que marcaram o Oitocentos.

No centro dessa crítica encontra-se o conceito de progresso, recorrente na análise dos textos. Entendido como resposta às demandas do presente e chave para projetar o futuro, o progresso estabelece uma conexão entre o passado imperial e as aspirações para a República. Ao reelaborar o passado, os intelectuais da RIHGB não visavam apenas enaltecer as glórias do Império, mas propor, por meio da História, caminhos para enfrentar os desafios do Brasil republicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao organizar comemorações e publicações, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desempenhou um papel ativo na preservação e ressignificação da imagem de D. Pedro II, destacando suas virtudes e minimizando aspectos controversos. Essa produção historiográfica, conduzida pelo IHGB, não foi neutra nem imutável; ao contrário, adaptou-se aos interesses sociais e políticos da época, como demonstrado ao longo deste trabalho. Essa flexibilidade mostra o modo como a historiografia pode ser um espaço de disputa, no qual diferentes interpretações do passado são constantemente renegociadas.

Essa disputa historiográfica tornou-se evidente durante o centenário de D. Pedro II, que representou um gesto político de memória, mobilizado para consolidar uma visão idealizada do Império no contexto republicano. A efeméride comemorativa do ex-imperador não se restringiu a homenagens simbólicas, mas deve ser interpretada como uma estratégia política da Primeira República, voltada à recuperação e fixação da memória de seu governo como símbolo de um passado glorioso. Assim, mais do que simples celebrações, essas iniciativas assumiram uma função legitimadora, sustentando discursos e projetos políticos da época.

Nesse esforço de consagração da imagem de D. Pedro II, o IHGB desempenhou um papel fundamental, utilizando suas publicações como veículos de difusão dessa memória construída. As edições da Revista do IHGB, especialmente os volumes de 1925 e 1927, analisados neste trabalho, atuaram como instrumentos de construção da imagem do ex-imperador e do Segundo Reinado. Esses textos não apenas consolidaram uma narrativa memorialística e historiográfica, mas também cristalizaram na sociedade a ideia de um Império estável e progressista. A obra de 1925 configurou-se como um estudo historiográfico e biográfico do monarca, enquanto a edição de 1927 reforçou essa construção ao reproduzir e reafirmar os textos da versão anterior, demonstrando a intencionalidade de perpetuar essa memória no imaginário republicano.

Dentro dessa construção, diferentes atributos foram associados a D. Pedro II, reforçando sua atividade intelectual e seu papel como patrono das artes, da cultura e da literatura. Por outro lado, alguns escritos também destacaram seus vícios e erros, evidenciando que suas condutas estavam sujeitas às práticas e aos limites de sua época. Ao ressaltar as falhas do imperador, esses relatos não apenas apresentam críticas, mas também cumprem uma função pedagógica, oferecendo exemplos do que deve ser evitado. Dessa forma, a escrita da história assume um papel orientador, sugerindo caminhos para o presente e

o futuro, a fim de que os mesmos erros não se repitam, havendo, assim, a mobilização de uma escrita da história moderna.

O gênero biográfico, mobilizado nessas narrativas, operou como ferramenta política: de um lado, serviu para criticar os problemas da República e sugerir um contraste entre a ordem monárquica e o contexto republicano; de outro, enalteceu o ex-imperador e seu governo, reafirmando sua imagem como símbolo de estabilidade, modernização e progresso. A biografia tornou-se um meio estratégico de condensar múltiplas visões, incorporando testemunhos, relatos, ensaios e aclamações, tudo dentro das normas historiográficas vigentes.

Entretanto, essa exaltação do passado imperial não foi um processo isento de contradições. Se, por um lado, muitos relatos de memória buscaram glorificar o Segundo Reinado, por outro, é perceptível um esforço simultâneo para criticar a realidade republicana. O passado retornado funcionou não apenas como um exercício de rememoração, mas como um meio de comparação e contestação política. Esse movimento é evidente na repetição de temáticas nas edições da Revista do IHGB, que contrastavam a suposta ordem e estabilidade do Império com a fragmentação e os desafios da Primeira República. Dessa forma, a história foi usada não apenas para recordar o passado, mas também como um instrumento de crítica social e política, apresentando o século XIX como uma era exemplar, cujas lições poderiam — e deveriam — ser aplicadas ao Brasil republicano.

Este estudo mostra que a celebração de D. Pedro II na Primeira República não se tratou apenas de uma efeméride, mas de um processo ativo de disputas políticas voltadas para a construção de uma identidade nacional apoiada em valores e princípios que remetiam ao passado celebrado. A memória do imperador e de seu governo foi mobilizada de diferentes formas e, a partir dela, uma História foi escrita. Uma historiografia não apenas para relemburar o passado, mas também pela necessidade de defender posições e projetar ideais para o futuro do Brasil, um futuro que defendia a História do século XIX brasileiro, produzida nestas comemorações, como modelar para o país.

FONTES

ALENCAR, Mario. D. Pedro II. **RIHGB**, t.98, v. 152, parte II, 1927.

ANNEXO Á ACTA DA 6ª SESSÃO ORDINARIA. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927.

ANNEXOS A ACTA DA SESSÃO SOLENNE DE 2 DE DEZEMBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927.

ASSIS, Chateaubriand. Um professor de elites. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

AZEREDO, Antonio. O imperador e a Republica. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

CARDOSO, Vicente. A margem do Segundo Reinado. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

CARNEIRO, Levi. O imperador e o Federalismo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

CARVALHO, Miguel Joaquim Ribeiro de. CAPITULO VII. **Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). **RIHGB**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, 1925.

CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. CAPITULO VIII. **Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). **RIHGB**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, 1925.

CELSO, Afonso. Gloria ao magnânimo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

CENTENARIO DE PEDRO II, discurso pronunciado na Camara dos Deputados, pelo deputado José Wanderley de Araujo Pinho. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927.

FLEIUSS, Max. D. Pedro II e as letras pátrias. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

_____. D. Pedro II. Seu nascimento. Seus irmãos. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

_____. PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA, A 21 DE ABRIL DE 1922. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 92, v. 146, 1926.

FREIRE, Laudelino. Pedro II e o conceito universal em que foi tido. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

GARCIA, Rodolfo. D. Pedro II e as línguas americanas. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

JORNAL DO BRASIL. O centenario de Pedro II. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

JORNAL DO COMMERCIO. O Centenario de Pedro II. **RIHGB**. Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

LEOPOLDO, Visconde de S.. PROGRAMMA HISTORICO. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. I, v. I, 1908.

LYRA, Augusto Tavares. CAPITULO III (1840-1850). **Contribuições para a biographia de D. Pedro II**. RIHGB. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, Parte I, 1925.

MONTEIRO, Tobias. A tolerancia do imperador. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

NASCIMENTO, Alfredo. Magni nominis umbra. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

_____. O patriotismo do imperador. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

ORTIGÃO, Antonio de Barros Ramalho. CAPITULO V. **Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). RIHGB. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, 1925.

PIMENTEL, A. Mesquita. D. Pedro II. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

PRATA, Alaor. Inauguração da estatua de Pedro II – Discurso do sr. Alaor Prata. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA, A 21 DE ABRIL DE 1922. **RIHGB**, t. 92, v. 146, 1926.

RELATORIO DO 1º SECRETARIO PERPETUO, SR. MAX FLEIUSS, LIDO NA SESSÃO MAGNA, COMMEMORATIVA DO 87º ANNIVERSARIO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. **Contribuições para a biografia de D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, Tomo Especial, Parte I, 1925.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. **Instituto Histórico e Geographico Brasileiro** (1925). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, t. 98, vol. 152, 1927.

ROURE, Agenor. 87º ANNO – SESSÃO SOLENNE COMMEMORATIVA DO CENTENARIO NATALICIO DO SR. D. PEDRO II. **RIHGB**, t. 97, v. 151, parte I, 1927.

_____. 87º ANNOS – SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927.

_____. Primeira sessão ordinária em 27 de Abril de 1925. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927.

_____. PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA, A 23 DE ABRIL DE 1924. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927.

_____. RELATORIO DO 1º SECRETARIO PERPETUO, SR. MAX FLEIUSS, LIDO NA SESSÃO MAGNA, COMMEMORATIVA DO 87º ANNIVERSARIO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1925. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927.

_____. Terceira sessão ordinaria em 18 de junho 1924. **RIHGB**, t. 96, v. 150, parte II, 1927.

Sexta sessão ordinaria em 12 de Setembro. **RIHGB**, t. 97, v. 151, 1927.

SILVEIRA, Alfredo B. D. Pedro II defensor da unidade nacional. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v.152, 1927.

VALLADÃO, Alfredo. **CAPITULO II. Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). **RIHGB**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, 1925.

VASCONCELLOS, Mario. B.. Pedro II e a Política Internacional. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927.

VIANNA, Ferreira José Oliveira. **Recenseamento do Brasil**. Directoria Geral da Estatística do Ministerio da Agricultura, vol. I, 1822.

_____. **CAPITULO X. Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). **RIHGB**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, 1925.

VIVEIROS DE CASTRO, Augusto O. **CAPITULO VIII (1870-1878). Contribuições para a biographia de D. Pedro II** (Parte 1ª). **RIHGB**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo especial, 1925.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. “Fases do Segundo Império”. In: **Ensaio e estudos: crítica e história**, 3ª série. Nota liminar de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

ABREU, Martha. “Uma nova ‘velha’ República: um pouco de história e historiografia”. **Tempo, Revista do Departamento de História da UFF**, n. 26, vol.13, jan.2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e Pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos estudos CEBRAP**, 2009, p. 131-148.

ANHEZINI, Karina. **Escrituras da história: da história mestra da vida à história moderna em movimento (um guia)**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009. p.13.

_____. **Intercâmbios intelectuais e a construção de uma história: Afonso D’Escagnolle Taunay (1911-1929)**. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2003.

_____. **Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. **Variedades da concepção moderna de História: um guia**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2010. p.61.

ARAUJO, Valdei L.. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, v. 12, p. 34-44, 2013.

_____. Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, Valdei L.; MOLLO, Helena M.; NICOLAZZI, Fernando. (Org.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão..** Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 132-147.

_____. **A independência narrada:** introdução à história da historiografia no Brasil. Niterói, RJ: Editora Proprietas, 2022.

ARGON, Maria de Fátima Moraes. Petrópolis nas comemorações do centenário de nascimento de D. Pedro II (1825 – 1925). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**. p. 1-14, 2019.

AVELAR, Alexandre de Sá. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 13, n. 33, p. 397-429, 8 ago. 2020.

BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Secundário e Superior**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. IX, t. I, 1942.

BENTIVOGLIO, Julio Cesar. A História no Brasil Imperial: A produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839 – 1850). **História: Questões & Debates**, vol. 63, n.2, 2015.

_____. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia? In: BENTIVOGLIO, Julio; ARRAIS, Cristiano Arrais. (Org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. 1ed. Serra: *Milfontes*, 2017, v. 1, p. 7-25.

BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano:** Joaquim Nabuco e a República. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Comemorações e efemérides:** ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

BRASIL. Congresso. **Documentos parlamentares**. Instrução pública. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1918.

BRÖNSTRUP, Gabriela D`Avila. **Um ofício polivalente:** Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945). Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista (UNESP).

CAMPOS, Milton. **Compromisso Democrático**. Belo Horizonte, 1951, p. 83-84.

CAMPOS, Wagner Estelita. Alfredo Valladão. **Revista do Serviço Público**, v. 108, n. 3, p. 245, 1973.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista. **História da Historiografia**, v. 14, n. 37, p. 135-170, 23 dez. 2021, p. 158.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo, Companhia das Letras, 3 ed; 1999.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.

CEZAR, Temístocles. "Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista", in PESAVENTO, S. (org.) **Escrita, linguagem, objetos.** Leituras de história cultural. Bauru, Edusc, 2004, p. 43-80.

_____. Ensaio sobre a (in)definição do topos nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante. (Org.). **Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém.** Lisboa: Editora do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, p. 21-44.

_____. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos** (Maringá), Maringá - Paraná, v. 8, p. 11-29, 2004.

_____. Livro de Plutarco: biografias e escrita da história no Brasil do século XX. **MÉTIS: história & cultura.** v. 2, n. 3, p. 73-94.

CONTI, Viviane Ferreira. **“Republicano no Império, Monarquista na República”:** a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938). 2023. Dissertação (Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual Paulista). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP, Franca, 2023.

COSTA, Emília Viotti da. **Monarquia à República.** São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CRISPINIANO, Helena Ramalho. **Carlos de Laet:** intelectualidade, ativismo católico e imprensa monarquista (1847-1927). 2020. Tese de Doutorado. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: São Gonçalo, p. 15.

D. Pedro II. **Poesias completas de d. Pedro II.** Prefácio de Medeiros e Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1932.

DE NICOLA, Lucas Santiago Rodrigues. As bases precárias: economia e política no ensaio À margem do Segundo Reinado, de Vicente Licínio Cardoso. **Intellèctus**, v. 14, n. 2, p. 249-265, 2015.

_____. **Flores, algumas com espinhos, para o rei:** controvérsias acerca de d. Pedro II (1920-1940). 2014. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.31.2014.de-12012015-182258. Acesso em: 2020-03-23.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo.** Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DETONI, Piero di Cristo Carvalho. **“Pacifica Scientiae Occupatio”**: a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Remontar, remontagem (do tempo). **Caderno de Leituras**, v. 1, p. 01-07, 2016.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**; nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. v. 1. p. 664.

DOS SANTOS, Vera Maria; AMORIM, Simone Silveira; DE ÁVILA, Éverton Gonçalves. A chorographia de Laudelino Freire (1898). **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, 2017.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2015.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábricas de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. **Banimentos, visitas e comemorações**: memórias da realeza na Primeira República (1889-1925). In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, Seropédica. Anais do XIII Encontro de História Anpuh - Rio, 2008.

_____. **Do exílio ao Panteão**: D. Pedro II e seu reinado sob olhares Republicanos. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

_____. Entre comemorações, rituais e passados construídos: a Monarquia sob o olhar da Primeira República. In: SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA, 2010, Ilhéus-BA. **Anais do Seminário cultura e política na primeira república**. Ilhéus: UESC, 2010, p. 1-11.

FAUSTO, Boris; CARDOSO, Fernando [et al.]. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano, v.8 : estrutura de poder e economia (1889-1930). 8ª. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____; PINHEIRO, Paulo Sérgio [et al.]. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano, v.9 : sociedade e instituições (1889-1930). 8ª. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLEIUSS, Max. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro através de sua Revista”. **Boletim do Instituto Histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONTES FILHO, Osvaldo. Uma “imagem repensada interminavelmente”: notas em torno de Imagens apesar de tudo, de Georges Didi-Huberman. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 14, n. 37, p. 201-219, 2021.
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Angela de Castro; **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. A Marquesa de Santos: história, memória e ficção histórica no Brasil da primeira metade do século XX. **ESTUDOS IBERO-AMERICANOS**, v. 45, 2019, p. 91.

GONÇALVES, Márcia A.. **Em terreno movediço**. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. v. 1. p.352.

_____. Narrativa biográfica e escrita da história: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo. **Revista de Historia (USP)**, São Paulo (USP), v. 150, n.150, 2004, p. 130-155.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, economia e poder no Segundo Reinado**: o caso da sociedade bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1997.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **“Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial”**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª. Edição – São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

_____. Os funerais de d. Pedro II e o imaginário republicano, p.69-92. In: SOIHET, Rachel et al. (Org.). **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Produção e disseminação do conhecimento histórico no Oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: Cristiano Alencar Arrais; Julio Bentivoglio. (Org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. 1ed.Vitória (ES): Milfontes, 2017, v. 1, p. 26-45.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Escrever História, Domesticar o Passado”. In: LOPES, Antônio H. (org.). **História e Linguagens**: texto, imagens, realidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. A Revista do IHGB e Os Temas de Sua Historiografia: Fazendo A História nacional. In: WEHLING, Arno. (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, p. 21-41.

_____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora (UNISC)**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

_____. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____.; CEZAR, Temístocles. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. In: GUIMARÃES, Manoel. **Ensaio de historiografia de Manoel L.S. Guimarães/Temístocles Cezar** (organizador). Ed. 1. Vitória: Milfontes, 2022, p. 37-52.

HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Evidência da história – o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

_____. **Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. São Paulo: Autêntica, 2013. 272 p.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República. FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

JÚNIOR, Mário Cléber M. Lanna. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JUNIOR, RAMIRO; LC, O. conceito de civilização e o discurso ultramontano no Brasil. **Ariadna histórica: Linguajes, conceitos, metáforas**, v. 5, p. 69-107, 2016.

KANTOROWICZ, Ernst H.. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KICHILESKI, Alexandro; LOCATELLI, Carlos Augusto. O jornalismo de Barbosa Lima Sobrinho. **Pauta Geral**, v. 5, n. 2, 2018, p. 21-22.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. Patriotismo: Fundamentos e limites de um conceito moderno. In: KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 229-249.

_____.; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LANGLOIS, Ch. V.; SEIGNOBOS, Ch. **Introdução aos estudos históricos**. Tradução de Laerte de Almeida Moraes. São Paulo: Renascença, 1946.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O movimento da Independência, 1821-1822**. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Leituras, projetos e (Re) vista(s), do Brasil (1916-1944).** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 15, n. 29, p. 173- 206, 1995.

MAIA, João Marcelo. Vicente Licínio Cardoso e a " América" da engenharia brasileira. **Intellèctus,** v. 4, n. 1, 2005.

MALEVAL, Isadora Tavares. História, memória e tempo presente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro oitocentista. **Revista do Instituto Histórico e Geographico e Brasileiro,** v. 478, p. 15/478-43, 2018.

MANHANI, Luís Roberto. **O discurso sobre o negro na historiografia e a etnografia no IHGB (1839-1925).** Dissertação(mestrado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca.

MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina (orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdei Lopes de; MOLLO, Helena Miranda, VARELLA, Flávia Florentino; MATA, Sérgio Ricardo da (orgs.). **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna.**Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 17.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira vol. IV (1877-1896).** São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. **História da inteligência brasileira vol. V (1897-1914).** São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

MAUROIS, Andre. **Aspects of Biography.** Translate by Sydney Castle Roberts. New York: D Appleton & Company, 1929.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império.** 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007. v. 1. p. 244.

MENDES, Breno. **Existência e linguagem: o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História,Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019.

MENONCELLO, Aline Michelini. **Uma ajustada escrita da História: a historicidade dos atos historiográficos de julgar no IHGB (1870-1944).** 2023. Tese (Doutorado pelo Programa

de Pós-graduação em História -Universidade Estadual Paulista). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2023.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos:** a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1992. p. 1-13.

NEVES, Lucia M. Bastos Pereira das. Com os ossos e o Coração: Comemorando as independências. **ALMANACK**, v. 31, p. 1-17, 2022.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NICOLAZZI, Fernando. A História entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões e Debates**, n. 53, p. 229-257, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda consideração intempestiva:** da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução Marco Antônio Casanova. – Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2003, p. 24.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História** v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

NUSSBAUM, Martha et al. **Piccole patrie, grande mondo**. Roma: Reser & Donzelli, 1995
OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Independência e Revolução: Temas da política da História e da cultura visual. **ALMANACK**, Guarulhos, n. 25, 2020.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 172 – 189, 1989/2.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Biografia e história magistra vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90** (Online) (Porto Alegre), v. 22, p. 273-294, 2015.

_____. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. **Varia História**, v. 26, p. 283-298, 2010.

_____. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p.37-52, jul. 2010.

_____; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Disputas pelo passado:** história e historiadores no Império do Brasil. Ouro Preto: Edufop, 2012, p. 8-41.

_____; SILVA, Marcela de Oliveira Santos; GUIMARAES, Thais França. Biografia, um campo de possibilidades. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, v. 20, p. 143-159, 2021.

PIMENTA, João Paulo. **A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2015.

_____. Oliveira Lima e as longas durações da historiografia da Independência. **Antíteses**, v. 15, n. Especial, 2022, p. 218.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 240p.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1. 91.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROCHA, Cesar Asfor. Prefácio. In: BEVILÁQUA, Clóvis; DE AGUIAR DIAS, José. **Direito das coisas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 13.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *TOPOI (ONLINE): REVISTA DE HISTORIA*, v. 12, p. 161-178, 2011.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.

SAMPAIO CALDEIRA, A. P.; MATTOS CLEN MACEDO, A. Ramiz Galvão, historiador e bibliotecário: práticas e lugares da produção historiográfica no Brasil de fins do século XIX e início do século XX. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, 2017. DOI: 10.15848/hh.v0i22.1123. Disponível em: <https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1123>. Acesso em: 9 abr. 2024, p. 44.

SAMPAIO DE MORAES GODOY, Arnaldo Sampaio. AGENOR DE ROURE E A CRÔNICA DOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, [S. l.]**, v. 33, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/156>. Acesso em: 1 abr. 2024, p. 150.

SCHWARCZ, Lília M. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____.; STARLING, Heloisa M. M. . **Dicionário da República**: 51 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Bárbara Winther da. **A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República**. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015.

SILVA, Eduardo. **A República comemora o Império**: Um aspecto político-ideológico da crise dos anos 20. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, RJ, v. 1, n. 2, p. 59-71, jan./abr. 1986.

SILVA, Francisco Anderson Tavares de Lyra. **Augusto Tavares de Lyra em vários tons**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2002, vol.22, n.44, pp.425-438. ISSN 1806-9347.

SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. **Revista Estudos Históricos**, 1994, p. 166.

SOUSA, Francisco Gouveia de; **Proclamação e revolta**: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900). Rio de Janeiro, 2012. 233 p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SOUZA, Josefa Eliana. **Uma compreensão a partir de referente norte-americano do "Programa de Instrução Pública" de Aureliano Candido Tavares Bastos (1861-1873)**. 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

STARLING, Heloisa. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 82, 2008, p. 133-147.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 12–28, 2009. DOI: 10.15848/hh.v0i2.4. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>. Acesso em: 16 fev. 2025.

_____. **Tempos cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VIROLI, Maurizio. **Per amore della patria**: patriotismo e nazionalismo nella storia. Milano: Laterza, 2001.

VISCARDI, Cláudia . **Unidos perderemos**: a construção do federalismo republicano brasileiro. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017. v. 1. p. 207.

_____. Primeira República (1889-1930): República Oligárquica. In: SCHWARCZ, Lilia. M.; STARLING, Heloisa M. M. . **Dicionário da República**: 51 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v. 1. p. 347-355.